



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2021

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2021

INICIADA ÀS 14 HORAS E 45 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS e 45 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	05
ORDEM DO DIA	35
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	71
ENCERRAMENTO	71

ATA N.º 02/2021ABERTURA

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Expediente
- 1.2 - Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 2.3 Alteração Modificativa 2;
- 2.4 Adesão ao Pacto de Autarcas: *Peer Learning*;
- 2.5 Estratégia Local de Habitação da Covilhã – EHL – 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;
- 2.6 2.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã;
- 2.7 Revogação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes;
- 2.8 Candidatura da Covilhã a Cidade Criativa da UNESCO em Design.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Dr. Hugo Ferrinho Lopes em substituição do Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Carlos Alberto Matos Mendes, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. José Paulo Pina Simão, Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição do Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Gilberto Miguel Fortuna Melfe em substituição do Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhor Presidentes de Junta: Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dra. Susete Neves Ferreira em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.^o José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.^o Jorge Manuel Galhardo Vieira; e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal: a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS); Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS); António José Gonçalves Pinto (Orjais) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que o Projeto de Lei n.º 151/XIV-2ª, de iniciativa do PCP, foi rejeitado na votação de 11 de março e anexa a declaração de voto proferida pela Senhora pela Senhora Deputada Paula Santos; -----
- Email do Presidente da União de Freguesias de Casegas e Ourondo a remeter, para conhecimento, a resposta que deu a mais um comunicado do Movimento do Povo do Ourondo Relvas; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que, apesar da Rejeição da Proposta do PCP para a reposição das freguesias de acordo com a vontade das populações nas próximas eleições autárquicas, continuará a intervir no sentido da resolução dos problemas criados com a extinção de freguesias; -----
- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a informar que estão agendadas para discussão na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, dia 17 de março a partir das 11.30h, as iniciativas: Projeto de Resolução Nº 953/XIV/2ª - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à utilização de artigos de higiene reutilizáveis destinados à primeira infância; Projeto de Resolução Nº 1084/XIV/2ª - Recomenda ao Governo medidas de combate à pobreza energética; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o pjr1106-xiv-2 "Por uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço da economia nacional e do país"; -----
- Ofício s/n do Grupo Parlamentar do PSD a remeter o Projeto de Resolução 707/XIV/2 "Define o Regime de Participação do Estado nos Tratamentos Termas"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento e divulgação, a pergunta formulada ao Ministério das Infraestruturas e Habitação pelo Senhor Deputado Bruno Dias sobre A situação e futuro dos CTT, os resultados e as ameaças da gestão privada; -----
- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a informar que está agendada para discussão em plenário da Assembleia da República, no próximo dia 08 de abril a partir das 15.00h, a iniciativa "Projeto de Lei Nº 72/XIV/1ª – Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo; -----

- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a informar que está agendada para discussão em plenário da Assembleia da República, no próximo dia 08 de abril a partir das 15.00h, a seguinte iniciativa "Projeto de Lei Nº 748/XIV/2ª - Instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano"; -----
- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a informar que está agendada para discussão em plenário, no próximo dia 15 de abril a partir das 15.00h, o Projeto de Lei Nº 700/XIV/2ª sobre expansão do prazo para a limpeza das redes de gestão de combustíveis nos espaços florestais;
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Governo sobre investimento nos Postos da GNR no Distrito de Castelo Branco. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor: -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que lhe tinha chamado a atenção, pelo email recebido “relativo à comunicação do Partido “Os Verdes” sobre a TOS e, como a Taxa de Ocupação do Subsolo tem sido um tema recorrente na nossa Assembleia, achei por bem questionar a Senhora Deputada Paula Santos do Grupo Parlamentar do PCP que me informou que aquela iniciativa do “Verdes” foi rejeitada com o voto contra do Partido Socialista, a abstenção do PSD, do IL e do CHEGA. -----

Informou-me que na Lei do Orçamento do Estado para 2021, no artigo 133.º, está previsto que esta taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação de subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser cobrada aos consumidores. -----

Esta era a proposta inicial do PCP na Assembleia da República. Depois, na comissão específica, introduziu-se mais dois pontos, onde o segundo ponto diz que “*o presente artigo tem carácter imperativo sobrepondo-se a qualquer legislação, resolução ou regulamento em vigor que o contrarie. No primeiro semestre de 2021, o Governo procede às alterações legislativas necessárias à concretização do disposto no n.º 1.*” Para esse efeito o Governo nomeou uma comissão com vários representantes de estruturas governamentais para apresentarem a proposta ao Governo de alteração legislativa. -----

Vamos esperar que este ano seja possível acabar com esta taxa ou pelo menos acabar que sejam os consumidores beneficiários do gás natural a pagar esta Taxa de Ocupação do Subsolo e que passe, de facto, a empresa pagar diretamente à câmara municipal sem fazer recair nos consumidores esta despesa.” -----

Prosseguiu falando dos relatórios das reuniões dos Representantes dos Grupos Municipais para análise das petições, dizendo que tinha ficado responsável pela elaboração de o deles e confidenciou que estava difícil concluí-lo uma vez que, tendo conhecimento que a Assembleia Municipal tinha solicitado elementos à Câmara Municipal, esses elementos ainda não tinham chegado às mãos dos interessados. -----

Recordou ainda que, “numa Assembleia Municipal, aprovámos uma proposta, vinda da bancada do CDS, sobre a realização de uma sessão específica para discussão da problemática dos idosos. O

mandato termina em outubro! Se é uma deliberação da Assembleia penso que devíamos fazer o esforço de a concretizar.” -----

1.2 - INTERVENÇÕES

INTERVENÇÕES DE LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** fez a seguinte intervenção: -----

“A corrupção, a par da pandemia, é hoje um tema nacional. -----

A corrupção era uma das características do regime fascista. Existia uma fusão entre o poder político fascista e os grandes interesses económicos e financeiros. Os membros do Governo Salazar e Marcelo faziam parte, exercendo funções e em simultâneo no Governo e em conselhos de administração de empresas. Existia uma ligação muito estreita que a Censura escondia. -----

Com o 25 de Abril de 1974, esta realidade alterou-se, em especial após o golpe espinolista de 11 de março e as medidas tomadas pelo Governo provisório, nomeadamente a nacionalização da Banca e de empresas estratégicas, com o controlo operário e o acompanhamento da sua gestão. -

A partir de 25 de novembro de 75, nomeadamente a partir do 1.º Governo Constitucional, com a implementação das privatizações e o regresso da banca privada e com a construção de um edifício jurídico que afasta o cidadão da Justiça, com a integração na União Europeia e a adesão ao euro, com a criação dos paraísos fiscais e a circulação dos capitais numa economia globalizada, aparecem os problemas da corrupção e da criminalidade económica e financeira. -----

Muitos dos problemas de corrupção, que justamente indignam o nosso Povo e que agora se expressam também à volta do caso judicial conhecido como “Operação Marquês” têm, no processo da restauração capitalista e monopolista privatizadora, as suas verdadeiras causas. -----

Inerente à natureza do capitalismo e à sua lógica de acumulação, a corrupção é potenciada por uma política de instrumentalização do Estado a favor dos grupos económicos e pela teia dos interesses e cumplicidades que ela cria bem patente nessa placa giratória que faz rodar em permanente concubinato conselhos de administração de empresas e membros de Governos, como temos assistido durante anos, mas também pela ausência de verdadeiras medidas para combater este negativo fenómeno. -----

Alguns dos que promoveram e que defenderam tais políticas e tais práticas aparecem hoje com um discurso hipócrita, de falsa indignação, a anunciar que o regime está doente. Responsabilizam o regime para limpem as suas responsabilidades políticas, mas essencialmente para continuarem a dar força a um projeto de liquidação do regime democrático e de subversão da Constituição que nunca abandonaram. -----

Em geral, são os mesmos ou pertencem aos mesmos partidos que fogem a reconhecer e a

combater as verdadeiras causas da corrupção; os que, em geral, se têm oposto a um conjunto de propostas avançadas pelo PCP para o seu combate, combate que o PCP tem travado, nos mais diversos momentos, com propostas concretas na Assembleia da República. -----

Em 14 anos, foram cinco propostas contra a corrupção as quais votaram contra o PS, o PSD e o CDS – propostas ao nível do enriquecimento injustificado (que renovámos novamente); de combate aos *offshore*, à fuga de capitais e à criminalidade económica e financeira; do reforço da cooperação judiciário internacional; do reforço dos meios de fiscalização e de inspeção do Estado e das entidades competentes; do reforço dos mecanismos que impedem os membros do Governo de transitar para os conselhos de administração dos grupos económicos, controlo apertado do registo de interesse e de situações de incompatibilidades; do reforço dos meios de investigação criminal; da proibição do recurso pelo Estado à arbitragem em matéria administrativa e fiscal, pondo fim ao regime de privilégio que é concedido aos grandes devedores de impostos ou às concessionárias dos contratos das parcerias público-privadas. -----

E o Município da Covilhã já provou, no caso dos silos do Pelourinho, o sabor amargo da figura do Tribunal Arbitral, também presente na concessão da AdC! -----

A decisão do Governo PSD/CDS em promover a extinção da IGAL – Inspeção Geral da Administração Local com a sua integração na IGF – Inspeção Geral de Finanças – em 2011 reduziu de forma significativa a capacidade de acompanhamento e de fiscalização dos autarcas locais. ----

Recordo aqui a reação do Inspetor Geral Orlando dos Santos Nascimento que, em setembro de 2011, com a extinção da IGAL, afirmou que “a corrupção ganhou”. -----

Apesar de verificarmos a existência de processos das autarquias em Castelo Branco, em Vila Real de Santo António ou em Lisboa, a abrangência da ação da IGF, junto das autarquias, ficou muito limitada pelo desaparecimento da IGAL. -----

Com este exemplo, da extinção da IGAL, se demonstra também a existência de decisões políticas que visaram o aligeirar do acompanhamento dos procedimentos administrativos e financeiros das autarquias locais. -----

É urgente aprovar as medidas que o PCP propõe e outras, visando a criminalidade económica e financeira, a corrupção ativa e a corrupção passiva porque, em Democracia, os eleitos em cargos públicos devem desempenhar as suas funções tendo em vista o interesse das populações. -----

Trabalho, honestidade e competência (valores da Coligação Democrática Unitária) é o que precisamos na Administração central e Local.” -----

--- O Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Aproximam-se mais umas eleições autárquicas e a correspondente campanha eleitoral faz com que as freguesias ganham relevância no espectro das preocupações políticas. A tendência é para a intervenção autárquica dos municípios se centrar na cidade e na vila sede do concelho, onde a densidade populacional é mais elevada. -----

É natural que assim seja, mas muitas áreas rurais só têm a devida atenção na altura das eleições

e, muitas vezes, com promessas irreais, prometendo-se tudo a todos quando sabemos que a disponibilidade de recursos financeiros, nomeadamente nos municípios do Interior do País é cada vez mais escassa. -----

De facto, é esta a imagem que permanece, mas é errada. -----

O que há a fazer nas freguesias do nosso concelho não se pode resumir à pequena obra de construção civil e à mera resolução dos problemas do dia-a-dia. Temos de ir mais além e é no presente que se prepara o futuro. -----

Como é do conhecimento desta Assembleia, o Governo está a preparar legislação para regulamentar a Lei 54/2015, de 22 de junho, conhecida como Lei dos Recursos Geológicos. -----

Na nossa região o assunto está relacionado com a eventual exploração mineira do lítio e de outros minerais na Serra da Argemela – Freguesia de Barco e Coutada. -----

Os órgãos de Comunicação Social têm noticiado que, com a nova legislação, as câmaras recebem até 50% dos *Royalties* mineiros.” -----

Sobre este tema, apresentou a Moção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida, tendo sido eliminada, do documento original, a palavra “lítio”: **(Doc. 01)** -----

“MOÇÃO -----

O governo está a preparar legislação para regulamentar a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, que estabeleceu o enquadramento jurídico das atividades de revelação e de aproveitamento dos recursos geológicos existentes em território nacional. -----

No preâmbulo dessa proposta é referido como inovador que, "no que respeita aos encargos de exploração, Royalties, até aqui exclusivamente reservados ao Estado, procede-se, agora, à sua repartição equitativa com os municípios, para benefício das suas populações". -----

Mas no Artigo 63.º relativo à afetação dos encargos de exploração é mencionado que: -----

- 1. O contrato de concessão de exploração fixa a percentagem dos encargos de exploração, num máximo de metade do seu valor e num mínimo de um terço, a consignar ao Fundo Ambiental para financiamento de projetos da iniciativa dos municípios em cujo território se localiza a exploração do recurso.* -----
- 2. Podem ser financiados, com recurso aos valores consignados nos termos do n.º 1, os projetos que beneficiem especialmente as populações mais próximas da exploração do recurso geológico.* -----
- 3. O disposto nos números anteriores é aplicável a projetos apresentados pelos municípios onde se localize a transformação industrial do minério extraído.* -----

Ou seja: -----

- a) as verbas consignadas a um Fundo Ambiental não têm utilização para outros fins, e não estão diretamente disponíveis para o município ou as freguesias.* -----

- b) *as verbas podem beneficiar outras autarquias distantes do local onde se realiza a extração.*
- c) *as verbas podem ser absorvidas pelos municípios onde se localize a transformação industrial do minério extraído.* -----

Portanto, a percentagem de Royalties supostamente reservada para benefício das populações não vai permitir reduzir o verdadeiro impacto da mineração a céu aberto, que afecta todo o território da zona em causa e as suas populações, e que se torna ainda mais grave quando se tratam de regiões deprimidas do ponto de vista demográfico e sócio-económico. -----

É imprescindível intervir e esta Assembleia, através da aprovação da presente Moção, vem exigir que a legislação reserve um valor percentual dos Royalties, que o estado vai receber no âmbito da exploração mineira e outros recursos geológicos, para dirigir diretamente aos municípios e freguesias onde venham a ser instaladas as referidas minas, de forma a beneficiar a população pelo impacto causado pela atividade extrativa de mineração, sendo esse valor determinado com base em critérios praticados neste género de atividade e em informação técnico-científica, e sujeito a aprovação da Assembleia da República. -----

Caso esta moção venha a ser aprovada deve dar-se conhecimento a sua(s) Excelência(s) / Exm^{as} (as) Srs (as): -----

- *Presidente da República* -----
- *Aos grupos parlamentares da Assembleia da República* -----
- *Aos deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco* -----
- *Ao 1^o Ministro* -----
- *Ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática* -----
- *Ao Secretário de Estado Adjunto e da Energia* -----
- *À Secretária de Estado do Ambiente* -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

Relativamente à Moção apresentada, foram intervenientes os seguintes membros municipais: ----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** lembrou que “esta Assembleia já produziu documentos e tomou posição sobre a questão do lítio. Nomeadamente, já votámos por unanimidade uma Moção política que reflete a oposição desta Assembleia à exploração de lítio no nosso Concelho. -----

A lei que está em discussão, entre outras matérias, prevê e define regras e condições para que os concessionários paguem ao Estado um benefício financeiro decorrente dessa concessão dos recursos naturais e geológicos. Concordando com o princípio da redistribuição desses benefícios financeiros pelas populações afetadas, nomeadamente através das autarquias locais através do Fundo Ambiental, entendemos que a presente moção, desligada da tomada de posição prévia desta Assembleia acerca da exploração de lítio, pode dar a ideia que a nossa rejeição da exploração não se trata de uma questão de princípio mas uma questão de vantagem financeira, isto é: “somos

contra, mas se o benefício financeiro for interessante, até podemos aceitar”. -----

Ora parece-me que não é esse o espírito da nossa Assembleia, pelo que entendemos que o texto da presente Moção, para que possa merecer a concordância da Bancada do PS nesta Assembleia, deve incluir também um parágrafo onde explicitamente reafirmemos a oposição de princípio deste órgão à concessão da exploração de lítio no nosso Concelho, independentemente dos benefícios financeiros que a mesma possa trazer para as autarquias. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Já tivemos uma posição nesta Assembleia e a última posição foi que discordamos da exploração do lítio porque não estão assegurados os direitos das populações por um lado e por outro não se assegura que toda essa exploração e toda a riqueza aí criada fique no País e que seja utilizada no País. -----

Defendemos que se o País tem riqueza é de explorá-las, mas que as mais-valias fiquem no País e não em consórcios internacionais que o que fazem é explorar as riquezas e levar os lucros para os seus países de origem ou para os paraísos fiscais ou *off-shores*. -----

Obviamente que temos sempre o princípio de que, a existir qualquer exploração, as populações locais devem ser beneficiadas pelos projetos de proteção ambiental para minimizar ou mitigar os prejuízos. -----

Fico, de certa forma, em dúvida se devemos participar nesse processo legislativo dizendo que “*se houver lucro a gente também os quer*” ou que “*Não queremos a exploração, mas se houver queremos o dinheiro*”. -----

Se a gente não quer a exploração (decisão desta Assembleia) penso que nem sequer devemos estar a participar neste processo. Não queremos a exploração, logo não vamos esperar que existam lucros e que estes sejam distribuídos. Podemos estar a dar um contributo para aqueles que permitem a exploração e que querem ter participação desse Fundo Ambiental. -----

Aquilo que são as promessas do Governo é que nenhuma exploração se irá realizada sem a vontade das populações, sem as populações se pronunciarem. Vamos esperar, de facto, que o Governo não decida sem ouvir as populações e que levem em conta quer a posição da câmara municipal, quer da assembleia municipal, que a posição das assembleias de freguesia das populações envolvidas. -----

Participar neste processo é que não me parece muito adequado e até me parece um pouco contraditório face à nossa posição inicial da não exploração desse tipo de aproveitamento dos recursos do subsolo no Concelho da Covilhã.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** referiu que “quem quer a exploração do lítio é o PS nacional e é o Secretário de Estado que faz tudo para que isso aconteça. -----

Temos que perceber que não nos podemos adiar dos processos legislativos que nos podem salvar e acho que faz todo o sentido a nossa participação, nem que seja para dizer que somos contra a exploração do lítio. Demitir-se da participação é o pior erro democrático que pode existir. -----

A proposta que é feita pelo PSD faz todo o sentido na medida em que, estando salvaguardadas as

outras circunstâncias que espero que estejam, mas não estando e levando o PS a vê-lo avante, temos que estar salvaguardados de outra maneira e temos que lá ter as nossas salvaguardas para as nossas populações, nomeadamente para quem mais é afetado com as extrações e não as populações onde se fazem as transformações. -----

Acho que faz todo o sentido. Não prejudica as posições que foram tomadas. Aquilo que não faz sentido é abster-nos ou demitir-nos da participação democrática no processo legislativo.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** relativamente “à diferenciação entre as populações que são abrangidas pela extração e as populações onde se faz a transformação, acho que seria incorreto da nossa parte (não conhecendo os impactos que isto irá ter numa refinaria ou na empresa transformadora). É evidente que numa empresa de extração irá ter um tipo de desequilíbrio ambiental, mas na localidade onde irá concentrar-se essa transformação com certeza que irá existir preocupações ambientais.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O País não pode desperdiçar os recursos naturais que tem. Mas há depois esta posição de que os recursos devem estar ao serviço do País e eles vão ser feitos pelas grandes concessionárias, ... e a Assembleia Municipal pronunciou-se sobre a não aceitação da exploração. Estar a discutir se é 0,5% ou as populações, quando a Assembleia Municipal já disse que não queria, acho que não faz sentido.” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “Acho que não podemos analisar o todo, a parte e a parte com o todo. Há uma questão de princípio: todos nós aprovámos por unanimidade que somos contra a exploração do lítio na zona do Barco. -----

O que aqui está a ser discutido é uma coisa completamente distinta. Estamos a falar dos recursos geológicos. O que estamos a falar é de uma questão que está num projeto que está a ser discutido sobre recursos geológicos. Naturalmente pressupõe também um conjunto de procedimentos e, caso haja o cumprimento desses procedimentos, então as receitas que revertam a favor dos locais onde estão a ser explorados. Sinceramente, não há nenhuma contradição.” -----

Colocada à votação, esta **Moção foi aprovada por maioria, com 9 votos a favor (DNCCP, CDS-PP e PSD) e 4 votos contra (PCP e Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada)) e 22 abstenções (PS e IND).** -----

Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “A bancada do Partido Socialista absteve-se em nome de dois princípios. -----

Se bem que é verdade que as populações mais prejudicadas devem ser aquelas mais compensadas,

também é verdade que é difícil aceitar que, com isto, o mercantilismo ache que, desde que se pague, se pode explorar e retirar à revelia daquilo que é a vontade das populações. -----

Foi por essa razão que a bancada do Partido Socialista se absteve.” -----

--- O Senhor **João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que tem vindo a solicitar à Câmara Municipal “que dedique algum do seu tempo à estratégia que quer e que supostamente se quer implementar para o desenvolvimento da Covilhã.

Com a azafame que temos assistido nos últimos tempos (por mera coincidência em ano eleitoral), começa-se a ouvir falar em algumas palavras e de alguns documentos com estratégias. -----

Fui à procura, no site da Câmara, sobre o que é que estava previsto sobre estratégia e sobre o Plano Estratégico. De facto, aparece num separador de Planos Estratégicos o seguinte texto: -----

“A Atualidade da Covilhã – Breve Visão – Na maior obra construída pela cidade da Covilhã, deste modo o seu património industrial único no País, testemunho da evolução técnica da indústria de lanifícios -----

À semelhança das restantes regiões do País, a Covilhã sofreu profundas alterações a partir da década de 60 com a emigração e guerra colonial, pelo que a sua estrutura social se alterou. A população concentrou-se nas áreas mais desenvolvidas e urbanas e verificou-se um envelhecimento gradual da população. -----

Um dos pontos de viragem na Cidade foi a abertura do Instituto Universitário da Beira Interior, posteriormente Universidade da Beira Interior, desenvolvendo-se desde o seu início licenciaturas na área dos têxteis. -----

Este acontecimento traduziu-se numa maior dinamização social e económica na Grande Covilhã, nomeadamente no que respeita à entrada de um número significativo de jovens numa área onde a população se encontrava envelhecida, no aparecimento de um segmento de consumidores mais exigente e na inevitável influência que a Universidade teve e tem na preparação de recursos humanos qualificados. -----

A atividade industrial dos lanifícios, outrora realizada por um número de unidades fabris, concentrou-se em unidades de tamanho superior e de maior dimensão económica e produtiva. ---

Atualmente (e sublinho atualmente) cerca de 70% da produção nacional de lanifícios, realizada na Covilhã, sendo o valor das exportações de 30 milhões de contos anuais e o investimento desta indústria, nos últimos três anos, rondou os 10 milhões de contos. A grande maioria dos investimentos está relacionados com a modernização do aparelho produtivo e implementação de sistemas mais eficazes de produção. -----

As restantes atividades industriais, comerciais e de serviços tomaram ao longo dos anos uma posição secundária. A mão-de-obra foi durante muitos anos quase exclusivamente utilizada pela indústria de lanifícios que, ao se modernizar e concentrar, libertou um grande número de recursos humanos. -----

Estes dois fatores, aliados à despreocupação com a qualificação e fixação dos recursos humanos mais qualificados, criaram dois problemas de difícil resolução: não existem atividades alternativas desenvolvidas por forma a recuperar e reajustar a mão-de-obra libertada e está, muito especializada e pouco qualificada. O grande desafio da Covilhã é a capacidade de compreender as vocações e limitações da região, criando atividades alternativas e incentivos para a fixação dos recursos humanos. -----

Aquilo que se constata: é isto que a Covilhã tem para oferecer às pessoas que se interessam pela Covilhã e às pessoas que querem investir na Covilhã. Vêm e encontram um texto do século passado, em que fala em contos! Nem sequer há a preocupação de fazer a atualização destes dados! -----

Aquilo que temos do famoso Plano que ando à espera talvez desde abril de 2019 em que foi anunciado o grande Plano Estratégico da Covilhã 2030, da discussão, da nomeação de um responsável que iria começar a trabalhar esse plano, decorridos 2 anos, estamos no ponto zero! -

Aliás, foi feito aquele formulário de preenchimento para levantamento de necessidades que hoje em dia curiosamente (e peço também para atualizar no *site* nesse sentido) aparece lá o *link* e, ao carregar, aparece que o formulário foi apagado. Portanto, desapareceu! -----

O que constatamos é que, passados 8 anos de governação socialista, nada a nível estratégico foi efetivamente feito na Covilhã! Nada sequer foi atualizado! É no mínimo vergonhoso! -----

Quando intervim pela primeira vez na Assembleia Municipal, há 8 anos, dirigi-me ao Senhor Presidente da Câmara, depois de ter sido eleito pela primeira vez, e disse que havia 3 tipos de homens: os que sabiam; os que podiam; e, os que queriam. -----

Decorridos 8 anos, constatamos que o Senhor Presidente da Câmara sabe ou pelo menos tem a obrigação de saber; pode porque, na prática, a Câmara não atravessou nenhum período de dificuldade financeira e, portanto, podia ter feito; resta saber se quis e a conclusão e balanço que se tiram destes 2 anos é que o Senhor Presidente da Câmara não quer nada de estratégia para a Covilhã. Quer uma navegação à vista, apenas com vista nos seus interesses pessoais e partidários e do que pode retirar pontualmente desta ou daquela obra, deste ou daquele plano sectorial que apresenta como estratégico. -----

Sabemos que na Covilhã começam a aparecer planos sectoriais estratégicos sem haver um plano global estratégico. Ou seja, vamos ter aquilo que se chama normalmente uma “*manta de retalhos*” no que diz respeito àquilo que é essencial para o futuro dos próximos 10 anos na Covilhã. -----

Isto é algo que o CDS condena, constata e, pelo menos, pede que a Câmara corrija estas vergonhas que ainda estão no *site* do Município.” -----

Por último, dirigi-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que “está a ser filmada esta sessão. Pelos vistos, já existem meios de captação de imagem desta Assembleia.” Recordou que uma das propostas feitas pelo CDS foi a da transmissão *online* destas assembleias e foi dito que “não houve a possibilidade ou não há a obtenção do consentimento da captação de imagem dos visados. -----

Aquilo que está a acontecer hoje – ninguém me pediu consentimento nenhum e não precisa

porque considero que isto é um órgão público e a pergunto que eu faço ao Senhor Presidente da Assembleia é: se já existem meios de captação de imagem por que razão é que ainda não foram cumpridas as propostas do CDS (e que estão previstas no Regimento) de transmissão *online* destas sessões.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, registando a intervenção, respondeu que “não estamos na nossa Casa e é uma experiência que se está a fazer.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** abordou vários temas a nível **Internacional, nacional e local**, intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.02)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
Exmos. Deputados Municipais. -----
Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----*

Decorreu mais de um mês desde a última data em que reuniu esta Assembleia Municipal. Apesar de não ter decorrido muito tempo, contudo, há acontecimentos que merecem de nossa parte, reflexão e comentário. -----

Assim, em termos Internacionais e porque também se refere a um país irmão, não podemos deixar de comentar o drama que se está a passar na província de Cabo Delgado em Moçambique. Um drama que já provocou mais de 2000 mortes e 560 mil refugiados. -----

Um drama que nos toca, sensibiliza e diga-se, revolta, quando somos confrontados com a morte de cidadãos indefesos, moçambicanos e de outras nacionalidades que após serem objeto de tortura, são decapitados. -----

Aliás a este propósito não temos tomado conhecimento de qualquer intervenção de condenação por parte daqueles que em Portugal, defendem a tese do racismo português e da destruição do património relacionado com a nossa história. Onde estão? Que silêncio ensurdecedor! -----

Não podemos nem devemos tolerar mais chacinas. Não podemos nem devemos e à luz de interesses difusos deixar de condenar quem mata pessoas como quem mata animais. -----

O Governo Moçambicano também não pode ficar insensível à grave situação humanitária na sua Província de Cabo Delgado. -----

Assim, em termos internacionais, os últimos acontecimentos impõem, pelo menos, duas intervenções imediatas: Moçambique deverá pedir apoio humanitário urgente para a população perseguida e em fuga e fazer combate ao extremismo uma causa capaz de unir os vários partidos na eliminação de um grupo que não hesita em recorrer a qualquer meio para atingir os seus fins. Passaram quase três anos e meio desde os primeiros atos violentos praticados pelos jahdistas, e a

verdade é que o governo de Filipe Nyusi, pouco tem feito para travar o radicalismo e proteger e devolver às populações a riqueza extraída das suas terras. Filipe Nyusi parece mais interessado em defender os investimentos estrangeiros do que as populações. -----

Em termos Nacionais, não podemos deixar de mencionar o esquecimento do interior por parte de quem decide... vão-se aprovando de forma descoordenada incentivos, apoios... contudo, não se estabelece um plano com uma estratégia delineada e programada que permita de uma vez por todas esbater as gritantes diferenças existentes entre o litoral e o interior... o tempo vai passando e as portagens na A23 e A25 vão-se mantendo... o tempo vai passando e os valores dos passes sociais nos transportes não são ajustados como foram em Lisboa e no Porto... o tempo vai passando e o itinerário para Coimbra não passa do papel... mas discute-se a construção de um novo aeroporto em Lisboa e aprova-se a construção de uma nova ponte no Porto... o tempo passa... e a população diminui... o tempo passa... e o interior fica cada vez mais envelhecido e mais distante dos grandes centros de decisão... até quando? -----

Em termos locais e pela sua importância salientamos duas iniciativas: -----

- a) *Um programa desenvolvido e executado pela Associação de Socorros Mútuos da Covilhã que permite acolher, tratar, cuidar e orientar jovens refugiados que foram obrigados a fugir do seu país por força da guerra... uma excelente iniciativa com a supervisão das autoridades portuguesas e internacionais, nomeadamente da ONU, e que muito dignifica a cidade, a região e o país... apoiar jovens inocentes a restabelecer as suas vidas na Covilhã, proporcionando os cuidados e os apoios necessários, é algo que da nossa parte merece o nosso apoio e consideração. -----*
- b) *Também a merecer o nosso apoio e como tal o nosso destaque, a campanha promovida pelo movimento “Um Grito por Cabo Delgado” criado por um grupo de cerca de 50 covilhanenses, a sua maioria jovens, que angariaram bens e fundos para ajudar as gentes que diariamente são obrigadas a fugir da província de Cabo Delgado em Moçambique, minorando assim as graves carências de uma população vítima das atrocidades do terrorismo. É gratificante verificar a sensibilidade destes jovens para uma causa humanitária. -----*
É reconfortante constatar, que, aqui, na Covilhã, há jovens disponíveis para ajudar o outro, fazendo disso o seu lema. Aqui na Covilhã, não há racismo. Há partilha. Há solidariedade para todos... seja qual seja a sua raça, religião ou política. O nosso Bem-haja. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

“De Novo Covilhã” -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou, apesar de não estar presente, cumprimentando especialmente o Senhor Provedor do Município que “habitualmente nos acompanha e que, no meu entender pessoal e do Partido Socialista, na última Assembleia não foi bem tratado neste órgão. Não quero por isso deixar de o saudar e enaltecer o trabalho que tem feito. A Provedoria do Município, que foi uma iniciativa do

Partido Socialista à frente da Câmara Municipal, constitui um ganho para a democracia e cidadania no nosso Concelho, e só podemos agradecer e enaltecer a disponibilidade e o trabalho que o Senhor Prof. José Pires Manso tem feito, de forma altruísta voluntária e graciosa, em nome de um Concelho mais democrático, mais participado e mais aberto à população. -----

Em termos locais, “assinalar e saudar a eleição do novo Reitor da Universidade da Beira Interior. A Universidade da Beira Interior é hoje um dos motores mais pujantes de desenvolvimento da Covilhã e de toda a região e quero saudar com entusiasmo, a forma democrática e participada como a Universidade conduziu o seu processo eleitoral que terminou recentemente com a eleição de um distinto covilhanense, o Senhor Prof. Doutor Mário Raposo, que brevemente assumirá funções, mas ao qual o Partido Socialista e esta Assembleia quer desejar as maiores felicidades e venturas no sucesso do seu mandato porque garantidamente o sucesso do seu mandato é o sucesso da Covilhã, da Universidade e da nossa região. -----

Quero portanto, em nome da Bancada do Partido Socialista felicitar a Universidade da Beira Interior, felicitar toda a comunidade ubiana e, em particular, o Senhor Prof. Doutor Mário Raposo que vai ser empossado brevemente como novo Reitor. -----

Quero também naturalmente e por uma questão de justiça, ter uma palavra de apreço e agradecimento ao Senhor Prof. Doutor António Fidalgo, que brevemente terminará o seu mandato enquanto Reitor, pela qualidade do mandato que está a terminar e pela importância do trabalho que desenvolveu no crescimento e afirmação da nossa Universidade e da nossa região. -----

Depois, no âmbito local, não posso deixar de tecer alguns comentários sobre a circunstância política que vivemos atualmente. -----

Quando olhamos para a Direita, percebemos uma Direita sem rumo. -----

Temos uma coligação anunciada CDS/PSD e hoje, à semelhança daquilo que tem acontecido no passado, tivemos o PSD a vir dizer *“aqui del Rei que estamos em eleições e agora é que se vê tudo a acontecer nas freguesias; e é agora que a Câmara anda a fazer obras por todo o lado fins eleitorais”* e depois temos o CDS que vem dizer-nos que afinal no Município está tudo parado há 8 anos, sem nada ser feito. -----

Desde logo, se calhar era conveniente entenderem-se entre vós – já que se apresentarão coligados às próximas eleições autárquicas, para evitar aquilo que tem acontecido nestas últimas assembleias – as posições políticas dos partidos de Direita variam ao sabor do momento e dos seus representantes neste órgão. -----

Em relação à intervenção do PSD e sobre a lei em causa (Lei n.º 54/2015, de 22 de junho) e em complemento ao que já disse sobre essa matéria, na ausência de resposta às questões que coloquei, ficou-me a dúvida sobre a posição da Direita e do PSD sobre o lítio. Pode esta Assembleia depreender, da intervenção e da moção que o Senhor Deputado do PSD propôs, que o PSD é neste momento favorável à exploração do lítio na nossa região? Afinal se a exploração de lítio trazer vantagens financeiras para as autarquias locais o PSD já aceita a exploração de lítio na Argemela? Era útil que o PSD esclarecesse a sua posição. -----

Depois, o Senhor Deputado João Bernardo do CDS, num habitual exercício de populismo, vem nos

fazer uma demonstração que o CDS, e o Senhor Deputado em particular, já sabe utilizar o rato do computador! O Senhor Deputado veio demonstrar, com a sua intervenção, que sabe pesquisar na internet! Parabéns! Permita-me o conselho, era útil na próxima fase, começar a utilizar o teclado para escrever aquilo que são as suas propostas e as propostas do CDS para o nosso Concelho. ----

Acusa a maioria de falta de estratégia. Esta acusação da estratégia é muito interessante e extraordinária. Assistimos, na última assembleia municipal, o Senhor Presidente da Câmara vir apresentar as propostas que foram feitas, por parte do Município da Covilhã e em nome dos Covilhanenses, para o Plano de Recuperação e Resiliência. Senhor Deputado, qual foi o seu contributo ou o contributo da bancada do CDS para essa consulta pública? -----

Plano Ferroviário – Porque sou o representante desta Assembleia na Assembleia Intermunicipal juntamente com o Senhor Deputado Nuno Pedro, a Senhora Deputada Catarina Mendes e o Senhor Deputado António João Rodrigues, quero vos dar nota que na última assembleia intermunicipal, à semelhança daquilo que aconteceu anteriormente nesta Assembleia, levámos uma moção sobre transportes públicos e sobre ferrovia que foi aprovada por unanimidade. -----

Era interessante também, agora que o Plano Nacional Ferroviário foi apresentado pelo Senhor Ministro e que está em discussão até final do ano – conhecer qual a visão e as propostas que os agentes políticos locais têm sobre essa matéria. Fica o desafio à oposição, nomeadamente o CDS e o PSD que andam sempre com a boca cheia de estratégia e visão estratégica, que participem nesta consulta pública e nos digam o que pensam sobre esta matéria. Este é o momento de apresentarem os vossos contributos e apresentarem a vossa estratégia! -----

O que me choca é que os Senhores - que querem ser alternativa de poder - se limitem e reduzam a essas proclamações vazias e infirmada pela realidade de “não haver visão estratégica”. Para quem se quer constituir como alternativa séria e real nas próximas eleições, exige-se um pouco mais. Infelizmente lamento que se reduzam a esses populismos demagogos e não sejam capazes de apresentar uma ideia, um projeto, um rumo, uma solução. Zero! -----

Depois quero chamar, mais uma vez, a atenção para o Programa PART. Esta Assembleia tem feito muito trabalho sobre isso. Já produzimos moções. O Município da Covilhã tem insistido na Comunidade Intermunicipal na reposição dos passes de desconto. Na última Assembleia, aprovámos por unanimidade uma moção que espero que o Conselho Executivo da CIM leve em consideração porque é a Assembleia Intermunicipal que aprovou, por unanimidade, uma recomendação aos Senhores Presidentes de Câmara que reponham os descontos dos passes e quero dizer, na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista na Covilhã, que continuamos à espera que isso aconteça porque, ao contrário, aquilo que o Conselho Executivo e os Senhores Presidentes de Câmara da CIM, ao não o fazerem, estão a branquear e conformar-se com uma injustiça gritante para com os cidadãos da nossa terra que estão privados de um desconto que têm direito, cujo programa foi feito com essa finalidade e que os cidadãos do litoral continuam a beneficiar em troca de uma vantagem de utilização do dinheiro do PART para pagamento daquilo que são os serviços essenciais que são um custo adicional face da pandemia. -----

Não questionamos esses serviços essenciais nem o custo que possam ter. Questionamos é o direito do desconto porque em Lisboa e no Porto também houve serviços essenciais e não consta que

tenham retirado os descontos aos utentes do serviço de transporte, para os pagar. -----

Exigimos por isso que sejam repostos os descontos para os nossos concidadãos e, naturalmente, que o Governo da República apoie a Comunidade Intermunicipal e as câmaras municipais no dinheiro necessário para assumir os custos da pandemia na área da mobilidade, à semelhança do que já fez nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. -----

A questão da ferrovia. Neste momento já se fazem testes na linha. É um momento extraordinário. Já há uma década que não tínhamos serviço, mas esta saudação não nos deve fazer esquecer o seguinte: apesar de tudo e independentemente destas obras, neste momento o intercidade Covilhã-Lisboa é um intercidade com uma velocidade média mais baixa do País. -----

Estamos agradecidos pela obra, mas não chega. É preciso continuarmos a trabalhar e a exigir medidas que permitam, nomeadamente no âmbito da nossa cidade e da nossa região, beneficiar e melhorar a qualidade de acesso à ferrovia e os tempos de viagem, nomeadamente para o Porto e para Lisboa. Uma exigência de um tempo de viagem de 2 horas e 45 minutos até Lisboa é uma ambição perfeitamente realista e razoável. Acho que um serviço suburbano Guarda/Belmonte/Covilhã/Fundão/Castelo Branco é perfeitamente viável. Uma ligação regular e periódica a Espanha é perfeitamente realista. Uma ligação regular e periódica ao Norte do País é perfeitamente possível. Uma reposição dos serviços internacionais lusitana e sud-express é indispensável. -----

Convido o CDS, e todos em geral, a associarem-se ao Partido Socialista e ao Executivo Municipal às reivindicações para o Plano Ferroviário Nacional 2030 - ou a vir com mais ideias e com mais propostas - porque não duvidem que todos juntos temos mais força. -----

Por último, há um conjunto de programas que vão estar em preparação e em execução em tempos muito curtos (fundos comunitários, Plano de Recuperação e Resiliência, novo quadro comunitário sucedâneo do Portugal 2020). O desafio que quero fazer a todas as forças vivas da nossa cidade, partidos políticos, movimentos, instituições, é que nos preparemos e analisemos quais são as prioridades, os programas, quais são as linhas essenciais estratégicas e que nos preparemos para apresentar o maior número de candidaturas possíveis, de preferência com impacto direto no nosso desenvolvimento. Os *timings* são muito curtos e é agora o momento de, individualmente ou coletivamente, preparar esta matéria. -----

Não podia terminar sem pontuar aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Dr. Luís Fiadeiro, na qual subscreveria parte substancial, e agrada-me que traga a esta Assembleia as preocupações humanistas, das quais também o Partido Socialista se revê. Quero dizer-lhe, Senhor Deputado, que a sua intervenção foi muito oportuna e as questões que chamou à atenção, nomeadamente a questão dos refugiados e o drama humanitário que se vive em Moçambique merecem toda a nossa solidariedade, todo o nosso apoio, esforço e dedicação para procurarmos contribuir para um mundo melhor.” -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** sugeriu que “as intervenções políticas dos vários representantes fossem alternadas” justificando que o Membro Municipal Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro aproveita esse momento para responder àquilo que ia ouvindo às diversas intervenções “quando o que está no Regimento é que deve ser uma intervenção política.”

Continuou relembando que “faltam hoje 70 dias para a implementação da redução de 50% nas portagens nas Scut’s A23 e A25 (entre outras) e está definitivamente afastada a questão da inconstitucionalidade ou do pedido de revisão ao Tribunal Constitucional por parte do Governo. São legais e a gente espera que essa redução seja implementada no dia 1. -----

O que me traz aqui é a questão da transferência de competências. A 11 de setembro de 2020 as juntas de freguesia do Concelho da Covilhã reuniram para se debruçarem sobre a temática da transferência de competências dos municípios para as freguesias. Nesta reunião, foi consensualizada uma posição conjunta de 20 juntas de freguesia, elencando 7 pontos com apreciações/sugestões/reivindicações apresentadas na Assembleia Municipal de 2 de outubro de 2020. -----

Face à não concretização da deliberação de 8 freguesias em 2019 e 8 em 2020, dissemos que todas as 21 Freguesias teriam obrigatoriamente, pela lei, de aceitar as transferências das competências em 2021. -----

Dissemos também que, por via dos acordos de execução estarem em vigor, a prática efetiva dessa transferência de competências só em 1 de janeiro de 2022 é que seria prática efetiva. -----

Dissemos que o processo tem que estar concluído a 30 de junho de 2021; que faltava a deliberação da Assembleia Municipal sobre a proposta da Câmara; que deviam ser melhorados os critérios de ponderação; que se devia equacionar os recursos materiais e humanos para além dos financeiros; e fizemos a reivindicação da transferência de 5% do Orçamento Municipal num montante de 1 milhão e 500 mil euros – posição conjunta assinada por 20 freguesias do Concelho da Covilhã. ----

O Senhor Presidente da Câmara, nessa Assembleia, agradeceu o documento e disse que não podia estar mais de acordo, plasmando os princípios que há muito defende, reconhecendo que essa posição era justa, honesta sob o ponto de vista político e um bom princípio de conversa. Disse que seria importante reunir com as juntas de freguesia no mês de novembro. Disse ainda que a verba não era escandalosa ou desproporcionada. -----

Em novembro não houve reunião. Na última reunião da Assembleia Municipal, colocámos novamente a questão. O Senhor Vereador informou que iria ser enviada uma minuta de documento que ainda não chegou às juntas de freguesia. O Senhor Presidente disse que íamos reunir agora em abril e que, desta vez, já não era uma reunião conjunta, mas individual (demora muito mais tempo e complica do processo). Não fomos contactados. -----

Recebemos um pedido de informação; recebemos o levantamento dos quilómetros de caminhos, arruamentos e estradas (no caso da Boidobra não batiam certo); recebemos agora um pedido de informação sobre o mobiliário urbano e, pasme-se, sobre os sinais de trânsito que nem se colocam

nesta transferência de competências. Portanto, estamos a complicar aquilo que é relativamente fácil. -----

Estamos em abril. Desde o dia 2 de outubro de 2020 passou outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e praticamente abril. Quase 7 meses. -----

Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia de Freguesia da Boidobra vai reunir durante o mês de maio e, caso não haja desenvolvimentos desta questão e de acordo com a lei, a Junta de Freguesia vai levar uma proposta ponderada à Assembleia de Freguesia sobre aquilo que é a posição conjunta que vamos enviar à Câmara Municipal que, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei, tem de a discutir em 30 dias. -----

Quer o Senhor Presidente discutir esta matéria em sede de campanha eleitoral quando isto tem que estar terminado a 30 de junho e ainda tem que haver reunião conjunta, deliberação da Câmara, deliberação da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia? -----

Acho que se tinha que dar prioridade a esta questão porque estamos a falar dos representantes dos 50 mil habitantes do Concelho da Covilhã por muitas coisas que haja para fazer!" -----

--- A Senhora **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção, que a seguir, se transcreve: **(Doc.03)** -----

“As restrições decorrentes da crise sanitária causada pela doença COVID-19 vieram interromper uma prática corrente de entidades públicas e privadas portuguesas de analisar o desempenho dos municípios em diversas vertentes, como a qualidade de vida, a transparência, a eficácia e eficiência financeira, enfim, todo um conjunto de fatores que posicionam cada concelho numa tabela classificativa face aos seus congéneres. -----

Foi por acaso, numa pesquisa que efetuei recentemente, que encontrei uma notícia de um jornal regional on-line, o Beira.pt, datada de 2015, que mencionava um estudo elaborado pela consultora Bloom Consulting, no qual a Covilhã figurava como a cidade da região da beira interior melhor classificada. O estudo pretende avaliar a performance de marca dos 308 municípios portugueses, no qual classifica a atratividade destas perante diferentes públicos-alvo (Turismo, Negócios e Talento). -----

Ora, como se aproxima o final do segundo mandato do atual executivo, achei interessante verificar o que sucedeu neste período com o município da Covilhã, nas diversas edições do ranking disponíveis. -----

Assim, em 2015, a nível nacional a Covilhã era a melhor posicionada, ficando em trigésimo lugar, Castelo Branco posicionava-se logo a seguir, em trigésimo primeiro lugar, já a Guarda arrecadava o quadragésimo quinto lugar. No contexto específico da região centro, o ranking era liderado pelo município de Coimbra (1º lugar), estando a Covilhã em 6º lugar, Castelo Branco em 7º lugar, Guarda em 11º lugar e o Fundão na 24ª posição. -----

Em 2017, a Covilhã desce do 6º para o 10º lugar na região Centro e baixa 15 posições em termos nacionais, passando para 45º lugar. -----

Em 2019, a Covilhã recupera ligeiramente, passando para 8º lugar na região centro, e 43º lugar em termos nacionais. -----

O único indicador que se mantém inalterado é o do talento (11>11>11), sendo os indicadores do investimento (9>15>14) e do turismo (4>7>9) aqueles que mais oscilam. -----

Poderão dizer que um ranking é um ranking, que depende de muitos fatores, mas a verdade é que estes estudos refletem um determinado desempenho num dado período, com critérios que se pretendem objetivos. -----

A metodologia da Bloom Consulting assenta em 5 objetivos ou dimensões essenciais: -----

- 1. Atração de Investimento -----*
- 2. Atração de Turistas -----*
- 3. Atração de Talento -----*
- 4. Aumento da Proeminência -----*
- 5. Aumento das Exportações -----*

Cada uma destas 5 dimensões tem em conta diferentes públicos-alvo, com sensibilidades diferentes. Isto significa que cada público-alvo, principalmente investidores e turistas, têm em consideração fatores antagónicos aquando da escolha ou afinidade com cada país, região ou mesmo cidade. -----

A Bloom Consulting recomenda o tratamento isolado de cada objetivo ou dimensão, para que se consigam desenvolver estratégias de marca país, região ou cidade de forma eficaz. Uma só estratégia muito dificilmente pode satisfazer as necessidades de investidores e turistas em simultâneo, comunicando geralmente uma mensagem vaga e sem condições para marcar a diferença. -----

De acordo com a consultora, "Só uma percentagem muito reduzida de países, regiões ou cidades, pode ou consegue satisfazer todas as suas necessidades sob uma estratégia tão abrangente. Por isso, cada país, região ou cidade, deve ser criterioso na definição do seu público-alvo e das respetivas necessidades, ao executar uma estratégia de "branding" profissional, de forma a atingir resultados eficazes." -----

Aqui fica a análise e, parece-nos, algum motivo para seja feita uma reflexão para ajudar a Covilhã a recuperar as posições que mantinha em 2015, a nível regional e nacional, ou até mesmo a superá-las. -----

Muito obrigada. -----

Resumo da posição da Covilhã: -----

Ano	Ranking Regional Centro	Negócios	Visitar	Viver	Posição Nacional
2015	6º	9	4	11	30
2017	10º	15	9	11	45
2019	8º	14	7	11	43

Fonte: Bloom Consulting - Portugal City Brand Ranking 2015; 2017; 2019- Municípios Portugueses”

--- A Senhora **Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção, que a seguir, se transcreve: **(Doc.04)** -----

O partido do Centro Democrático Social e eu própria vimos desta forma dar os parabéns ao Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo, eleito na última reunião do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior como o 5.º reitor desta instituição. O Professor Doutor Mário Raposo é professor catedrático do Departamento de Economia e Gestão da UBI, tendo feito toda a sua carreira académica nesta. -----

É um filho da terra e, como tal, promete utilizar toda a sua experiência de uma carreira longa, em prol da Universidade e da região. -----

Uma região empobrecida, desertificada e sem esperança, cujas feridas económicas e sociais foram mais descobertas nesta situação pandémica que vivemos. -----

Esperamos que esta eleição sirva para reforçar o clima de lealdade, confiança e honestidade entre a UBI e a Câmara Municipal da Covilhã, de forma a que toda a região - e todos nós - possamos dar um passo em frente. Como diz o Povo - juntos temos mais força.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** iniciou agradecendo as palavras do membro municipal Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro dizendo que “os grupos independentes têm estas virtualidades. São independentes e, como tal, a sua grande preocupação é estarem atentos a temas e a questões que possam afetar os seus eleitores em geral e também a sociedade onde os seus eleitores residem. -----

Dizer também que se fala aqui da questão da estratégia. Desde a primeira hora temos falado sobre esta temática e desde a primeira hora, de acordo com os meios que temos, temos procurado contribuir para que haja propostas diferentes. Ainda na última reunião que ocorreu, a propósito do Orçamento, tivemos o cuidado de apresentar meia dúzia de propostas concretas sobre a Covilhã e que defendemos que este ano (ano de grandes dificuldades) se devia dar grande prioridade às questões sociais porque, de facto, a pandemia afetou as pessoas e está a afetar as empresas. Espero que este meu prognóstico não se concretize, mas é o que poderá acontecer a partir de setembro com o fim das moratórias e as famílias serem confrontadas com pedidos de pagamento, nomeadamente dos bancos, e não terem meios para poder fazer face a tais encargos,

para além daquilo que se está a passar com as empresas que estão a ter enormes dificuldades. ---
Portanto, no tocante à estratégia, com o devido respeito, não recebemos lições de ninguém e estamos à vontade porque desde a primeira hora que temos procurado propor as nossas ideias. -
Relativamente a esta temática, sempre defendemos uma alteração do Regulamento desta Assembleia. Foi pena que esse trabalho não tenha sido concretizado porque, dentro daquilo que está proposto (o qual concordamos) é que haja aqui assembleias temáticas. Havendo assembleias temáticas é muito mais fácil para todos nós propormos alternativas, confrontarmos ideias e colocarmos também as nossas propostas. -----

Por fim, dar uma informação. Esta Assembleia teve a dignidade de ter aprovado um Voto relativamente ao drama que se passa com os doentes oncológicos, nomeadamente (na altura) da falta das perícias necessárias para a obtenção do certificado multiusos. -----

Há a Lei n.º 14/2021 que veio alterar os procedimentos no tocante às juntas médicas relativamente aos doentes oncológicos e agora o procedimento está muito mais simplificado. -----

Criticamos quando temos que criticar e, neste caso, temos que elogiar a solução encontrada porque o que está aqui em causa não é o A ou o B, mas é o comum dos cidadãos.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção, que a seguir, se transcreve: **(Doc.05)** -----

“Senhor Presidente da Câmara -----

O final de mais um mandato, legitimamente outorgado pelo eleitorado, aproxima-se a passos largos. Todos vamos ser julgados. Uns pelo que fizeram ou pelo que não fizeram e deveriam ter feito. Outros pelo que disseram e por aquilo que não disseram e deveriam ter tornado público. ---

Telegraficamente, deixo-lhe algumas questões, ainda que recorrentes: -----

1 - Comunidade Intermunicipal. *Declarações suas, feitas em determinada altura à comunicação social, sugeriam que no final do presente mandato o Concelho da Covilhã pudesse deixar a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela e passasse a integrar a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. -----*

Questão: Em seu entender, qual a comunidade que devemos integrar no próximo mandato? Continuamos a norte, rumamos a sul ou existe outra alternativa? -----

2 - Legalização das casas do Covão da Mulher e da zona norte das Penhas da Saúde. *Em 28/02/2018 veio a esta assembleia um procedimento administrativo destinado a rever o plano de pormenor da zona sul das Penhas da Saúde tendo, então, V. Excelência assumido que ia tratar do processo, também de legalização, das restantes casas das Penhas da Saúde e do Covão da Mulher, na Freguesia de Unhais da Serra. -----*

Pode fazer-nos o ponto da situação relativamente a estes dois processos de legalização? -----

3. Postos da GNR. *Sr. Presidente, recuso-me a acreditar que vossa excelência chegue ao fim do mandato, mantendo, em vários casos, a GNR do Concelho a laborar em condições que*

envergonham até os mais insensíveis. Pode dar-nos uma explicação para o facto das obras que se previam estar prontas em Março, caso de Unhais da Serra e Paul, ainda não tenham começado? -

4. Esta Assembleia aprovou, se a memória não me trai, com uma abstenção e um voto contra, duas moções. Uma para a conclusão do IC6 e outra para a conclusão de estrada Unhais da Serra até à Nave de Santo António. -----

Pode fazer-nos o ponto da situação relativa a estes dois processos? -----

5. Época dos fogos. Temos à porta mais um Verão. O dispositivo para enfrentar as adversidades que possam surgir na próxima época, está preparado, testado e afinado? -----

Os nossos Soldados da Paz têm garantidos os apoios necessários e indispensáveis? -----

Bombeiros de Unhais: ponto da situação? -----

6. Estrada Cortes do Meio /Sanatório. Pensa cumprir com o compromisso que assumiu perante os Cortenses e asfaltar a referida estrada, até final do mandato? -----

Finalmente. -----

7. Regadios tradicionais. O que pensa fazer para minimizar as dificuldades que algumas Juntas de Agricultores do Concelho vão enfrentar na próxima campanha, nomeadamente naquilo que se refere à reparação do que resta de alguns regadios tradicionais? -----

Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a **Moção de Saudação** que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.06)** -----

“Moção de Saudação -----

Decorreram no passado dia 14 de abril as eleições para Reitor da Universidade da Beira Interior. -

Mário Lino Barata Raposo foi eleito Reitor da Universidade da Beira Interior. -----

O sucessor do Professor António Fidalgo, a quem também devemos prestar o nosso agradecimento pelo trabalho levado a cabo à frente da academia, desenvolveu toda a carreira académica e profissional na UBI (e no instituto que a antecedeu), onde começou a lecionar como assistente estagiário, em 1983. -----

Entre os cargos desempenhados, destacam-se a participação em diversas equipas reitorais, como vice-reitor e pró-reitor. -----

Eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo, não posso deixar de manifestar o profunda orgulho em ter um filho da terra à frente da nossa Universidade da Beira Interior. -----

E porque é a nossa universidade, a universidade da nossa cidade, do nosso concelho, da nossa região, é nosso dever saudar o Reitor eleito e desejar-lhe os maiores êxitos à frente da Universidade da Beira Interior, porque os seus êxitos serão êxitos da nossa cidade, do nosso concelho, da nossa região.” -----

Colocada à votação, a **Moção de Saudação ao Novo Reitor da Universidade da Beira Interior Mário Lino Barata Raposo** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando uma “saudação de congratulação à Câmara Municipal pela candidatura a Cidade Criativa da UNESCO e disponibilizarmo-nos para todo o auxílio ou ajuda que for necessária no âmbito dessa candidatura, ideias, trabalho concreto, ... Têm a nossa total colaboração e encorajamento no âmbito da candidatura que muito valorizará a Covilhã se for aceite. -----

Falou-se aqui hoje muito de estratégia sectorial e de ausência de estratégia global. É normal que venhamos aqui na Assembleia discutir por exemplo estratégia sectorial para a habitação, fruto agora das candidaturas a fundos comunitários. Há uma necessidade de rever esses planos, essas estratégias sectoriais e bem que a Câmara faz em aproveitar todas e quaisquer oportunidades que haja para termos mais financiamento, mas o PSD partilha da opinião de que devemos discutir, refletir e adotar uma estratégia global. Fica também o apelo para se recuperar o projeto que tinham pensado – Covilhã 2030 – para se tentar pensar aqui uma estratégia global. Naturalmente que há sempre ajustes que têm que ser feitos sectorialmente, mas não obstante isso termos um caminho concreto e global para onde queremos ir daqui até 2030. -----

E a mesma coisa acontece com os planos, como por exemplo o da Grande Urbanização que vem hoje aqui: andarmos de pormenor em pormenor quando devemos é discutir o global, rever o global no caso do Plano da Grande Urbanização da Covilhã e do PDM porque precisa de ser revisto.

Elogiar o investimento da *Altice* na Covilhã que nos valoriza a todos e que esperamos que traga muitos frutos porque no passado foi muito criticado o *Datacenter*, mas afinal até há aqui algumas coisas boas que vem do investimento da tecnologia na Covilhã que podemos aproveitar e fazer votos também para que o *Nest* que está situado na Covilhã, nos Paços do Concelho, venha dar também frutos e que venha dar à Covilhã um maior dinamismo. -----

Teatro Municipal – Do investimento de 4 milhões de euros, agora vemos que vai ter que ser adiado e os prazos prorrogados. Naturalmente a desculpa deverá ser a pandemia, embora a construção civil não tenha parado. Mais do que os atrasos, temos um reforço de 1 milhão de euros. Temos um reforço de 25% do financiamento da obra para lá dos atrasos que ainda se podem aceitar. A questão financeira aqui tem que ser discutida. -----

A Câmara Municipal assumiu-se, e bem, como “dona da obra” apesar de à volta 80% de financiamento não ser da Câmara. Como é que fica agora o investimento de mais 1 milhão de euros. Quem é que o vai pagar? É a Câmara Municipal ou é com as outras entidades, com os outros financiadores? Quem é que vai pagar este reforço porque a Câmara, como “dona da obra”, agora tem uma responsabilidade acrescida neste 1 milhão de euros? -----

Foi aqui falado pelo Senhor Deputado Hélio fazendeiro da ausência de ideias e de propostas. Não me revejo no que disse e disse-o agora aqui que estamos disponíveis para colaborar e para elogiar quando merece ser elogiado e para criticar quando se deve criticar. Deu o exemplo relacionado

com a Covid – o Plano de Recuperação e Resiliência – relembro que apresentamos aqui, o PSD, uma moção com 30 propostas para a Covid que foi rejeitada. -----

As propostas são apresentadas; podem é não serem aceites. E nós respeitamos a Democracia que a maioria não queira aprovar essas propostas. Não se deve é dizer que não há propostas e que não há ideias porque as há. -----

Para terminar, concordo com a visão que nos deu sobre a ferrovia. Eventualmente acrescentaria, além da ligação a Lisboa e ao Norte, o problema que temos há muito tempo, que não tem solução para breve e que me parece que não vai ter solução também a longo prazo, que tem a ver com a ligação a Coimbra. Sabendo nós que o projeto IC31 até vai ser implementado (está bem encaminhado), a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal devíamo-nos bater mais pelo IC6 que é essencial para nós porque não podemos estar quase à mesma distância de Coimbra, que está muito perto, que estamos de Lisboa sobretudo quando muitos dos nossos doentes precisam de ir a Coimbra várias vezes. -----

Fica aqui o desafio do PSD de se voltar a bater mais e com mais força pelo IC6 e não nos ficarmos só a deixar ver passar o IC31 nas nossas barbas que é um bom investimento para a região, para o distrito e para a Covilhã em particular, ajuda a colmatar algumas deficiências, alguns problemas de desigualdades sociais e territoriais, fomentar o comércio transfronteiriço, a captação do investimento e geração de riqueza, mas o IC6 é essencial pelas mesmas razões e por razões de saúde para quem precisa de se deslocar a Coimbra. -----

Um alerta e apelo para as situações que se passam em Cabo Delgado, em Moçambique, para que esta Assembleia se solidarize para com essas matérias e um apelo ao Secretário Geral das Nações Unidas (beirão convicto) para que tenha particular atenção ao que se passa nesses dois países porque são questões de direitos humanos gravíssimas, de violações e de atentado à dignidade da pessoa humana.” -----

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, relativamente “ao trabalho da *Bloom Consulting* para 2019, ao contrário do que foi procurado fazer passar naquilo que foi dito há pouco, a Covilhã não pede messes a ninguém, pelo menos na beira Interior. Em 2019, a Covilhã é um exemplo de sucesso e está efetivamente na 8.ª posição, mas não tem à sua frente ninguém da Cova da Beira, nem ninguém da Beira Interior. Portanto, não percebo levantar esta questão agora.” -----

Falou ainda sobre as comemorações do Aniversário do 25 de Abril e, “face à realidade pandémica que ainda existe, não é possível fazer essa comemoração na sua plenitude. -----

Li o Programa que foi proposto pela Câmara Municipal e da sua leitura se percebe aquilo que tem sido feito no Concelho da Covilhã. Só um poder autárquico independente é que torna possível fazerem-se coisas, realizarem-se obras, realizar-se progresso e permite levar as populações a uma vida de mais bem-estar, mais saúde, melhor qualidade de vida e basta olhar para o Programa do 25 de Abril deste ano. Lá temos aquilo que foi e tem sido feito de bom em todas as freguesias do Concelho e no Concelho. -----

Falo das obras que são mais proeminentes. Só quem não foi ainda ao Centro de Inovação Social é que não percebe o quão bom e necessário era recuperar aquele edifício e dar condições para que, quem intervenha socialmente no Concelho da Covilhã, o possa fazer ainda com mais pertinência, mais vontade e mais motivação. -----

Falo das escolas. Foram feitas muitas obras nas escolas durante o mandato atual do Partido Socialista e refiro especialmente à Escola Frei Heitor Pinto, cujas obras vão ser visitadas agora no 25 de abril, ela própria exemplo acabado do que são as opções acertadas do poder local, neste caso concreto do partido Socialista. -----

Dizia-se aí que não há estratégia, que o PS não tem estratégia. Não têm rumo?! Basta olhar e deitar os olhos à terra ao que está e percebe-se que tem um rumo! Nunca na Covilhã houve tantas obras a serem feitas. Nunca na Covilhã houve o tratamento que atualmente está a ser feito com as associações. Nunca na Covilhã houve uma política de habitação. Ou melhor, houve uma errada política de habitação. -----

Há estratégia. A estratégia é olhar para as pessoas, para os seus problemas e é isso que tem sido feito (área social, área da habitação, área associativa, ...). -----

O que é preciso mais? É sempre preciso mais, mas estou certo que o povo do Concelho da Covilhã sabe o que foi feito, percebe as opções do Partido Socialista na Covilhã e estou certo que essas opções e estratégia vai merecer o sufrágio do povo da Covilhã nas próximas eleições autárquicas.

Viva o 25 de Abril sempre e que ele esteja sempre presente no nosso espírito e na nossa tomada de decisão.” -----

--- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.07)** -----

“Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril -----

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional. -----

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. -----

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das

populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências. -----

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história colectiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências. -----

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades. -----

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir. -----

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações. -----

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais actual quanto se desenham e se assumem abertamente projectos reaccionários e antidemocráticos. -----

Comemorar Abril é também, nas actuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e protecção, apontar o sentido de vivência colectiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** constatou “o nervosismo e a preocupação dos Deputados do PS e dos membros que trabalham na Câmara com as candidaturas de Direita. -----

A intervenção do Deputado Hélio Fazendeiro nesta Assembleia é reveladora da falta de rumo do PS porque na intervenção política aquilo que vem aqui fazer é rebater aquilo que os outros dizem e deturpar aquilo que aconteceu efetivamente. -----

Teve desatento. Para além do rato, tem que aprender a utilizar o teclado para corrigir o site da Câmara dos erros que lá estão e, para além disso, também que usar um audífono ou um registo de memória para ouvir, nas reuniões de Câmara que frequenta na qualidade de assessor, aquilo que o Vereador do CDS propõe, nomeadamente quando foi do Plano de Resiliência. Houve propostas. Ou esqueceu-se! Temos que ter, como diz o Senhor Presidente, “honestidade intelectual”. -----

Sobre a questão das estradas do Concelho, só quem não anda nas estradas é que acha que isto se

vai lá apenas com intervenções pontuais. -----

Em 2017, por instâncias repetitivas do CDS para exigir que a Câmara apresentasse um plano de requalificação das estradas, foi apresentado um arrazoado de obras que se iriam fazer, sem orçamentação, sem definição concreta do que se iria fazer, ... Na altura falou-se que seriam necessários cerca de 600 mil euros para recuperar as estradas do Concelho. -----

Passado um ano, passou a 1,5 milhão e meio e não se fez nada! -----

Em 2019, passou para 6 ou 7 milhões de euros. -----

E este ano já se vem dizer que a requalificação das estradas do Concelho vai custar 12,5 milhões de euros. -----

Isto é o custo da inércia do PS! -----

Temos que perceber que não é com intervenções avulsas em estradas pontuais, que já foram prometidas e que ainda só agora estão a ser lançados os concursos, que se vai resolver o problema das estradas do Concelho.” -----

Referiu que tinham recebido várias queixas no que diz respeito à questão da recolha de resíduos. Considerando o confinamento, referiu que as pessoas ficaram mais tempo em casa provocando mais resíduos. “Não há a capacidade, nem da AdC, nem das entidades competentes, de recolher a quantidade de resíduos. A AdC não cumpriu com o Plano de Recolha, nomeadamente dos monos e isso causou inclusivamente transtorno a algumas juntas de freguesia que neste momento têm processos contraordenacionais contra eles pelo depósito desses resíduos que não foram recolhidos. -----

Seria necessário pensar nessa estratégia e exigir quem de direito para que cumpra, de facto, esse plano.” -----

Terminou falando sobre o Tinte Velho. “Acompanhei, assisti e fui ouvido aquilo que foi sendo dito pelo Senhor Presidente, nomeadamente que não havia nada a fazer, que era uma coisa que já estava aprovada. -----

Custa-me ver, dia após dia, as paredes do Tinte Velho serem destruídas desaparecendo. Não posso deixar de pedir uma explicação. A informação do IPPAR chegou à Câmara no início de 2020 e, curiosamente, na parede do Tinte Velho consta que o despacho de aprovação do alvará de obra, emitido pelo Senhor Vereador, tem a data de 23 de dezembro de 2020. -----

Acho no mínimo que é devida uma explicação da Câmara aos covilhanenses. Se o pedido tardiamente chegou do IPPAR à Câmara para classificar aquele imóvel no início de 2020, como é que é possível que o despacho de aprovação de obras tenha sido feito no dia 23 de dezembro de 2020 e nada tenha sido salvaguardado relativamente àquele espaço? Foram contactados os proprietários? Depois de detetada a situação, foi tentado alguma coisa? Os serviços municipais foram lá fiscalizar e exigir aquilo que é exigido em qualquer circunstância que é o acompanhamento arqueológico da obra?” -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou

tecendo o comentário de que “há uma determinada parte do espectro político da Covilhã que acho que está confrontada relativamente ao património enquanto ele está a cair; quando se faz alguma coisa e alguém o está a requalificar, haverá sempre alguma coisa que está mal. Enquanto está a cair, está espetacular! É um património decrépito, bonito a cair! Assim é que ele está bem! Quando se faz alguma coisa, a questão do património é uma coisa horrível e há sempre um argumento contra! Fazer é sempre mais complicado!” -----

Seguidamente, passou à leitura do documento que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 08)** -----

“Uma Assembleia Municipal que se realiza, como esta, a poucos dias da comemoração dos 47 anos da revolução de Abril, obriga, por um lado, a que se olhe para o ambiente democrático que se vive no nosso Concelho, mas também para o relacionamento institucional que conseguimos manter com os nossos parceiros regionais e locais. -----

Hoje em dia muito se fala na liderança regional que a Covilhã deve ter, e da qual andámos tanto tempo afastados, sempre na perspectiva que durante muito tempo presidiu ao relacionamento com os nossos vizinhos, segundo a qual, haveria quase que uma lei divina que instituía que a Covilhã deveria liderar a nível regional. Estou inclinado a concordar que, para consumo interno, esta perspectiva é fácil de afirmar e congrega os cidadãos à sua volta. Mas a verdade é que esta perspectiva provoca nas outras instituições e nos nossos vizinhos uma posição igual que, ao fim e ao cabo, anula a primeira: é legítimo qualquer cidadão de um Concelho vizinho achar o mesmo em relação ao seu Concelho e, caso assim não seja, não estar disponível para definir um rumo comum nas questões que importa articular. -----

Primeiro e antes de tudo, é importante conseguir estabelecer relações com os municípios vizinhos para termos condições de definir quais são as políticas que devem ser discutidas e definidas a um nível supra municipal. A verdade é que a Covilhã durante muito tempo esteve de costas voltadas para os municípios nossos vizinhos e com isso inviabilizou a existência de políticas comuns que melhor servissem os cidadãos da região. Hoje já não é assim. O relacionamento existente hoje com os municípios vizinhos permitiu criar canais de contacto bilaterais e multilaterais que têm contribuído para desbloquear situações como o investimento na ferrovia em que tivemos uma particular acção e, paralelamente, um especial cuidado de reconhecer os interesses dos nossos vizinhos. -----

A liderança da Covilhã não pode ser algo que nós afirmamos mas que os outros nos reconhecem. Há factos particulares em que essa liderança regional é factual: o primeiro município a presidir a CIM foi a Covilhã, o município da região que mais fundos comunitários executa é a Covilhã. Estou convencido que a Covilhã neste momento lidera mesmo a nível regional, mas também estou convencido que no dia em que em deixemos de entender que os anseios dos cidadãos dos concelhos vizinhos são tão legítimos como os nossos, no dia em que deixarmos de entender que existe uma comunhão de interesses baseada num destino comum, no dia em que deixarmos de entender que o que é bom para o nosso vizinho é bom para nós e vice versa, será o dia em que perderemos a liderança regional e também o dia em que a noção de região se perderá. A liderança não se afirma num discurso, é baseada em factos e na legitimação dada pelo reconhecimento dos outros. -----

Por fim, importa-me também analisar a vivência democrática interna. Aí, tenho que o afirmar, sinto-me muito orgulhoso da evolução sentida no nosso Concelho desde que o Partido Socialista passou a governar os destinos do município. Aquando da entrada em funções do PS em 2013 tive um amigo, militante de outra força partidária que me disse 'respira-se melhor na Covilhã', e com razão digo eu. É legítimo, natural e desejável que tenhamos todas perspectivas diferentes das diversas políticas, do modelo de sociedade que acreditamos ser melhor, que discordemos até com veemência, que tentemos fazer valer os nossos pontos de vista sobre os outros. O que já não é legítimo é que condicionemos os outros, que tentemos calar as opiniões divergentes, que vençamos pela imposição de silêncio aos que discordam. Isso, felizmente, já não se vive na Covilhã, e o funcionamento desta Assembleia, sob a liderança do Senhor Presidente João Casteleiro, é bem exemplificativo! -----

Mas igualmente exemplificativo é o Regulamento do Associativismo que veio trazer transparência ao relacionamento da Câmara com as associações, que veio romper com um modelo de subjugação das associações perante a Câmara, que veio permitir a afirmação de instituições e seus actores sem necessidade de concordar constantemente com a Câmara nas mais diversas questões. -----

Respira-se melhor na Covilhã e formulo votos que assim continue. -----

--- A Senhora **Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou os seguintes Votos de Pesar: **(Docs. 09 e 10)** -----

“Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, 66 anos. -----

Um homem bom, autêntico e solidário que dedicou muito da sua vida à Democracia. -----

Militante do Partido Socialista desde 1982, desempenhou funções de relevante importância política, sem qualquer apego ao poder, com perspicácia e grande sentido de responsabilidade, mas nunca deixando de ser humilde, espontâneo e genuíno. -----

Homem de causas, impulsionou a criação da Loja do Cidadão, defendeu a coesão territorial de Portugal e lutou pelo desenvolvimento do Interior combatendo as assimetrias regionais. -----

De uma afabilidade ímpar, privilegiava o debate de ideias, com convicção, respeito e tolerância, mas sem recurso a ataques pessoais. -----

Partiu em abril, mês da Liberdade um valor que tanto defendeu e acarinhou. -----

Pelo Homem, Político e Democrata que foi, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** referiu associarem-se ao Voto de Pesar dizendo que “foi um exemplo para a política.” -----

Na minha perspectiva, teve uma expressão menos feliz “com o PS ninguém se mete”, mas foi feita num determinado contexto. -----

Mas, de facto, foi um homem íntegro que fez muitas pontes e que foi coerente com ele próprio porque hoje na política o que falta é pessoas com a atitude do Dr. Jorge Coelho. Quando aconteceu

aquele triste acontecimento da Ponte Entre os Rios, que evidentemente não era nada com ele, mas ele politicamente assumiu as responsabilidades. Foi um homem corajoso e portanto, na nossa perspetiva, mais que justo o Voto.” -----

Colocado à votação e tendo-se associado ao mesmo o DNCCP e o PSD, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho foi aprovado por unanimidade.** -----

“Voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Almeida Henriques, 59 anos. -----

A sua, irrepreensível conduta cívica e elevada cultura democrática, conduziram-no ao exercício de funções relevantes no serviço à causa pública. -----

Recordado como um cidadão ativo, participante e dinâmico era, desde 2013, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, onde a sua perda deixou um enorme sentimento de consternação. -----

A título de reconhecimento do contributo que deu à Democracia apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** referiu associarem-se ao Voto de Pesar dizendo que “deu um trabalho de continuidade ao trabalho do anterior presidente e Viseu é uma cidade diferente. -----

Tive a oportunidade de o ouvir no último Congresso dos Advogados que decorreu em Viseu e o discurso que ele fez naquela sessão foi extremamente brilhante. -----

Era um homem com futuro. Pensava no presente, mas perspetivando sempre o futuro.” -----

Colocado à votação e tendo-se associado ao mesmo o DNCCP, o CDS-PP e o PSD, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Almeida Henriques foi aprovado por unanimidade.** -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** apresentou um **Voto de Pesar, seguido de um minuto de silêncio, pelo falecimento dos cidadãos ocorrido na província de Cabo Delgado — Moçambique** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 11)** -----

“Cabo Delgado, a província no norte de Moçambique, onde avançam mega projetos para extração de gás natural, vê-se a braços com ataques de grupos armadas, classificados como uma ameaça terrorista desde Outubro de 2017, tendo provocado uma crise humanitária com mais de duas mil mortes e 560 mil refugiados. -----

Multiplicam-se as notícias sobre ataques armados, reivindicados pelo grupo 'jihadista' do autoproclamado "Estado Islâmico". -----

Multiplicam-se as notícias relacionadas com as atrocidades realizadas à população civil e indefesa, sendo chocantes os relatos relacionados com a morte violenta de cidadãos, crianças, jovens, adultos e idosos – sendo a sua grande maioria decapitados, sem dó nem piedade. ----

Em pleno século XXI, ainda se cometem tais atrocidades. -----

Em pleno século XXI, morreram e morrem decapitados cidadãos indefesos, na região de Cabo Delgado, após serem torturados. -----

Tais cidadãos merecem o nosso respeito, a nossa solidariedade. -----

Somos um povo solidário e humano. Não podemos ficar insensíveis a tais atrocidades. Não pode, a Assembleia Municipal da Covilhã deixar de manifestar seu pesar pela morte de mais de 2000 cidadãos na província de Cabo Delgado do país irmão, Moçambique, na sequência dos ataques efetuados por grupos armados terroristas. -----

Assim propõe-se que seja aprovado o VOTO DE PESAR, seguido de um minuto de silêncio, pelo falecimento dos cidadãos ocorrido na província de Cabo Delgado – Moçambique, na sequência de ataques efetuados por grupos armados terroristas. -----

Caso seja aprovado, propõe-se este VOTO DE PESAR, seja dado conhecimento: -----

- 1. Sr. Presidente da Republica; -----*
- 2. Sr. Primeiro Ministro; -----*
- 3. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; -----*
- 4. Sr. Embaixador de Moçambique em Portugal.” -----*

*Colocado à votação e tendo-se associado ao mesmo o PS, o CDS-PP e o PSD, o **Voto de Pesar pelo falecimento dos cidadãos ocorrido na província de Cabo Delgado — Moçambique foi aprovado por unanimidade.** -----*

*--- A Senhora **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP)** apresentou um **Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Ana Isabel Ferreira Garcia Videira Gonçalo subscrito também pelo PSD** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 12)** -----*

“Faleceu a 14 de março de 2021, Ana Gonçalo, uma transmontana que há muito havia escolhido a Covilhã para viver e desenvolver a sua atividade profissional. -----

Ana Isabel Ferreira Garcia Videira Gonçalo, iniciou-se profissionalmente na Covilhã na área do design têxtil, área onde se destacou e venceu vários concursos, tendo-se distinguido também no design gráfico e na ilustração. -----

É da autoria de Ana Gonçalo o atual logótipo do Município da Covilhã, com o slogan “Covilhã a Tecer o Futuro” e também ao seu trabalho se deve, juntamente com o de outros profissionais, a atribuição do prémio de “Melhor Stand Nacional” ao espaço do Município da Covilhã na Bolsa de Turismo de Lisboa de 2018. -----

Em 2016 abriu o seu atelier no centro histórico da Covilhã, área da cidade que nunca deixou, que ajudou a dinamizar e sempre carinhosamente abraçou. -----

Foi no seu atelier que experimentou novos processos têxteis, que desafiou a sua criatividade e que transmitiu aos outros, através dos seus concorridos workshops, o seu vasto conhecimento sobre diversas técnicas de manuseamento dos têxteis. -----

Tinha na lã um dos seus materiais preferidos e com ela elaborou inúmeras peças que ficam na memória de quem as viu nascer e de quem as visita. -----

Ana Gonçalo era autora residente no New Hand Lab – Associação Cultural e, desde 2019, membro da direcção. -----

Esta singela homenagem fica, certamente, muito aquém de tudo quanto o génio de Ana Gonçalo sempre significará para a Covilhã, que perdeu uma artista dotada de uma luz especial que a todos contagiava pelo dinamismo, pela paixão pela sua arte e pela excelência do seu trabalho. -----

Da Ana Gonçalo fica, além da saudade, a sua dedicação à arte na Covilhã, o fruto do seu trabalho, as inúmeras peças de artesanato, as suas ilustrações e as bonitas e delicadas flores de crochet. ---

Pelo que se propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

- 1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Ana Gonçalo; -----*
- 2. Manifestar à sua família e à direcção do New Hand Lab – Associação Cultural as mais sentidas condolências, transmitindo-lhes o teor deste “Voto de Pesar”.” -----*

Colocado à votação tendo-se associado ao mesmo o PS, o DNCCP e o PSD, o *Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Ana Isabel Ferreira Garcia Videira Gonçalo foi aprovado por unanimidade.* -----

Após a apresentação e votação dos Votos de Pesar, foi cumprido um minuto de silêncio. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Da leitura da informação escrita, saliento: o apoio a obras propostas por algumas juntas de freguesia a 6 meses do fim do mandato. Vamos esperar que a capacidade operativa das juntas possibilite a sua conclusão; o apoio ao movimento associativo popular neste tempo de pandemia, possibilitando a reabertura de algumas atividades por eles desenvolvidas; o acordo para a instalação do Juízo do Tribunal do Trabalho na Casa dos Magistrados em regime de comodato por 20 anos leva-nos a questionar o percurso e as motivações que levaram à mudança e ao abandono da ideia da sua instalação no edifício próximo de outros serviços de Justiça, nomeadamente onde se encontra a RUDE. -----

Quanto à informação financeira, por que razão é que nos são apresentados valores substancialmente diferentes entre março e abril, relativos à situação financeira do Município em 01/01/2021? Há aqui uma mudança de valores que altera todo o mapa que não está identificado e também ninguém rubrica ou assina. É o mapa que, segundo informações, é enviado para a tutela, mas há aqui alterações de valores significativos de março para abril, quanto ao endividamento, quanto à receita. -----

Quanto à vacinação, coloco novamente a questão do transporte das populações, principalmente a população idosa ao fim de semana, quando são convocadas para o centro de vacinação na Anil e quando se sabe que não existem transportes públicos, nem as populações são informadas da possibilidade de utilizarem um transporte que a Câmara Municipal oferece e coloca à disposição. Queria questionar a Câmara se possibilitou e como é que articulou com os serviços de saúde essa oferta de transporte porque aquilo que oiço é que existe nalgumas localidades, mas depois não vejo qualquer tipo de informação. Aliás, também fui contactado para ser vacinado e ninguém me informou da possibilidade de utilizar um transporte público no sábado. -----

Quanto aos auxílios económicos, já coloquei na última sessão, como é que os pais e as crianças que residem nas freguesias podem exercer o seu direito aos mesmos? Se a Câmara já desencadeou ou desenvolveu algum procedimento no sentido de fazer chegar esse apoio às crianças? -----

Falou-se já aqui no Tinte Velho e dizer que o património classificado ou em classificação, de acordo com a lei, cria um raio de proteção de 50 metros que obriga a apreciação de qualquer intervenção urbanística pela Direção Geral da Cultura do Centro. Num raio de 50 metros do Tinte Velho, conhecemos 3 obras e a questão que eu colocava é: se foi a existência dessas 3 obras, uma das quais no próprio edifício, que inibiu a intervenção da Câmara Municipal na classificação do edifício como património municipal porque já era conhecida essa intenção da classificação anteriormente, independentemente dos atrasos, independentemente de a Câmara não ter pressionado? Já agora saliento que, numa cidade com tanto património, possivelmente justificaria ter-se nos quadros da Câmara um arqueólogo que acompanhasse esses processos a nível do concelho e da sua relação com a Direção Geral de Cultura do Centro. -----

Quanto aos passes sociais, dizer só que a redução tarifária se manteve nos grandes centros urbanos, mas também se manteve ali nos vizinhos de Castelo Branco. Não regrediram com a medida como aconteceu na nossa CIM. Portanto, a decisão foi dos Senhores Presidentes de Câmara que não quiseram encontrar uma solução para manter a redução tarifária e depois claro,

como é evidente se não se gasta o dinheiro, esse dinheiro aparece como saldo no final do ano, mas é à custa das populações. -----

Quanto à solidariedade com Moçambique, é evidente que somos solidários com todos os povos que têm essas dificuldades e também com os povos que sofrem de bloqueios económicos e políticos porque também têm o direito de decidir pelo seu destino. Mas, chamava a atenção, porque tive conhecimento e penso que a solidariedade devia ser ativa, que existem estudantes da Universidade que vivem na Covilhã que, por razões da pandemia e da circulação de alguns meios de mobilidade, têm acesso a algum apoio alimentar, mas estão com dificuldades económicas. A Segurança Social tem os números e conhece as situações. Penso que a Câmara Municipal, na sua ação solidária, deveria procurar intervir nesta situação.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Saudar o início das obras de requalificação da Rua do Alvercão e da Travessa da Rua do Forno na Quinta Branca, concretizando uma aspiração antiga dessas populações. -----

Recordar que estava comprometida e o Senhor Presidente assumiu o compromisso da requalificação do espaço público da Praceta Conde José Calheiros até ao mês de março de 2021, o que já não está concretizado. Abril está praticamente já ultrapassado e, portanto, queria relembrar uma vez mais a necessidade também de proceder à requalificação deste espaço público para resolver um problema que tem 20 anos de espaços públicos vazios que são deixados ao abandono depois dos loteamentos que são loteados e de obras de urbanização em espaços ou de equipamento coletivos ou de espaços verdes que acabaram por não ser concretizados e dão uma imagem precária daquilo que é o espaço urbano e daquilo que é o espaço público. Aliás, não consigo entender e não tem racionalidade absolutamente nenhuma, no dia de hoje, termos o Jardim das Artes ainda fechado!” -----

Recordou ainda para a necessidade do “projeto das Infraestruturas de Portugal para a criação de uma passagem pedonal na passagem de nível na E. M. 507, para alargamento da via para melhor segurança dos peões. O projeto está feito. É um bocadinho megalómano para aquilo que é a dimensão da Junta e naturalmente da Câmara também, mas que é possível fazer bom sem fazer o ótimo e é possível resolver ainda um problema que está sinalizado e, desde 2015, que o andamos a colocar às Infraestruturas de Portugal. Finalmente o projeto está feito e é necessária um bocadinho de boa vontade porque a obra não custa assim tanto. -----

Recordo também a necessidade de a Câmara Municipal executar uma deliberação de 1998 da aquisição de um terreno para a criação de uma zona de lazer na Ponte de Alvares que nunca foi concretizada e em que há, ainda por cima, a vontade do proprietário em ajudar na solução a encontrar para que o Município fique com esse terreno e possa projetar uma zona de lazer junto ao Rio Zêzere. -----

Relembrava ainda a recomendação que esta Assembleia fez de um estudo para a diminuição da sinistralidade no eixo TCT e especificamente no cruzamento com a E. M. 507 porque, mais dia ou menos dia, acaba por acontecer mais um acidente e temos que resolver, de uma vez por todas, aquela questão.” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “Relativamente à informação escrita, reiteramos aquilo que já dissemos por variadíssimas vezes. Continuamos a entender que, atento ao conteúdo da mesma, não se vislumbra que haja uma linha orientadora em termos de execução de um projeto de desenvolvimento para a cidade e para a região. -----

Realçam-se protocolos, que para nós são importantes, celebrados com as juntas de freguesia, nomeadamente da Boidobra, de Verdelhos, da Erada e da União de Freguesias de Casegas e do Ourondo e, face à ausência de informação, queremos colocar algumas questões. -----

- 1.º Reiteramos, embora se saiba que é uma competência de uma empresa municipal da qual a Câmara é a principal acionista e que para nós continua a ter uma importância fundamental, a questão da construção da Barragem da Covilhã. Já colocámos este assunto aqui e já interpelamos o Senhor Presidente por variadíssimas vezes e continua o silêncio relativamente a esta questão. Desconhecemos em absoluto em que fase se encontra o processo de construção da barragem; desconhecemos em absoluto as últimas diligências realizadas; e, desconhecemos também se, de facto, a construção da barragem é ou não uma prioridade para o Executivo. E não venha o Senhor Ministro do Ambiente a criticar construções de barragens porque, relativamente a muitas questões, não tem moral para falar porque para determinados procedimentos há muitas exigências, como foi o caso aqui da Barragem da Covilhã, mas para o projeto da construção de um determinado aeroporto aligeiram-se procedimentos e aligeiram-se inclusive pareceres. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Quer se queira quer não, a questão da água é um desafio do futuro. Quem conseguir ganhar a “guerra” da água vem naturalmente assegurar o futuro e temos que estar preparados para isto porque, infelizmente, aquilo que se avizinha a médio e longo prazo é a falta de água e quem conseguir fazer uma armazenagem adequada e atempada vai ganhar naturalmente esta “guerra”. A água vai ser o petróleo do futuro; -----
- 2.º Relativamente à questão das ciclovias, continuamos sem respostas. Continuamos sem saber quanto já se gastou neste projeto; se o projeto anteriormente divulgado se mantém ou não; se foi realizado algum estudo sobre o trânsito da cidade; e, no fundo, em que fase está este projeto das ditas ciclovias; -----
- 3.º Outra questão que temos colocado e que não há respostas é a falta de limpeza nas ribeiras da De Goldra e da Carpinteira continua a ser gritante. É um péssimo cartão de visita para além de todas as questões inclusive da própria saúde pública que pode estar em causa. Porque é que não se faz a limpeza e, se se fizer, quando é que está prevista? -----
- 4.º Outra questão que já foi aqui abordada e que, de facto, já houve uma evolução, já falamos aqui do Jardim da De Goldra, verificámos que, na parte da jardinagem, já foi feita uma intervenção. Saudamos isso, mas continuamos, no tocante às infraestruturas, a verificar a sua degradação constante. O Jardim da de Goldra também tem uma capacidade enorme para se fazer um conjunto de determinados tipos de eventos e proceder à reparação das infraestruturas e dotá-la de condições mínimas para que se possa ali decorrer manifestações de índole cultural acho que ficava bem à cidade; -----

5.º Outra questão da qual não temos ainda resposta e que já mereceu inclusive aqui desta Assembleia um Voto de Protesto é a questão do amianto. Continuamos excessivamente preocupados. Continuamos a verificar que o amianto continua a existir e a permanecer em muitas escolas do Concelho da Covilhã com os gravíssimos resultados que podem resultar, nomeadamente para a comunidade escolar. Em que fase é que está a questão da retirada do amianto das nossas escolas? -----

6.º No tocante aos bairros sociais, continuamos a manifestar a nossa preocupação. Verifica-se que já há alguma intervenção nalguns dos bairros, mas na sua generalidade continuamos a verificar que continuam por merecer trabalhos de reparação/requalificação. A Covilhã pode-se orgulhar da obra que foi feita no passado relativamente aos bairros sociais. É uma obra que nos honra a todos e que permitiu a muitos cidadãos passar a viver em condições bem melhores. O que seria importante era continuar a assegurar e a dar as condições de habitabilidade a essas pessoas. Está previsto algum plano ou algum planeamento de obras a começar num bairro e a acabar num outro, com datas, com execução, ...? -----

7.º Chamar também a atenção para os *outdoors* publicitários existentes na cidade, alguns dos quais retorcidos, em vias de cair que estão junto de vias pedonais e que podem causar graves problemas de segurança às pessoas que ali passam, mesmo aos veículos. O que é que a Câmara está a pensar fazer relativamente a esta questão? -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “A Junta de Freguesia viu com agrado que, nas comemorações do 25 de Abril na cidade da Covilhã, vai ser realizada a arruada da liberdade. Gostava de poder conhecer, se ele existe, o parecer da Autoridade de Saúde porque na nossa freguesia desde 1974 que se faz essa arruada da liberdade à meia noite onde meio milhar de pessoas cantam “*Grândola Vila Morena*” e o parecer para a realização dessa arruada no Tortosendo foi negativo por parte da Autoridade de Saúde. Gostava de saber qual era o parecer para a Covilhã porque há dois pesos e duas medidas entre a mesma autoridade para a cidade da Covilhã e para a Freguesia do Tortosendo. -----

Agradecer o trabalho que está a ser feito no eixo TCT pelas equipas de limpeza. -----

Agradecer também ao Senhor Vereador Jorge Gomes o empenho que teve na poda de árvores na estrada Tortosendo-Covilhã e, uma vez que há a necessidade de fazer a poda de mais de 2 dezenas de árvores, saber para quando podemos avançar com essa intervenção. -----

Na penúltima ou antepenúltima assembleia municipal tivemos aqui uma moradora do bairro na Urbanização dos Maiorais que veio falar da degradação dos passeios. O Senhor Presidente disse que esse assunto iria ficar resolvido. Até ao momento não houve qualquer intervenção da parte da Câmara Municipal da Covilhã e gostaríamos de saber o ponto da situação. -----

Penso que o prazo para apresentação de propostas para os passeios do eixo TCT até à zona industrial já está concluído. Saber apenas qual o ponto de situação desse concurso. -----

Saber também em que situação está o projeto do posto da GNR, uma obra muito importante não só para o Tortosendo, mas para todo o Concelho. -----

O Senhor Presidente garantiu a um morador na 1.^a transversal dos Maiorais de Baixo que iria ser asfaltado esse caminho. Os técnicos da Câmara Municipal já estiveram no local. Em que ponto de situação é que está o asfaltamento da 1.^a transversal dos Maiorais de Baixo? -----

Saudar o apoio que deu às IPSS's e perguntar se haverá um reforço de apoio às juntas de freguesia com despesas relacionadas com a pandemia. -----

Já hoje se falou aqui de transportes públicos, saber se está prevista a colocação de duas paragens de autocarros e um circuito no eixo TCT com paragem de autocarro junto à ponte pedonal no cruzamento que dá acesso aos Amigos do Tortosendo e também junto à Urbanização da Bela Vista.

Fizemos chegar à Câmara Municipal da Covilhã um estudo feito em colaboração com a Assembleia de Freguesia do Tortosendo e a GNR do Tortosendo, relativamente à reorganização de trânsito da nossa freguesia, e pedimos melhor atenção para esse assunto. -----

Agradecer também o trabalho de reparação de alguns buracos do Belo Zêzere, mas não chega. Há uma necessidade premente de asfaltamento dos arruamentos daquela urbanização. -----

Há outros pedidos de asfaltamento de outras artérias que temos vindo a pedir e, por último, temos vindo a solicitar à Câmara Municipal da Covilhã o apoio jurídico para um diferendo que está a existir no Casal da Serra, relativamente à eventual tomada de caminho público por parte de um particular. Dizer que já fomos contactados por um jurista e agradecer o facto de a Câmara Municipal nos ter dado esse apoio." -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “Sendo compreensível a tentativa de aproveitar o máximo de oportunidades que possam surgir para o Município, voltamos à história da estratégia global. Estamos a assistir a uma novela autêntica relativamente às ciclovias (pintar, deixar de pintar para pintar outra vez, ...) que ninguém percebe como é que vai funcionar, para chegarmos hoje e vemos que o concurso foi cancelado. Portanto, ninguém está interessado. -----

Acho que, antes de se passar para uma nova fase do concurso para se tentar andar com o projeto, a Câmara devia antes de mais parar, pensar um bocadinho se quer ir por aí ou não. -----

Percebendo a tentativa de aproveitar todas as eventuais oportunidades de financiamento que haja, tenho dúvidas sobre exequibilidade do projeto com a orografia da Covilhã. Não digo que é impossível, mas naturalmente é muito difícil. E, portanto, fazer uma análise *SWOT* custo-benefício deste projeto ou não e, se não é benéfico esse *trade-off*, então ainda vamos a tempo de não avançar com ele. -----

Reiterar o que foi dito, não só às estradas, mas relativamente aos passeios. Lembrava-me de ontem ter visto uma senhora idosa no Centro de Artes (a descer o Pérola Doce), naqueles passeios que estão esburacados há anos, tropeçar e cair por causa dos buracos. -----

Reiterar a pergunta que fiz no PAOD: com o atraso das obras do Teatro Cine e a necessidade do investimento de mais de 1 milhão de euros para a sua execução, perguntar quem é que vai pagar esse incremento de 25% a partir do momento que a Câmara se assumiu como dona do teatro Cine ou vai ser repartido?" -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** após cumprimentar todos os presentes, iniciou associando-se aos Votos de Pesar apresentados e aprovados na presente sessão. -----

Saudou o Senhor Reitor eleito, Prof. Mário Raposo, desejando-lhe as maiores venturas e desejando que “as duas instituições recuperem cada vez mais e criem mais sinergias porque estão indissociavelmente ligadas. -----

Saudar e agradecer o trabalho do Senhor Prof. Dr. António Fidalgo, atual Reitor da Universidade, que deixa também a sua marca, alguém que se dedicou de forma muito entusiasta, calorosa e determinada em defesa da Universidade da beira Interior. Ajudou imenso a catapultar a nossa Universidade em termos internacionais sempre preocupado com a problemática do seu financiamento que não viu resolvido ainda no seu mandato, mas deixar aqui uma palavra de apreço e de reconhecimento por parte do Município da Covilhã.” -----

Seguidamente, respondeu às questões colocadas pelos Membros Municipais. -----

“Falou-se da problemática da capilaridade rodoviária municipal que infelizmente é uma situação que não está como desejávamos, à semelhança do que também acontece por todo o País porque não tem havido verbas vocacionadas, do ponto de vista europeu, para esse fim. -----

Já no primeiro mandato pedi ao Senhor Vereador José Oliveira, na altura com outras responsabilidades, que conjuntamente com o Planeamento fizessem uma análise da nossa capilaridade rodoviária de requalificação dessas vias e já naquela altura se estimava que tivéssemos que despende de cerca 10,8 milhões de euros (está em ata). -----

Neste momento, estamos a falar de cerca de 11,5 milhões de euros. Já não é essa verba que já fomos fazendo e outras estamos a fazer.” Referenciou algumas pavimentações a título de exemplo (repavimentação do troço da estrada entre o Sobral de S. Miguel e Pedras Lavradas; requalificação do caminho entre a Barroca Grande e o Limite do Concelho da Pampilhosa da Serra (por fases); requalificação da estrada de Unhais da Serra ao Centro de Limpeza de Neve; requalificação da Rua 30 de Junho entre a Ponte de Cantar Galo e a Capela de S. Domingos; requalificação da Avenida Frei Heitor Pinto e estrada do Sineiro; caminho do Porsim; requalificação do troço caminho existente parcialmente de pavimentação que liga a estrada e o Alto dos Livros; implantação da rede ciclável da cidade da Covilhã; requalificação de pavimentos vários na E. M. 513 (freguesia do Dominguizo e União de Freguesias de Peso e Vales do Rio); reparação de pavimentos na área da Grande Covilhã, Canhoso e Teixoso; pavimentação entre a E. M. 510 – troço de ligação – à E. N. 343-1 à povoação da Erada; requalificação da plataforma da E. N. entre os limites do Fundão e Belmonte; reformulação do cruzamento entre as estradas municipais 506 e 506-1 (construção de uma rotunda); correções de curvas na Erada; reparação do caminho do Alvercão; concurso público para a empreitada de obras de requalificação do caminho do Porsim (2.ª fase); requalificação do troço entre o Paul e o Ourondo; asfaltamento na zona do Ribeiro de Flandres; Alameda Europa e Avenida Infante D. Henrique – correção de pavimentos; reparação de pavimentos na Rua dos Namorados; ...).” -----

Referenciou ainda outras obras: -----

“Nas freguesias, temos aqui 6 empreitadas de eficiência energética no Bairro do Cabeço. -----

O fibrocimento está numa fase bastante adiantada. As obras de remoção do fibrocimento vão ser efetuadas com a maior brevidade possível. -----

Os miradouros estão todos eles (Alto dos Livros, Piornos, Nave de Santo António, Covão). -----

Os muros de suporte volta e meia estão a desabar. Temos que os reparar e é sempre muito caro (intervenção que vão dos 15/20 mil até aos 150 mil euros). Temos aqui vários: muro de suporte do Sítio dos Amigos de Vila de Mouros; obras de consolidação do muro de suporte na Travessa da Trapa (150 mil euros); construção do muro de suporte no recinto de jogos da Escola Básica do Barco (30 mil euros); reconstrução do muro de suporte no Adro da Igreja dos Trigais; reconstrução parcial do muro de suporte na Rua do Cabecinho – Sobral de S. Miguel; reconstrução do muro de suporte na Rua Afonso Domingues; reconstrução do muro de suporte entre a E. M. 511 no Sítio do Vale Torno – Sobral de S. Miguel; ...” -----

Continuou enunciando obras, tais como: “Obras de conservação do edifício do Centro Paroquial dos Penedos Altos; impermeabilização numa obra nas Portas do Sol; reparação da cobertura da sede da Associação de Reformados, pensionistas e Idosos; obras de manutenção do espaço público no loteamento dos Penedos Altos; trabalhos de drenagem pluvial na Rua do Comércio – Bairro de Santo António; aquisição de máquinas de fitness para o Barco e Coutada; parque de fitness – Teixoso e Sarzedo; pavimentação da Rua da Chandeira – Sarzedo; reabilitação exterior do Auditório – Aldeia de S. Francisco de Assis; reparação de muro que caiu na Aldeia de Souto – Vale Formoso; passeios e pisos do Parque Infantil – Peso e Vales do Rio; recuperação da Capela Mortuária – Verdelhos; Rota da Broa – Cortes do Meio; cemitério – Cortes do Meio; escadaria de ligação de Sete Capotes à Rua do Recreativo Refugiense – Covilhã e Canhoso; construção de escadaria de acesso EB1/JI de Santo António ao parque infantil – Covilhã e Canhoso; equipamento de fitness – Covilhã e Canhoso; ringue – Erada; ampliação do cemitério – Paul; ampliação do cemitério – São Jorge da Beira; arranjo da praia fluvial, parque infantil e de lazer – Verdelhos. Só nestas freguesias estão aqui 800 mil euros. -----

Reafirmar e sublinhar a nossa visão e a nossa ação muito proativa no que diz respeito à requalificação do nosso Parque Escolar. Como sabem, na 1.ª fase interviemos em 14 estabelecimentos de ensino nas valências de pré-escolar, 1.º ciclo e escola secundária e investimos (até 2018) um total de 4 milhões de euros. Claro que, para além das obras propriamente ditas, também tivemos a preocupação da renovação do mobiliário escolar, da aquisição de material didático, aquisição e renovação de equipamento informático, etc. -----

Intervimos no Agrupamento A Lã e a Neve, no Jardim de Infância do Canhoso, na EB do Canhoso, na EB/JI dos Penedos Altos, no Agrupamento da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, para além da escola sede temos a EB1/JI do Paul, na EB1/JI do Dominguzo, na EB1/JI do Lar da Feira, na EB1/JI dos Montes Hermínios, no Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, na EB1 do Ferro, na EB1/JI da Boidobra, na EB1/JI de Santo António, na EB1/JI de S. Silvestre, na EB1 do Rodrigo, no Agrupamento de Escolas do Teixoso. -----

Nesta 2.ª fase, que são mais outros 4 milhões de euros, está tudo em curso e tudo candidatado para que aconteça com a celeridade possível. Vão ser intervencionadas mais outros 14 estabelecimentos de ensino. Dar a nota que estas obras têm critérios e os critérios são, desde logo,

a proporcionalidade, o número de turmas, o número de alunos e o índice de vetustez de antiguidade dos edifícios. -----

Nesta 2.ª fase, vão ser intervencionados: Agrupamento A Lã e a Neve – EB de S. Domingos; Jardim de Infância de Cantar Galo; EB/JI de Vila do Carvalho; Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto – Jardim de Infância Ovo Mágico, EB1/JI de São Jorge da Beira, EB1 do Peso, EB1/JI da Coutada, Jardim de Infância do Peso, Jardim de Infância do Tortosendo, EB1/JI Barroca Grande, Jardim de Infância do Dominguiço – Sala 2; EB1/JI de Cortes do Meio; EB1/JI de Vales do Rio; Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã – EB/JI Refúgio, Escola sede da Pêro da Covilhã e ainda na escola, embora se chame A Lã e a Neve, pertence ao Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã; EB1/JI de Peraboa; Escola sede do Teixoso; Jardim de Infância do Teixoso; Escola Secundária Campos Melo (sinalizada pela tutela como prioritária para modernização); Escola Quinta das Palmeiras. -----

É de elementar justiça referir que a Escola Secundário Frei Heitor Pinto foi sinalizada pelo Governo da República (Governo do Dr. Passos Coelho) para ser objeto de intervenção. Passaram a bola à CCDR. A CCDR do Centro contactou-me, na qualidade de presidente da Câmara, se estava ou não interessado em ser dono da obra porque via nisso toda a conveniência no pressuposto de que não tinha a Câmara da Covilhã de despende um tostão, que o Governo da república se encarregava de tudo pagar. Daí por uns tempos saiu aquele Governo, veio outro e depois a comparticipação já não era integral (já tínhamos que pôr 7,5% daqueles 15% da comparticipação da componente nacional). A certa altura, fazendo pressão para que o Município nada tivesse que pagar, foi-me dito textualmente “se o Senhor Presidente não aceitar ser dono da obra, esta obra não se realiza”. Caso não tivesse decidido sermos dono da obra, esta obra jamais teria sido feita e está praticamente pronta.” -----

Seguidamente, deu os valores relativos às candidaturas concluídas e em execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), num valor global de 17 milhões de euros. “Se vos somar as candidaturas já submetidas, então já vamos em 26 milhões de euros; e, se lhe somarmos a AdC e a Parkurbis, vamos para 32 milhões.” -----

Quanto à vacinação, informou que “está a ser feita de forma exemplar no Concelho da Covilhã, sobretudo graças aos profissionais do ACES Cova da Beira e aos que cooperam (de entre os quais está a Câmara da Covilhã). Também ajudamos, como é a nossa obrigação e nosso dever, a transportar a quem não tem transporte para vir ser vacinado. -----

Qual é o procedimento habitual? O ACES marca o dia da vacina aos nossos concidadãos; se não tiverem transporte, contactam ou através das juntas de freguesia ou através dos telefones; ligam para a Câmara Municipal da Covilhã e a Câmara Municipal disponibiliza o transporte. -----

Já fizemos mais de 80 viagens desde do dia 15 de março. Estamos a transportar uma média de 1 cidadão por dia.” -----

Relativamente ao PART, referiu que tinha deixado “muito claro, na última reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, qual é a posição do Município da Covilhã: é fundamental que se inverta aquilo que está a ser feito que é o de alocar o dinheiro que vinha para que os nossos concidadãos estivessem em pé de igualdade com aqueles que habitam nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e terem indiscriminadamente

descontos de 60 e de 40% conforme os critérios que a lei estipula. Isso é que é fazer justiça porque é escandaloso aquilo que está a acontecer. -----

No último Conselho, lancei o repto ao Senhor Presidente da CIM para que contactasse outros colegas de Comunidades Intermunicipais do interior de Portugal, que se associassem e que fossem ruidosamente, ordeiramente e democraticamente, junto do Governo da República, reclamar aquilo que temos direito. -----

É inadmissível que os cidadãos do Interior sejam tratados como cidadãos de segunda porque, neste momento, quem está a ter descontos são os cidadãos (que obviamente o merecem) dos passes sociais. Os outros estão em desigualdade com os nossos concidadãos do Litoral. -----

Mais. O que financia este programa (uma parte) é o imposto sobre os produtos petrolíferos e nós com aquilo que pagamos dava perfeitamente para termos o retorno para isentarmos nesses moldes os nossos concidadãos. Aliás, estamos a pagar para a área metropolitana de Lisboa! Para a do Porto não estamos porque eles são autossuficientes. -----

Já exortei o Conselho Intermunicipal e tem que haver, de facto, uma tomada de posição firme. Sei que na Assembleia Intermunicipal foram aprovadas, por unanimidade, uma ou duas moções que vão exatamente no sentido daquilo que estou a propugnar e a defender para o Concelho da Covilhã. -----

A intervenção atrás dos lotes 5 e 6 da Rua José Calheiros está dependente da alteração do alvará de loteamento. O procedimento está a decorrer. Há alguns atrasos porque há muitos projetos em andamento e não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo. -----

A alteração da passagem de nível na 507 de acesso à Boidobra: as Infraestruturas de Portugal desenvolveram um projeto que nos põe às costas (Câmara Municipal) metade desse valor que é um valor exorbitante. Vamos ser minimalistas e fazer o mínimo para conferir segurança no atravessamento daquela zona. -----

Relativamente ao terreno da praia fluvial, também tenho muita vontade, mas temos efetivamente situações mais urgentes. Lá iremos, mas não é, neste momento, uma prioridade das prioridades. Felizmente, consegue-se circular com segurança, não com muita comodidade, mas ainda assim se consegue fazer. -----

Cruzamento da 507 de acesso à Boidobra com o TCT: em termos de medidas de segurança rodoviária, os serviços estão a elaborar um projeto para a construção de uma rotunda. Aproveito para dizer que temos outra rotunda em previsão na zona do antigo posto de mediação e trânsito (a seguir às bombas de gasolina) para acabar com os problemas de trânsito naquela zona. Uma outra rotunda que queremos fazer mais à frente, também para regular o trânsito de forma mais segura e conferir maior segurança, naquele perímetro das Escolas de Campos de Melo e Frei Heitor Pinto, junto à estátua do Senhor Campos Melo. -----

Na ciclovia, dar a nota de que estamos à espera das 40 bicicletas que já foram contratadas. Serão entregues nos próximos 60 dias. -----

Os *outdoors*: os partidos políticos têm responsabilidade por cada um deles, por aqueles que têm instalados lá e a Fiscalização também está a fazer o seu trabalho, sendo que comungo da opinião de que devem estar seguros e que não devem oferecer perigo. -----

O concurso para a construção de passeios na E. N. 18 com ligação à Zona Industrial do Tortosendo e à vila do Tortosendo ficou deserto. Vai ser aberto novo concurso, portanto é exequível esta obra ainda antes do final do ano. -----

A pavimentação da 2.ª transversal dos Maiorais de Baixo será feita oportunamente. -----

A criação de paragens de autocarro no TCT não é possível porque os circuitos atuais dos autocarros não passam no TCT, mas na E. N. 230. -----

A pavimentação dos arruamentos no Bairro Belo Zêzere está prevista e também será oportunamente feita.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Já estamos habituados a que nem todas as questões colocadas encontramos as respostas. Talvez ao nível do Regimento se procure encontrar alguma outra forma de funcionamento (pergunta/resposta/debate). Este figurino não permite diálogo. –

Recordar que o Senhor Presidente da Câmara referiu numa assembleia que, na região centro, de fundos comunitários do Procentro, a Câmara tinha ficado em 3.º e o Senhor Presidente da Câmara falou aqui em mais de 30 milhões. -----

Hoje, juntou uma quantidade de programas para dar os 30 milhões porque, consultando a página do Programa Procentro, aquilo que se verifica é que, em 220 projetos aprovados, a Câmara Municipal tem 28 projetos aprovados. O total do Programa tem 40 milhões aprovados para o Concelho da Covilhã. A parte que cabe à Câmara é 25% de candidaturas da Câmara para obras que candidatou. -----

Não pode o Senhor Presidente da Câmara apropriar-se das candidaturas e dos valores do Hospital, da UBI, dos Licores Serrano, da modernização de barbearias, ... que fazem parte dos outros 220. -

A Câmara neste programa tem um total de participação de 11.661.000 €. O que está aprovado em dezembro não significa que seja o mesmo que esteja lá em abril. Portanto, os valores não são fixos e vão variando de acordo com as candidaturas que são incluídas. -----

Não pode o Senhor Presidente da Câmara vir para aqui dizer que fomos o 3.º e que temos lá 30 milhões e esquecer, de facto, que três partes correspondem ao esforço e trabalho de particulares e de outras instituições.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Foi feito aqui um exercício de desonestidade intelectual. Nestes números não estão incluídos os investimentos privados e ninguém se está a apropriar dos investimentos privados, nem os da Universidade, nem do Centro Hospitalar, nem de qualquer outra instituição. São números da Câmara. -----

Outra desonestidade intelectual é estar só a levar em linha de conta o Procentro. Estou a falar em todas as linhas de financiamento. São fundos comunitários. Não estamos a falar se é o A, o B, o C ou o D. -----

O problema de fundo é este: aquele argumento da incapacidade, da inatividade, de que não passa nada e depois os resultados são estes, ficam incomodados e aborrecidos.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O Senhor Presidente elencou algumas obras, mas disse aqui obras de 2018. A requalificação da Escola da Boidobra foi no Verão de 2018. -----

O Partido Socialista fez um *flyer* para a Boidobra, na última semana de campanha, em que entrou obras que fez, nomeadamente por exemplo a 507 que foi feita em agosto de 2017 e anunciava as novas obras. Uma delas era a requalificação da Escola da Boidobra que veio a acontecer no Verão de 2018 e começou no ano letivo de 2018/2019. -----

Com o conjunto de verbas elencadas eu diria que, quando a Junta de Freguesia propôs à Câmara Municipal uma intervenção minimalista na passagem pedonal da passagem de nível da 507 e o Senhor Presidente veio aqui dizer que estamos a falar de valores exorbitantes, a cargo da Câmara são 50 mil. Depois destes milhões todos quase que diria que não valia a pena fazer uma intervenção minimalista. Fazia-se a intervenção toda. É uma intervenção que é necessária. É uma passagem pedonal em segurança dos peões que todos os dias atravessam esta passagem de nível.

Relativamente ao espaço público da Conde José Calheiros, admiro-me como é que andamos com o projeto desde 2018 e agora o Senhor Presidente já se comprometeu, na reunião de setembro, de, em março, a obra estar pronta. Chegamos à sessão de abril e o Senhor Presidente diz que ainda é preciso fazer uma alteração ao alvará de loteamento! -----

Relativamente ao cruzamento no eixo TCT, fico satisfeito que a Câmara esteja a trabalhar numa solução. O que é necessário é resolver o problema, mas ainda bem que se está a caminhar nesse sentido. -----

Relativamente à zona de lazer da Ponte de Alvares, aquilo que colocámos era resolver três problemas: -----

1. Uma deliberação de 1998 da Câmara Municipal que nunca foi executada; -----
2. A disponibilidade do proprietário em ceder o terreno; -----
3. A pavimentação de um caminho público. -----

Se fosse um caminho privado mais se podia colocar em causa que havia uma contrapartida que o privado iria ganhar. A Covilhã tem que se virar para o Zêzere e era uma importante oportunidade para darmos passos nesse sentido.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Enumerei duas fases de intervenção nas escolas. A 1.ª fase até 2018 e estive a enumerá-las (4 milhões de euros); e depois enumerei aquelas que estamos e que vamos fazer (outros 4 milhões de euros). Não confundi as coisas. São 8 milhões de euros só em intervenções nas escolas.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Acho que percebi, da intervenção do Senhor Presidente da Junta da Boidobra, que o facto de ter sido feita uma intervenção e que a componente da Câmara foi só de 50 mil que isso é mau. É sempre bom que a Câmara aproveite os fundos comunitários e consegue alavancar os seus investimentos com fundos comunitários. -----

Mas, objetivamente, estou baralhado. Na Escola da Boidobra as obras foram feitas ou não foram feitas? É que acho que isso é relevante e importante.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “O Senhor Presidente disse que a intervenção no Ovo Mágico vai ter um valor de 60 e tal mil euros o que justifica bem o facto de a Junta de Freguesia do Tortosendo ter feito um protocolo de cedência daquele edifício à Câmara Municipal da Covilhã. Cedemos o Ovo Mágico durante 20 anos à Câmara Municipal da Covilhã e vai efetuar obras de melhoramentos o que vemos com bons olhos. -----

O Senhor Presidente não me respondeu à questão da poda de árvores na antiga estrada Tortosendo-Covilhã; dos passeios dos Maiorais; se é do conhecimento da Câmara Municipal o parecer da Autoridade de Saúde para a Arruada da Liberdade que vai ter lugar na Covilhã (o parecer para a Freguesia do Tortosendo foi negativo); e em que ponto de situação está o quartel da GNR do Tortosendo. -----

Relativamente às paragens, sabemos que os autocarros não passam no eixo TCT. A questão é saber é se está prevista uma nova linha que passe no TCT que venha a servir situações da Bela Vista e junto também à Ponte Pedonal.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Relativamente ao quartel da GNR do Tortosendo e aos postos do Paul e de Unhais da Serra, o nosso trabalho está feito. A Câmara Municipal tem os projetos prontos. Estão na Administração Interna e estamos à espera. Já não depende de nós. Aguardamos a celebração do respetivo protocolo para se lançar a obra, se contratualizar e avançar.

E aquela que nem estava prevista (pugnei para que ela fizesse parte do plano), a de Unhais da Serra, se calhar é a primeira a ser feita.” -----

2.2 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de abril de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2125 de 2021.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS): (Doc. 13)** -----

*“Exmos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e digníssima mesa, -----
Exmo. Sr. Presidente da Câmara e senhores vereadores -----
Exmos. Técnicos da Câmara Municipal -----
Exmos senhores deputados municipais e presidentes de junta -----
Exmos. Senhores dos órgãos de comunicação social -----
Exmos senhores e senhoras, -----
Caros concidadãos, -----*

Vivemos, no presente, um período complexo e exigente, em virtude da pandemia provocada pela Covid-19, e vivemo-lo há mais de um ano: desde março de 2020. Ainda assim, apesar das circunstâncias por todos conhecidas, a Covilhã não tem parado. Bem pelo contrário: por um lado com importantes investimentos, estruturantes para o futuro do concelho da Covilhã; por outro, no apoio às IPSS, empresas e famílias covilhanenses, com vista à mitigação dos efeitos da situação pandémica a nível social e económico. -----

É, inequivocamente, o que refletem a demonstração dos fluxos de caixa do ano de 2020, que aqui apreciamos nesta sessão da Assembleia Municipal. No total, os pagamentos respeitantes a investimento realizados pelo Município da Covilhã ascenderam quase 9,8 milhões de euros no ano passado. -----

9,8 milhões de euros!, | dos quais 4,5 milhões de verbas da autarquia financiadas por actividades operacionais e os restantes montantes financiados por subsídios ao investimento, transferências de capital e outras. -----

Não é por acaso que o Município da Covilhã é, como já revelado, o concelho de toda a Beira Interior que mais fundos assegurou através do Programa Centro 2020, ocupando inclusivamente o 7º lugar na Região Centro. São números bem representativos daquilo que tem sido a dinâmica deste executivo camarário na captação de financiamento e na realização de obra. Embora alguns, por estes dias, ensaiem discursos vazios, com certeza bem distraídos ou alineados da realidade. -----

*Há, efectivamente, muito investimento concretizado e em curso na Covilhã, como o **Centro de Inovação Cultural**, em fase de conclusão, o **Centro de Inclusão Social e o Centro de Inovação Empresarial**; ou o Pátio dos Escuteiros, a tão ansiada Estrada do Porsim, as intervenções nas escolas e nas freguesias, os percursos pedestres na Serra da Estrela a inaugurar por ocasião das comemorações do 25 de Abril, entre tantas outras obras e investimentos. Investimentos fundamentais, que mostram uma Covilhã no rumo certo, com uma gestão empenhada e eficiente, com visão de futuro. -----*

*Por outro lado, o valor de caixa e seus equivalentes no fim do período ronda os **6,6 milhões de euros**, o que representa um aumento de 3.3 relativamente ao ano anterior. É importante frisar que, este executivo tem conseguido não só fazer obra, mas também cumprir integral e atempadamente os seus compromissos. É um montante de extrema relevância para o arranque do período seguinte, para o início de 2021, por permitir liquidez para fazer face aos compromissos assumidos, muito em particular com as empresas que têm vindo e estão a*

realizar as obras no nosso concelho; e num momento em que o pagamento atempado aos fornecedores assume especial relevância no contexto de crise que o setor empresarial atravessa. Porque apoiar as empresas é, também, honrar os compromissos. Esta gestão rompe totalmente com aquilo que foram as práticas do passado, dos executivos municipais que antecederam a gestão liderada pelo Presidente Vítor Pereira, em que se fazia e se empurrava com a barriga para outros pagarem, hipotecando o futuro do município. -----

Mas há ainda um outro número muito importante, e que desmonta algumas teses catastrofistas, alicerçadas numa necessidade de criar casos políticos, fantasiosos (que nós sabemos bem), com o intuito de "caça ao voto", que é o valor de caixa gerada pelas actividades operacionais no valor de 11,6 Milhões de Euros. -----

Quem tem vindo a argumentar com o 'brutal despesismo camarário', certamente encarará este valor com desprezo pois ele representa o repúdio incontestável das suas teorias. Estes 11,6 M de Euros de saldo das actividades operacionais, simplesmente e sem sombra de dúvida, demonstra que: APÓS pagas todas essas despesas, sobraram ainda 4,5 Milhões de Euros para investimento, 3,7 Milhões de Euros para abater à dívida e sobram, no final, 3,3 Milhões de Euros **que garantem**, como já referimos, o escrupuloso cumprimento das responsabilidades para com os parceiros que, neste momento, garantem a execução das obras que tornam o Concelho o estaleiro que é, actualmente. -----

Apenas uma necessidade imperiosa de criar um afastamento político artificial poderia permitir votar desfavoravelmente este documento que tão bem representa a boa gestão que se faz no município, pelo que a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a Demonstração de Fluxos de Caixa. -----

O mapa das demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao ano de 2020 refletem, acima de tudo, uma gestão equilibrada, rigorosa e responsável por parte do executivo do PS na Câmara da Covilhã." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Demonstração dos Fluxos de Caixa** foi a mesma **aprovada por maioria, com 21 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Dominguizo, Ferro, Orjais, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 10 abstenções (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dra. Maria Tereza Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP), Dr. José Paulo Pina Simão (PS) e os Presidentes de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Peraboa, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Covilhã e Canhoso, Teixoso e Sarzedo e o Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Não vindo as contas do exercício de 2020 à Assembleia Municipal de abril, estando isso coberto por disposição legal que pode ser feito até

junho ao órgão deliberativo, percebemos que é feita agora a Demonstração dos Fluxos de Caixa para discutirmos o ponto seguinte no sentido de se fazer uma alteração orçamental com a incorporação do saldo do ano anterior. -----

Abstivemo-nos no sentido de depois analisarmos em condições as contas totais que, nos municípios, não têm a ver só com os fluxos financeiros. Têm também muito a ver com aquilo que é a gestão económica, balanço e demonstração de resultados.” -----

2.3 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de abril de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2128 de 2021.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS): (Doc. 14)** -----

“A alteração modificativa ao orçamento agora presente para aprovação à Assembleia Municipal tem dois aspectos: -----

1 - Por um lado acomoda o saldo de gerência que transita, e cuja leitura se pode também retirar da apreciação do ponto anterior, -----

2 - Mas apresenta também um aumento das despesas e de forma muito substancial as despesas de capital. -----

*De facto, as despesas de capital previstas aumentam em cerca de 3,9 milhões de euros. O Município da Covilhã, como já foi tornado público, colocou-se em posição de aproveitar verbas ainda não usadas de financiamentos europeus e que, caso não fossem usadas teriam que ser devolvidas. Isto é, a Covilhã está neste momento a usar aquilo que se chama vulgarmente de **overbooking**. -----*

É mais um exemplo claro, muito claro mesmo, da excelente gestão feita, que não só é adequada a cumprir as obrigações, a realizar os investimentos previstos e já em execução, como ainda nos coloca em posição de aproveitar os fundos que ficam libertos em consequência da menor capacidade que outros municípios têm. -----

Paralelamente, verifica-se também um aumento das despesas correntes que, como se pode verificar no documento recebido, nomeadamente nas transferências para as freguesias, vai permitir a execução de obras e investimentos que em muito irão beneficiar as condições das suas -----

comunidades e às quais a bancada do Partido Socialista adere, sentindo-se particularmente honrada em votar favoravelmente o presente documento.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A incorporação do saldo de 2020 para o ano de 2021, aquilo que assistimos (estes 5 milhões de euros) é e dou um exemplo: Tivemos preso (Junta de Freguesia da Boidobra) um protocolo de 35 mil euros para a requalificação (1.ª fase) da sede da Junta de Freguesia e o argumento era as questões orçamentais. Chegámos ao fim do ano e afinal de contas há cá 5 milhões de euros. Foi aprovado há bem pouco tempo e, eventualmente, com aquilo que se está a assistir em termos de empreitadas, em termos de empreiteiros, etc. poderá deixar o concurso (que a junta terá que abrir agora) e a obra não ser feita quando já estava tudo apresentado na Câmara Municipal. 35 mil euros que foram presos durante 1 ano por causa das questões orçamentais. Foi sempre o argumento que me disseram e afinal de contas chegamos ao fim do ano e há cá 5 milhões de euros. Poderia ter sido resolvido o problema antes e não deixarmos as obras para o final do mandato que são legítimas de igual forma porque os mandatos fazem-se até ao último dia e as coisas demoram muitas vezes a preparar, a projetar, a planear e a executar. É verdade. Mas algumas delas já estavam planeadas. Já tínhamos o projeto de arquitetura; já tínhamos feito até uma candidatura à CCDR que não resultou; colocámos o problema à Câmara Municipal; tínhamos lá os documentos todos desde janeiro de 2020; e podia ter sido resolvido há mais tempo. -----

As alterações orçamentais que aqui estão colocadas são também um pouco nesta perspetiva. São na perspetiva do último ano de mandato; são na perspetiva de um conjunto de obras que acabaram por não serem feitas ao longo do mandato e que vão ser feitas neste mandato. Visualizamos também que, relativamente àquilo que foi uma pequena bandeira que o Senhor Presidente aqui trouxe, a requalificação da rede de parques infantis do Concelho da Covilhã não tem aqui expressão. -----

Para as freguesias estamos a falar de um valor de capital que fica com uma dotação de 1.300 mil euros. No fundamental duplicam aquilo que era a dotação. A dotação para o ano é duplicada com esta revisão orçamental e pergunto se este já é um valor aproximado daquilo que as freguesias vão receber em termos das transferências de competências que podia ter sido durante o mandato.

Há aqui uma série de coisas que podiam ter sido resolvidas mais atempadamente. -----

Percebo alguma gestão que é feita no sentido de algumas obras que só são concretizadas no fim e tem que ser feita alguma gestão financeira para haver suporte para elas, mas já dei aqui um exemplo concreto e muitas delas poderiam ter sido acauteladas atempadamente. É verdade que o Povo às vezes tem memória curta, mas cabe aos eleitos lembrar e prestar contas daquilo que foi feito durante todo o mandato e, portanto, não é preciso fazer só em agosto ou em julho!” ----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Faço um 2 em 1 porque este ponto é a sequência do ponto anterior. -----

Não posso deixar de concordar com o que aqui foi dito. Inicialmente estranhei porque é que se estava a fazer esta questão dos fluxos financeiros e esta alteração orçamental agora antes da aprovação das contas. E, de facto, é essencial para que isto aconteça que sejam aprovadas as

contas e que tenha isto reflexo nas contas. Mas depois lembrei-me: é preciso começar a fazer campanha, começar a gastar, fazer obras agora e, necessariamente, é preciso acomodar isto no Orçamento de 2021! Portanto, está justificada a questão dos fluxos financeiros!” -----

De seguida, fez a seguinte intervenção, servindo também de Declaração de Voto: -----

“Em 2020, ano de início desta pandemia Covid em que todos (IPSS’s, associações, empresas, pessoas) não sabiam bem com o que podiam contar e quando mais precisaram, o Governo de Portugal deu o mote e decidiu não gastar 7 mil milhões de euros do seu Orçamento de Estado que estavam previstos e orçamentados. -----

A Câmara da Covilhã, que pelos vistos aprende sempre e aplica sempre o pior que o socialismo tem para dar, decidiu não gastar mais de 6 milhões de euros do seu Orçamento previsto para 2020. Este é o saldo de gerência que estamos agora a acomodar com esta alteração orçamental com o intuito claro e evidente de ficar com a disponibilidade total de começar a gastá-lo como bem entender e com o que quiser. -----

Tal valor representa cerca de metade do valor que estava previsto disponível para investimentos e gastos na Covilhã e não foram gastos em 2020. Ou seja, a Câmara não quis, nem teve a capacidade de reafectar e gastar metade do que tinha disponível para amparar a Covilhã e os Covilhanenses quando mais precisaram. -----

Agora, e com aquilo que poupou à custa da pandemia e à custa do que não pagou aos Covilhanenses, teve que gastar no que bem lhe apetece. É preciso um pingão de vergonha e agradeço, não sei se foi o Eng. Hélio que teve esse cuidado ou não, que, depois da intervenção que fiz há pouco sobre a questão daquilo que estava sobre o Plano Estratégico na Covilhã na página do Município, tenham apagado a página. Ainda bem! Pelo menos, vergonha há em ter coisas que falam em contos há não sei quantos anos! -----

Já percebemos que estamos claramente em manifesta campanha eleitoral (para a Câmara)! Admito que tenham razões para estarem preocupados. Quem nada fez e quem hoje começa e querem inaugurar obras de há 8 anos, de 4 e de há 6 anos, de facto têm razões para estarem preocupados! -----

Como vimos com a tragédia constitucional dos apoios sociais nacionais aprovados à revelia do PS do Governo, para o PS os apoios, quaisquer que eles sejam, só são válidos e devidos desde que preencham alguns requisitos: -----

- 1.º Sejam propostos pelo PS; -----
- 2.º Sejam geridos pelos *Boys* do PS; -----
- 3.º Terem sempre contrapartidas e ganhos para o PS. -----

Só desta forma é que no PS se aceita apoiar ou dar o que quer que seja e, constatando tal facto, na Covilhã lá se vão agora anunciando em panfletos e aqui nesta Assembleia os gastos que o PS já fez e está a fazer em estradas, obras, ... (propaganda que ainda estão para acontecer) sem ouvir as entidades, nomeadamente as IPSS’s, e as suas necessidades reais. Este PS e esta Câmara decidiu atribuir às IPSS’s do concelho 300 mil euros já este ano, menos de 5% do que poderia ter sido gasto no ano em que mais precisavam e nada receberam. -----

É pouca e tardia a ajuda. Mas, considerando os efeitos já conhecidos da pandemia em termos sociais e económicos e antevendo o seu substancial agravamento nos próximos tempos com o fim das moratórias, com as empresas (apesar dos excecionais esforços e empenho dos empresários) a não conseguirem superar as dificuldades que atravessam nem a colmatar os enormes défices acumulados durante mais de um ano sem trabalhar ou a trabalhar para sobreviver (e aqui pasme-se: na Covilhã, os únicos apoios às empresas que houve foi a isenção dos estacionamento e a isenção do pagamento das esplanadas que não puderam ser utilizadas), é desconcertante ver um Governo e uma Câmara Socialista que optam por tal forma de gerir os dinheiros que, afinal, são de todos. -----

Faz lembrar uma expressão na Covilhã que caricaturava alguém abastado que dizia, com desdém, ao pobre que ia bater à sua porta pedindo comida: *“gosta de peixe frito de um dia para o outro? Então, venha cá amanhã que estão a fritá-lo hoje.”* Esta Câmara faz o mesmo que o Covilhanense fez em 2020: *“gostava de ser apoiado? Então, esperem para o ano que vem que vai haver eleições”*.

Esta forma arcaica e reprovável de fazer política tem-se vindo a perpetuar na Covilhã desde o século passado. Aqui, apesar de se mudarem os protagonistas, mantém-se a mesma forma de governar com a ideia de que o poder tudo permite a quem governa, de que são donos de tudo e que, não obstante o manifesto desdém pelos Covilhanenses e as suas necessidades, estes ainda têm que lhe ficar eternamente gratos pelas parcas migalhas e dependências que lhes são impostas prestando-lhe a necessária vassalagem aos seus iluminados governantes. Sim porque são eles que tudo sabem, tudo podem, tudo querem e tudo gastam. -----

Afinal, como diz o Povo, *“estes andaram na mesma escola que os outros”*. Aprenderam e fazem as mesmas coisas que os outros, da mesma forma, desde o século passado, onde os interesses ou pessoais ou partidários estarão sempre à frente dos da Covilhã e da dos Covilhanenses. -----

Está na altura da Covilhã finalmente entrar no século XXI em termos políticos e de administração autárquica. Uma administração autárquica que se diz participada, partilhada, com todos os atores sociais e económicos e onde, em conjunto, se consigam delinear estratégias e planos de ação por forma a alcançar os melhores resultados. -----

É desta disponibilidade e desta vontade de fazer melhor que o conjunto da Covilhã e dos Covilhanenses querem e, sobretudo, precisam. -----

Benvindos aqueles que sabem que na Covilhã juntos sabem e podem fazer mais e melhor.” -----

- **Eng. Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** *“Daquilo que percebi, o Senhor está a acusar-me de ter apagado uma página da internet.* -----

Com a sua inteligência, perspicácia e capacidade, o Senhor Deputado certamente que fez um *printscreen*. Desafio-o a entrar na página da Câmara e mostrar-nos aqui onde está esse *printscreen*. Mostre lá onde é que na página institucional do Município da Covilhã tinha esse texto. Faça prova disso porque aquilo que o Senhor aqui veio fazer é um exercício de mentira e de desonestidade intelectual. Aquilo que veio aqui fazer foi pegar num texto antigo que estava no site antigo da Câmara Municipal da Covilhã e eu provavelmente ainda sobrevive nalgum reconto

esconso da internet, e que o Senhor Deputado agora aqui trás tentado criar um facto politico!
Como diz o povo, mais fácil se apanha um mentiroso do que um coxo!” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Estamos a falar do fluxo de caixa e estamos a falar de 11,6 milhões de euros. É o saldo no final de 2020. É a diferença entre a receita e a despesa. ---

Passam o tempo a dizer que os socialistas são uns despesistas; *só sabem gastar dinheiro; não sabem organizar as finanças públicas; são um desastre na condução na coisa pública no que diz respeito às finanças.* -----

E depois têm aqui a prova provada de que se sabe governar acertadamente em termos financeiros. Gerámos este saldo não foi por acaso. Com muito trabalho, pagando dívida (é o que temos andado a fazer até agora). Estamos a fazer obra, estamos a pagar dívida e estamos a gerar saldos a contragosto da Oposição. -----

Dar aqui uma nota: este dinheiro está afeto. Tem uma destinação. -----

Uma questão é a financeira, ou seja, a disponibilidade de tesouraria; outra questão é a orçamental que é ela estar disponível em termos orçamentais. Não há que confundir nunca as duas coisas. O facto de se ter disponibilidade financeira não significa que haja disponibilidade orçamental porque existem um conjunto de contratos previamente celebrados aos quais foram afetos os valores do Orçamento, mas que ainda não foram recebidas as faturas para serem pagas, o que aumenta o valor da disponibilidade financeira. -----

Os projetos integrados nesta alteração englobam as obras com os Senhores Presidentes de Junta e as obras a candidatar e candidatas ao Portugal 2020. Esta verba de 6,6 milhões de euros têm destinação. Não é dinheiro que está aqui disponível para se gastar à tripa-forra! Está afeto a essas obras. -----

O saldo de gerência é de 6,6 milhões, sendo que 5,3 correspondem à disponibilidade financeira para despesa e 1,3 correspondem a fundos de terceiros (cauções, receitas cobradas para terceiros). -----

O Município da Covilhã, por outro lado, é pessoa de bem e, por isso, paga a tempo e horas e não gosta de gastar sem ter recursos porque gastar sem recursos todos sabem gastar, mas gastar com recursos disponíveis isso é que é saber governar! Isto permitiu voltar a criar credibilidade no mercado e esta permitiu baixar os preços de muita coisa que adquiríamos. Qualquer entidade que trabalhe com o Município da Covilhã sabe que, logo que apresente os documentos de despesa, recebe imediatamente. Agora o que está comprometido está comprometido. -----

Isto que aqui trazemos hoje significa que conseguimos gerar este saldo com muito critério, com muito rigor, com muito trabalho e com muito afinco e, ao mesmo tempo, ele está já destinado àquele elenco de obras que aqui estive a referir. Não podemos é querer ter o dinheiro e as obras ao mesmo tempo porque o dinheiro é consumido obviamente nas obras que todos reclamam. ---

Esta operação orçamental é exatamente para as obras das Freguesias e para as obras que aqui enunciei.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Senhor Presidente, eu não disse nada disso. O que eu disse foi que a questão financeira é diferente da questão económica e vamos esperar pelas contas para fazer uma análise global daquilo que foram as contas do ano de 2020. -----

Aquilo que lhe disse foi como exemplo de um protocolo de 35 mil euros que me foi dito que não havia dotação. Porque a questão financeira e a questão orçamental já dei até sugestões ao Vereador das Freguesias no sentido de aliviar a carga burocrática daquilo que é a Lei das Finanças Locais hoje em dia e dos tais compromissos assumidos que impedem muitas vezes de fazer a execução mais rapidamente. -----

Agora, os 6 milhões não contam porque há 1 milhão e meio que é operações de tesouraria é dinheiro que não é nosso. No dia 31 de dezembro estava cá guardado e a gente tem que dar em janeiro. Só foi possível assumir compromissos porque esses 5 milhões de euros sobraram. -----

O que disse foi que essa execução orçamental podia ter sido feita atempadamente para não deixar uma grande parte das obras para o último ano de mandato.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração Orçamental Modificativa 2** foi a mesma **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Dominguizo, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 3 votos contra (PCP) e 9 abstenções (DNCCP, CDS-PP, PSD e Presidente de Junta de Freguesia de Ferro).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dra. Maria Tereza Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Peraboa, Covilhã e Canhoso e o Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -

2.4 - ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS: PEER LEARNING

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de março de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), in fine, do n.º 1 e alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto através do ofício n.º 1789 de 2021.03.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Acho que faz sentido criarmos este tipo de parceria. Fico é com algumas dúvidas sobre a capacidade de cumprimento deste Pacto porque diz que *“Nós, os Autarcas, reconhecemos que o nosso compromisso exige: Uma forte liderança política; O estabelecimento de objetivos ambiciosos a longo prazo, que transcendam os mandatos políticos; Uma (inter)ação coordenada entre a mitigação e a adaptação mediante a mobilização de todos os serviços autárquicos envolvidos; ...”* e isto, de facto, na Covilhã não existe.” -----

- **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD):** “Temos bastantes dúvidas em relação à informação que existe. -----

De uma forma geral todos nós pugnamos pela mitigação das alterações climáticas e do uso da energia sustentável. -----

O objetivo deste Pacto é o de reduzir, até 2030, em 40% as emissões de CO₂, através da eficiência energética e do recurso a fontes de energia renováveis. Está aqui o compromisso nas ações em que vai ser feito um inventário de referência das emissões, a avaliação dos riscos e da vulnerabilidade das alterações climáticas; vai ser criado um plano de ação; e, depois, vai ser monitorizado o progresso. -----

No entanto, pelo o que aqui está referido, após a decisão da Assembleia Municipal, vai haver 2 anos para ser implementado o plano de ação. Ou seja, em 2023 este plano de ação tem que estar a ser iniciada a sua implementação e há 7 anos para isso acontecer. Portanto, a redução de 40% em 7 anos dá um valor à volta de 6% de redução anual de CO₂. -----

Quais são, de facto, as vantagens pertencer a este Pacto? Há financiamento para o funcionamento deste Pacto? Há financiamento para serem executados os estudos iniciais e a inventariação do que se passa no município? Há verbas para depois implementar o plano de ação? De que forma é que existem esses apoios? Há apoios não reembolsáveis, a fundo perdido? Como é que isto funciona? Existe algum grupo técnico para apoiar este Pacto ou há alguma coisa oficial relativamente a esta situação? Funciona cada município por si ou há aqui alguma possibilidade de agregação de municípios? Poderá haver alguma compensação de emissões de CO₂ entre municípios? -----

Imagine-se, por exemplo, um município que não tem grandes indústrias, não tem situações de poluição, não tem grandes fontes de emissão de CO₂. Vai partir para este Pacto e compromete-se a reduzir 40% as emissões de CO₂. O que é que vai acontecer nos próximos anos? Se vier uma empresa com emissões significativas ou pelo menos médias a querer instalar-se na Covilhã não vai poder instalar-se por causa da existência deste Pacto. Um município completamente verde, sem indústrias, como é que os vai reduzir em 40% as emissões de CO₂? Suponhamos que é um município fundamentalmente só com agricultura, vai parar a atividade agrícola? Como é que se reduzem 40% das emissões de CO₂ até 2030? -----

Temos muitas dúvidas em relação a isto. Sabemos e reconhecemos que são dados passos a nível mundial, mas desagregar isto para os municípios tenho muitas dúvidas. Só vejo vantagens nisto para municípios que tenham grandes indústrias transformadoras, que tenham sistemas de produção altamente emissoras de CO₂, zonas densamente povoadas. -----

Sinceramente, não vejo vantagens nenhuma em a Câmara da Covilhã numa fase destas estar a fazer isto.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (doc.15):** “No ponto 2.4 da ordem de trabalhos da presente sessão Ordinária é remetido, para aprovação, a esta Assembleia, a Adesão ao Pacto de Autarcas: Peer Learning. -----

O Pacto de Autarcas em Matéria de Clima e Energia é uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia, de adesão voluntária, disponível desde 1 de novembro de 2015 que resultou da junção das iniciativas prévias Covenant of Mayors e Mayors Adapt promovidas pela União Europeia, a primeira dirigida à mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a segunda à adaptação às alterações climáticas. -----

Reúne autoridades locais e regionais que se comprometem voluntariamente com a implementação dos objetivos da União Europeia para o clima e energia no seu território. ---

Os municípios signatários partilham uma visão de tornar as cidades descarbonizadas e resilientes, onde os cidadãos têm simultaneamente, acesso a energia segura, sustentável, acessível e renovável. -----

Por tal, a cidade da Covilhã, ao subscrever o Pacto, compromete-se a: -----

- Reduzir as emissões de CO2 (e eventualmente de outros gases com efeito de estufa) no seu território em pelo menos 40 %, até 2030, designadamente mediante um reforço da eficiência energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis; -----*
- Aumentar a resiliência do seu território, adaptando-se aos impactes das alterações climáticas; -----*
- Garantir a produção dos estudos e informação necessária no âmbito do Pacto, incluindo a de monitorização, que poderá resultar em necessidades de ajuste aos planos definidos com vista ao cumprimento dos objetivos. -----*

Neste âmbito, foi lançado um Programa de Peer Learning para o período 2021-2022 (baseado no sucesso do programa de geminação do Pacto de Autarcas), que oferece às cidades, regiões e províncias de toda a Europa a oportunidade de participar em intercâmbios que visam aumentar as suas capacidades e conhecimentos, através de debate em rede com o objetivo de fortalecer a capacidade de enfrentar desafios climáticos e energéticos. -----

A iniciativa, lançada pela Comissão Europeia em 2020, tem, como se menciona anteriormente uma visão bem definida, que passa por, em 2030, as cidades aderentes serem "locais mais atrativos para viver", promovendo a "saúde e o bem-estar dos cidadãos", que vão poder respirar ar limpo, desfrutar de água limpa, ter acesso a parques e espaços verdes e experienciar menos ruído ambiental, e em que a economia circular será uma realidade e os resíduos serão transformados em recursos, ao encorajar a reutilização, reparação e a reciclagem. -----

Mas, nesta matéria, convém salientar que a adesão a esta iniciativa se enquadra na estratégia que este executivo liderado pelo Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira, tem vindo a desenvolver nesta área, com o objetivo de promover um território ambientalmente

sustentável, com menos poluição e que garanta uma melhor qualidade de vida a todos os nossos conceterrâneos. -----

O Município tem vindo promover outros projetos e compromissos conjuntos na área ambiental, como são exemplos, a troca de luminárias para a tecnologia Led, a rede ciclável de bicicletas elétricas, o lançamento do concurso para a concessão dos transportes urbanos que prevê autocarros mais sustentáveis e amigos do ambiente, ou mesmo a renovação efetuada da frota de viaturas do município por veículos menos poluentes e mais económicos, ou seja, toda uma estratégia pensada na melhoria da qualidade de vida dos nossos concidãos, indo ao encontro com o objetivo de reduzir as emissões de carbono na nossa cidade, fazendo e contribuindo com a nossa parte para o desenvolvimento sustentável do concelho, do país e do planeta. -----

É pois neste âmbito, que este executivo assume o compromisso da redução das emissões de CO2 no Concelho em, pelo menos, 40% até 2030, com a adoção de uma abordagem integrada à mitigação e adaptação às alterações climáticas, através do aumento da eficiência energética e da produção e utilização mais limpa da energia e ainda assegurar o envolvimento e trabalho em rede com outros municípios portugueses e europeus, através do programa "Peer Learning", da iniciativa Pacto de Autarcas, e que irá possibilitar o intercâmbio de experiências e aprendizagens, através da produção e troca de conhecimento, informação e colaboração entre pares. -----

As ações a implementar neste âmbito têm pois como objetivos obter melhorias significativas na qualidade do ar, na qualidade das massas de água e na eficiência do seu uso, no progresso considerável na conservação e melhoria da biodiversidade urbana e avanços na economia circular, ao assegurar uma melhoria significativa na gestão de resíduos municipais domésticos, e na redução da poluição sonora e, ainda na defesa de todo o património natural que nos envolve. -----

Por tal, e constatando que esta adesão se enquadra na estratégia que o município tem implementado nesta área, com o objetivo de promover um território ambientalmente sustentável, com menos poluição e que garanta uma melhor qualidade de vida a todos os nossos munícipes, a bancada do Partido Socialista vai também assumir a responsabilidade que lhe compete para o desenvolvimento sustentável do concelho da Covilhã, do país e do planeta, votando favoravelmente esta adesão, não porque sim, mas sim, mas pelo futuro das novas gerações." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – Adesão ao Pacto de Autarcas: Peer Learning foi a mesma aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 2 votos contra (PSD) e 6 abstenções (DNCCP e CDS-PP). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguizo, Peraboa, Unhais da Serra, Covilhã e Canhoso. –

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “O PSD fez questões para definir o sentido de voto com base na resposta que seria dada às questões que fez. Não tendo sido dada nenhuma resposta e ainda ter sido desrespeitado um Deputado do PSD, por ausência de resposta votámos contra. -----

Relembrar o Senhor Presidente da Câmara que na Assembleia Municipal é o Executivo que responde perante os membros da Assembleia e não o contrário.” -----

2.5 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DA COVILHÃ – ELH – 1.º DIREITO – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de março de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1791 de 2021.03.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi feita a apresentação do programa ELH – 1.º Direito, por videoconferência, pelo Senhor Arq.º Leonel Ferreira da Empresa SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: “Quería salientar que, até final de fevereiro, o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) já se comprometeu com 25 municípios em que o financiamento atinge 710 milhões. -----

Esse valor, de acordo com o IHRU, permitirá resolver os problemas habitacionais de 14.705 famílias. -----

Nesses 25 municípios, da sua listagem, encontramos vários do país, entre os quais, aqui na nossa zona, Idanha-a-Nova. Significa que em fevereiro Idanha-a-Nova já tinha avançado neste acordo com o IHRU. -----

Posteriormente, já terão sido assinados mais 5 acordos e é evidente que há vários municípios que estão a trabalhar na Estratégia Local de Habitação como o nosso, no sentido de fazer a sua apresentação. -----

Contudo, ao aderir a esses processos, os municípios devem exigir que o financiamento por via do PRR não venha fazer esquecer o investimento comprometido em Orçamento do Estado e destinado ao fundo perdido do 1.º Direito. Como foi explicado pelo Senhor Arquiteto, há aqui

várias fontes de financiamento, havendo até a possibilidade de a subvenção ser até 100% no caso do PRR e já foi admitido pelo próprio Ministro. -----

Salientar que o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1.º Direito consta numa Resolução do Conselho de Ministros, tendo sido aprovado posteriormente na Assembleia da República – a Lei de Bases da Habitação – com os votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e PAN e os votos contra do PSD e CDS-PP, em 5 de julho de 2019. -----

Estamos perante um documento (Estratégia Local de Habitação da Covilhã) denso, bem estruturado que caracteriza e faz o levantamento das necessidades e financiamento da Estratégia Local de Habitação em cerca de 14 milhões de euros, elaborado por uma empresa construída com o apoio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Deveria ter por base a Carta Municipal da Habitação que deveria ser aprovada por esta Assembleia Municipal. -----

Apesar de tudo, estamos de acordo e aprovamos o documento que nos é proposto. Porém, de acordo com a Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro (Lei de Bases da Habitação), em vigor há mais de 1 ano, deverá a Câmara Municipal promover a elaboração da Carta Municipal da Habitação com apresentação anual do relatório municipal de habitação e promover a constituição do Conselho Municipal da Habitação. No fundo, deverá o Município, na nossa opinião, avançar com estas iniciativas que são de lei. Apesar de ter passado 1 ano, entende-se que neste momento a Estratégia Local da Habitação tinha que avançar para efeitos do financiamento, mas não esquecer o cumprimento da Lei com a implementação destas iniciativas.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Isto revela aquilo que é a gestão do património municipal e revela o estado das habitações do Município. É preocupante ver a quantidade de habitações que estão degradadas, coisa que se vem falando ao longo do tempo. -----

Ainda bem que foi feito e acho que os serviços da Câmara já tinham identificadas estas situações, mas certo e verdade é que até agora nada foi feito sobre o assunto. Poderia dizer-se que também não havia os fundos que estão aí e acredito que devem ser aproveitados para tentar recuperar isto. -----

É uma estratégia e, como estratégia, o trabalho está bem feito. Está elucidativo. Acho que a base é aquela que os serviços tinham feito. Não sei por que razão os serviços não tiveram a capacidade de fazer ou porque é que não foi pedido ao serviço para fazer o trabalho todo. Não sei quanto é que isto custou ao Município, mas como há dinheiro para pagar os projetos ainda bem que deve ser feito. -----

De qualquer maneira (e como sou a favor das estratégias,) também votaremos a favor desta Estratégia Local de Habitação, embora continue a dizer que isto é apenas algo feito à pressa (estamos a falar da Lei de 2018). Nunca se preocuparam com a Estratégia Local de Habitação nenhuma e só agora que há dinheiro é que andaram à pressa e, como foi dito, atrás dos outros todos e lá andamos nós a correr atrás do prejuízo!” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “Três notas prévias: -----

- 1.^a Sei que, às vezes, no calor da luta política, se diz o que não se deve, mas nunca se deve perder sobretudo a elevação. O apelo que eu faço é precisamente esse. Temos que nos respeitar uns aos outros. Somos diferentes. Uns são poder, respeitamos isso. Somos oposição, também temos que ser respeitados. Temos que dar o exemplo e ter algum cuidado naquilo que se utiliza, com as expressões tipo “desonestidade”. Acho que não fica bem. Podemos ter posições diferentes, leituras erradas, mas ser desonestos acho que ninguém é; -----
- 2.^a Salientar que este programa é um programa importante e todos nós devemos fazer um esforço, mas ter constatado, aquando da apresentação, que nem todos estavam presentes acho que devemos ter algum cuidado. Foi uma peça importante e o autor merece também o nosso respeito; -----
- 3.^a Foi aqui dito que a Oposição não queria ou não quer que se fizesse nada. No que me diz respeito pelo De Novo Covilhã, não é verdade. Ao longo destes anos todos temos tentado realizar uma Oposição crítica, mas construtiva. Quando se faz alguma coisa, até temos a honestidade de vir aqui a este palco fazer o elogio; quando não se faz ou se faz mal feito, naturalmente, fazemos aqui a crítica. -----

Cá estamos num caso concreto deste plano que merece a nossa aceitação e naturalmente o nosso elogio. Coisa bem-feita, bem elaborada e que, no fundo, só veio dar razão àquilo que dizemos desde a primeira hora. Constatar que há 221 agregados habitacionais em situações de carência habitacional no Concelho da Covilhã deve merecer a nossa atenção. -----

A questão da habitação tem que ser uma prioridade para qualquer executivo, seja de que cor for, porque estes 221 agregados habitacionais têm que merecer da nossa parte o nosso respeito. Sendo certo que, destes 221, são 19 os proprietários que não têm possibilidades económicas, portanto pessoas que possuem habitações e que não têm dinheiro para poder recuperá-las e merecem também uma atenção da parte do autor do estudo, para além de que 164 são não proprietários que não têm capacidade e têm carências a nível habitacional e, por outro lado, 38 com necessidades habitacionais não identificadas ou não incluídas nos outros itens. -----

221 agregados habitacionais no Concelho da Covilhã têm carências habitacionais. A questão da habitação necessariamente tem que ser uma prioridade seja para quem for, seja para que partido for, na nossa perspetiva. -----

Por outro lado, registar que há 3 itens os quais nos identificamos que são: APOIAR para ATRAIR para depois HABITAR. Naturalmente são programas diferenciados e é um programa que se se concretizar e se cumprir os seus objetivos estou convencido que vai atingir os objetivos a que se propõe, sendo certo que, de entre as medidas previstas, temos uma primeira no âmbito da reabilitação da habitação social; depois a criação de 69 novas habitações para dar resposta às necessidades; criar ou reabilitar um parque habitacional privado; e criar um regulamento municipal. -----

É um investimento de 12.883.000 € por parte do Município do qual os proprietários, de acordo com o estudo, terão que ter uma participação de 1.930.000 €. Há aqui um investimento que a Câmara Municipal da Covilhã tem que prever, dispor e programar no sentido de ser necessário para reabilitar o seu parque habitacional urbano. -----

Quando algo da nossa parte merece a nossa concordância, quando algo está bem feito e bem elaborado, cá estamos nós aqui a dizer “sim senhor, está bem feito, está bem elaborado e como tal merece a nossa concordância”. É isso que pretendemos. Sempre foi isso que pretendemos. Nunca pretendemos fazer uma oposição que se criticasse o nada feito. O que gostaríamos sempre é que se tivesse feito e da melhor maneira possível, daí a nossa atitude crítica.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “O direito à habitação ou à uma habitação digna é um direito fundamental, consagrado na *Constituição* Portuguesa. Cabe ao Estado a obrigação de adotar políticas públicas que garantam a equidade no acesso a este bem essencial a cada indivíduo. -----

No âmbito nacional, o Partido Socialista tem implementado um conjunto de medidas que permitem estabelecer uma verdadeira política pública de habitação de modo a criar um parque público de habitação que o País precisa. O PS acredita que uma política pública de habitação só será defendida pela maioria da população quando responder à maioria da população. -----

Esta visão, assente numa nova geração de políticas de habitação, pretende dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado e tornar a reabilitação na principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano. -----

É uma nova abordagem que implica uma reorientação da política de habitação, antes centrada no objeto a casa e agora focada no objeto essencial do acesso à habitação, segundo um modelo que privilegia o acesso universal a uma habitação adequada que dá prioridade à reabilitação, ao arrendamento e que promove uma maior proximidade aos cidadãos. -----

No seguimento destas medidas nacionais, a implementação local destas medidas é apresentada aqui hoje a esta Assembleia – Estratégia Local de Habitação da Covilhã – enquadrada no programa 1.º Direito, programa de apoio ao acesso à habitação para dar apoio a famílias que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. -----

Senhor Presidente, à semelhança de outras medidas já colocadas em prática no acesso a financiamento, o qual está a decorrer em termos de intervenção no parque habitacional da Covilhã associado à questão da eficiência energética, também aqui, com a adoção deste plano estratégico, este Executivo demonstra sensibilidade e responsabilidade pelas questões sociais do nosso Concelho, nomeadamente em matéria de habitação, ao contrário de uns que invocam agora preocupação pela habitação social, mas que noutros tempos foram responsáveis pelo negócio da antecipação de rendas da habitação social que originou naturalmente uma maior degradação de um parque habitacional do Município da Covilhã por falta de verba para este efeito. -----

O PS, com esta alteração de atitude, sauda este Executivo pela apresentação deste documento de Estratégia Local de Habitação da Covilhã. Um documento que faz um diagnóstico do contexto social habitacional e das respostas do Município com a colaboração de parceiros, ouvindo os parceiros sociais, ouvindo as juntas de freguesia e é um plano estratégico que é inclusivo. -----

Resulta na identificação de 221 famílias em situação de carência habitacional no Concelho, das quais 183 apresentam, em simultâneo, condições residenciais indignas e carência económica pelo que são elegíveis a acederem ao apoio do 1.º Direito, enquanto que as restantes 38 poderão recorrer a outros mecanismos complementares para uma resposta por parte do Município. -----

A isso juntar-se-á a criação de uma bolsa municipal de arrendamento acessível com 62 fogos dirigidos quer para a população residente com rendimentos intermédios, quer para a população estudantil que tem um grande peso, como se sabe, no Concelho. -----

Esta Estratégia Local de Habitação prevê, para um horizonte temporal de 6 anos, um investimento global de 14,8 milhões de euros, 12.8 dos quais são financiamento público. -----

Por estes motivos enunciados, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.”

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “O PSD vota a favor desta proposta porque, como dissemos no início, sendo uma proposta sectorial reiterando a necessidade de discutir e implementar uma global, o que está bem feito merece ser elogiado e, portanto, merece ser aprovado. -----

Dizer apenas que a Covilhã tem o maior parque habitacional da Beira Interior e, até há 1 ano (durante 3 anos), o atual Executivo aplicou rendas acima da Lei. -----

Ter em conta que durante o mandato foram feitas 0 (zero) obras de reparação. Já discutimos isto várias vezes. Vir aqui falar no passado e criticar aquilo que até foi uma boa política (concordo com eventuais erros que possam ter sido implementados), mas vir aqui falar de um problema estrutural de habitação, quando a Covilhã tem o maior parque habitacional da Beira Interior e teve a capacidade de o implementar, isso acho que é injusto.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Em primeiro lugar, dar a nota que, contrariamente ao que se diz, isto foi programado. Em 2018 proferi um Despacho a criar uma equipa que começou a tratar deste assunto. Isto não foi tratado *em cima do joelho!* -----

Dar a nota que este trabalho começou cedo. Aliás, o Senhor Arquiteto, na sessão de Câmara onde teve a oportunidade de apresentar este mesmo plano estratégico, sublinhou na presença dos Senhores Jornalistas a importância do trabalho que foi feito pela Divisão de Planeamento e pelo Serviço de Ação Social que têm a gestão do parque habitacional, respetivos arrendamentos e tudo o mais que com ele se relacione. Isto não nasceu de ontem para hoje! É uma preocupação que existe há muitos anos. -----

1.º Efetivamente temos o privilégio de ter um parque habitacional numeroso, sendo certo que, quando tomámos posse, ele já há muito que não era cuidado. -----

2.º Ainda que o quiséssemos fazer tínhamos uma dívida colossal que nos impedia de fazer a manutenção que ele efetivamente precisava. -----

3.º Como se tal não bastasse, as rendas que são recebidas através de quem as ocupa eram alocadas imediatamente ao pagamento do empréstimo porque houve uma antecipação dessas mesmas rendas – espécie de empréstimo em que se deu de caução as rendas. -----

Portanto, não tínhamos dinheiro porque a dívida era como era; há muito que não se faziam obras de conservação; e as rendas não podiam ser utilizadas para as repararmos. -----

Surgiu a primeira oportunidade e cá estamos nós, feito o devido saneamento financeiro. Foram-se fazendo pequenas reparações pouco significativas e, mesmo sem Estratégia Local de Habitação, temos as obras de eficiência energética (umas já concluídas, outras em curso) independentemente deste programa específico que hoje nos é apresentado. -----

As coisas são pensadas, trabalhadas, gizadas ao longo do tempo porque elas não surgem da noite para o dia e é preciso arregaçar as mangas e suar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Estratégia Local de Habitação da Covilhã – ELH – 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguizo, Erada, Peraboa, Covilhã e Canhoso e o Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2.6 - 2.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de abril de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o n.º 1, do artigo 90.º, do RJIGT, através do ofício n.º 2134 de 2021.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (DNCCP):** “Referir que, mais uma vez, a Câmara cumpre os mínimos olímpicos em termos de matéria de urbanismo. -----

Continuamos a simplesmente adaptar e a corrigir aquilo que fizemos nas últimas alterações no que diz respeito à adaptação do Plano e basicamente continuamos por saber qual é que é a estratégia (não há alteração nem revisão do PDM, não há alteração das regras de construção). -----

Continuamos como há 10 anos nesta matéria. Continuamos à espera que, de facto, esta Câmara se digno tratar do urbanismo e da Covilhã como deve ser.” -----

- **Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS):** “Congratular a Câmara e os serviços municipais do Planeamento e Urbanismo porque, durante estes mandatos, têm feito um trabalho exímio naquilo que toca ao planeamento e ao urbanismo na cidade da Covilhã. Só quem não trabalha com o planeamento e com o urbanismo na cidade da Covilhã é que não sabe que mudou da água para o vinho naquilo que era a anterior forma de trabalhar e aquilo que se faz hoje em dia. Antes, em termos processuais e de projeto, demoravam-se se calhar 6 ou 7 meses a dar resposta e hoje em dia temos períodos de 8 dias no caso de comunicações prévias. Acho que é abusivo falar de cumprir mínimos olímpicos quando tem sido tudo feito, da maneira possível e correta, em relação aquilo que é o trabalho de um planeamento e de um urbanismo numa câmara qualquer, sendo a Câmara da Covilhã um exemplo para a Beira Interior. -----

Dar os parabéns e congratular mais uma vez porque, quando se faz uma alteração num plano, exige muito rigor e muito trabalho. Para terem uma ideia: demora cerca de 6 meses para estudar uma só freguesia. Quanto tempo demorará estudar um concelho inteiro?!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **2.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 23 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguizo, Erada, Paul, Peraboa, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso. -----

2.7 - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA E REABILITAÇÃO DO BAIRO DAS MACHEDES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de abril de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3, do artigo 127.º, bem como no n.º 1, do artigo 90.º, do RJIGT através do ofício n.º 2135 de 2021.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS):** “Uma revogação de um Plano é feita porque se fôssemos alterar o plano iria demorar imenso tempo a conseguirmos pô-lo em prática com as regras e a dimensão necessária. Ele não cumpre as necessidades atuais de implementação e de edificação nesta zona.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Compete à Câmara Municipal da Covilhã, no âmbito das suas competências em matéria de ordenamento do território municipal, desenvolver ações que possibilitem a articulação e a compatibilização entre a salvaguarda do interesse público e o direito ao ordenamento do território a que todos têm direito de forma proporcional e equilibrada. -----

Tal obrigação assume, por um lado, uma particular importância se se considerar que o País saiu há relativamente pouco tempo de um período de crise económica, de grandes dificuldades de investimento, em que qualquer estímulo é vital para a dinamização da economia e para a criação de emprego com resultados de grande importância para o Concelho e para a região, tendo inclusivamente o Estado criado cenários legislativos excecionais e favoráveis à reabilitação urbana.

Por outro, é necessário considerar também as alterações sociais e económicas provocadas pela pandemia da Covid-19, prevendo-se grandes alterações das dinâmicas de mercado que poderão alterar e dificultar as decisões de investimento. -----

Os procedimentos de dinâmica dos planos territoriais enquadram-se dentro destas ações, decorrente de uma prévia monitorização de execução dos planos, conforme sucede com a proposta que se apresenta. -----

A elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes teve subjacente dois grandes objetivos estratégicos: a reabilitação e a preservação da identidade do Bairro. -----

Contudo, volvidos mais de 12 anos sobre a entrada em vigor do Plano, verifica-se uma baixa materialização dos objetivos que estiveram subjacentes e do seu programa de execução por força de regras muito restritivas e até tecnicamente inviáveis. -----

A dificuldade de implementação das normas do Plano revelou-se castradora da execução de intervenções de operação de reabilitação urbana, conforme se comprova por várias intenções de investimento que foram objeto de parecer desfavorável por parte dos serviços do Urbanismo. ----

A proposta que se apresenta encontra-se fundamentada com um relatório, no âmbito do qual os serviços procederam a um levantamento do estado de conservação de todos os edifícios, que concluiu que maioritariamente o estado de conservação do edificado é médio mau, existindo uma grande percentagem de edifícios em ruína e também de edifícios que já foram demolidos possivelmente na sequência de ameaça de ruína eminente. -----

Ficou assim demonstrado a ineficácia e a desadequação do modelo territorial do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes, uma vez que provocou exatamente o contrário daquilo a que se propôs, através de uma estagnação do território, que resultou na degradação generalizada de grande parte do edificado. -----

Justifica-se assim uma medida urgente que consiga reverter o estado de degradação em que se encontra o edificado na área de intervenção do Plano e que possibilite a reabilitação dos edifícios, acolhendo as intenções de investimento que têm vindo a ser manifestadas, indo ao encontro da política de incentivo à reabilitação urbana a que o Município tem prosseguido, designadamente com a delimitação de ARU's (áreas de reabilitação urbana), ORU's (operações de reabilitação urbana) e programas estratégicos de reabilitação urbana. -----

Os serviços ponderaram, dentro dos mecanismos de dinâmicas previstos na Lei, qual seria aquele que teria repercussões mais imediatas e concluiu que a revogação do Plano é o procedimento que melhor se adequa por ser mais célere, capaz de potenciar ações de reabilitação, criar condições para a concretização de novos investimentos na sua área de intervenção quer, por um lado, afasta as regras e normas do Plano que estão manifestamente desadequadas e, por outro, porque não resulta daqui qualquer vazio de regulamentação já que passarão a ser aplicadas na sua área territorial as normas que constam do Plano de Urbanização da Grande Covilhã e Plano Diretor Municipal da Covilhã que são mais adequados à gestão das necessidades e dinâmicas territoriais em presença. -----

Paralelamente à presente proposta, a Câmara Municipal da Covilhã deliberou, no passado dia 16 de abril, iniciar um procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do UOPG3 – Centro Histórico do Tortosendo – como uma área de abrangência superior ao Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes e que corresponda a uma unidade operativa de planeamento definida no Plano de Urbanização da Grande Covilhã. -----

Há pouco veio-se dizer que nunca houve mexidas nenhuma neste Plano e houve 3 pelo menos que eu me recorde.” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “O Grupo Parlamentar do De Novo Covilhã vai votar favoravelmente este ponto. -----

No passado, foram feitos um esforço e um projeto de reabilitação do Bairro das Machedes no Tortosendo. Foi feito o que foi possível no contexto possível e naturalmente todos nós somos seres humanos e, quando as coisas precisam de ser alteradas, nós não nos fechamos em nós próprios e, conseqüentemente, na prossecução sempre da satisfação do interesse e das necessidades das pessoas, nomeadamente habitacionais, e, atento à fundamentação que foi realizada pelo Departamento do Urbanismo (a qual uma vez mais saúdo), consideramos pertinentes as questões suscitadas. Consideramos que a agilização das medidas preconizadas vai ao encontro das necessidades das pessoas e, como tal, vamos votar a favor. -----

Relativamente ao nosso passado, há uma questão que não merece qualquer dúvida. O Executivo camarário presidido na altura pelo Presidente Carlos Pinto e pela sua equipa fez, de facto, uma obra a nível da habitação social, uma obra reconhecida até ao nível nacional. Honra-nos muito a obra feita. -----

De acordo com as capacidades e com os recursos existentes e de acordo com os estudos realizados, o que é certo é que isso possibilitou a muitos cidadãos com carências graves, em termos de habitação, ter uma habitação mais digna e mais adequada. -----

Devemo-nos honrar daquilo que foi feito e que foi reconhecido inclusive por outras entidades essa obra realizada.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Que todos os pedidos da Junta de Freguesia fossem resolvidos com tanta celeridade como este. -----

No dia 23 de março, decorrente de um trabalho e da manifestação de investimentos no Bairro das Machedes onde o atual Plano é um garrote para quem queira lá investir, numa reunião com técnicos da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia do Tortosendo solicitou à Câmara Municipal a revogação desse Plano porque a figura de alteração iria demorar 3 ou 4 anos e aqueles que querem agora investir 1 milhão de euros no Tortosendo no Bairro das Machedes certamente iriam fazer esse investimento, passado este tempo, noutra local e não ali. -----

Estamos a trabalhar para a renovação do Bairro das Machedes. O Plano que estava em vigor na altura renovou aquele bairro naquilo que era possível. Hoje há a necessidade de o alterar e aqui estamos nós para aprovar essa revogação. -----

Sabemos o trabalho feito pelo Urbanismo neste sentido. É um trabalho que já decorre provavelmente há mais de 1 ano junto com investidores que queriam ali fazer obra e não o podiam face às limitações do Plano em vigor. -----

Agradecer o facto de o estarmos aqui a aprovar e, naturalmente, a Junta de Freguesia vai votar favoravelmente esta revogação.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Não conseguimos escrutinar o interesse de se revogar um plano de pormenor que visou a proteção de um centro histórico. -----

Não se explica quais são as medidas restritivas de difícil aplicação, sendo que as mesmas só se aplicam à zona habitacional das Machedes, na qual a Câmara não investiu ao longo dos anos (adquiriu alguns imóveis não recuperou o edificado, como previsto no Plano). -----

A necessidade da preservação daquele núcleo habitacional é de interesse público e, desde logo, do Tortosendo e do Concelho. -----

Parece-nos que existem interesses que não públicos naquele espaço, o que já aqui foi confirmado.

Parece-nos também que as medidas e salvaguardas previstas no Plano de Urbanização da Grande Covilhã e no PDM são demasiado abrangentes para o espaço em causa. -----

Revogar o Plano de Pormenor das Machedes, elaborado e aprovado pela tutela, é deixar aquele núcleo histórico sem qualquer proteção e sem regras específicas para a requalificação do seu edificado, mantendo, como é evidente, os traços característicos dos seus genes, o seu design de uma cidade que quer ser classificada como Cidade Criativa. -----

Discordamos do Plano dizendo ainda que, com a revogação do Plano de Pormenor das Machedes, a Covilhã fica sem qualquer plano de salvaguarda de uma zona histórica. Como é do conhecimento, os centros históricos são a manifestação viva da história urbana e cultural, não só abrigando grande parte do património cultural como também a sua revitalização. Tem o potencial de

aumentar sinergias de múltiplas dimensões (cultural, social, económica e urbana) para converter-se em uma centralidade vibrante na cidade. -----

Está muito provado que o desenvolvimento cultural, económico e turístico de muitas cidades hoje conhecidas (as mais conhecidas) se deve, na sua essência, à proteção do património construído: a Baixa Pombalina em Lisboa, a Ribeira no Porto, o Centro Histórico de Guimarães, de Évora e de Óbidos onde, nesta última, como núcleo urbano pequeno, é a prova viva que uma política direcionada para tal fim é sinónimo de sucesso. -----

Sabemos que os planos de ordenamento, sejam quais forem, são estruturas vivas que se adaptam aos novos estares, de onde a necessidade de um acompanhamento contínuo sem, nestas áreas, se submeter a pressões imobiliárias, onde o todo se sobrepõe ao particular. -----

Como já provado, o investimento em zonas novas é mais dispendioso, tanto para o promotor como para o município, pela criação de novas infraestruturas, já criadas no tecido urbano existente de onde os promotores já há algum tempo se terem voltado para estas áreas. -----

Todos os planos de áreas históricas são, em certa medida, restritivos em especial nos materiais a utilizar nas fachadas e o Plano de Pormenor das Machedes, neste caso, não é exceção. -----

Com todos os dinheiros agora existentes, a visarem a recuperação urbana que não é à toa, urge a vontade política para atingir tal fim. -----

O sucesso das áreas históricas depende, única e exclusivamente, da vontade política.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã:** “Sublinhar que se tem havido regeneração, reabilitação e requalificação urbana nos últimos tempos com a intensidade com que ela está a existir na Covilhã (ímpar em toda a Beira Interior e diria até ímpar em todo o Interior de Portugal à exceção de Évora e parte de Viseu) é porque houve alterações pontuais feitas por nós para ajustar os planos de modo a poder fazer-se estes empreendimentos senão eles não eram possíveis.

Este plano começou a ser trabalhado há mais de 1 ano confrontados com situações concretas. ---

Não há aqui nenhum vazio. Temos os elementos para que não haja vazios neste domínio.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revogação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes** foi a mesma **aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 2 votos contra (PCP) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiço, Erada, Paul, Peraboa, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso. -----

2.8 - CANDIDATURA DA COVILHÃ A CIDADE CRIATIVA DA UNESCO EM DESIGN

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de abril de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2136 de 2021.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi feita a apresentação da presente candidatura pelo Senhor **Diretor Executivo da candidatura – o Senhor Prof. Francisco Paiva.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Salvaguado que tinha preparado esta intervenção na base dos documentos que recebi. -----

Sendo para mera informação, registamos o facto de a Câmara nos dar conhecimento da proposta da Divisão de Cultura, Juventude e Desporto para se avançar com a candidatura e a ficha de candidatura. -----

Desde já, manifestamos a nossa concordância com a candidatura. -----

Porém, algumas preocupações. -----

Tendo-se realizado algumas iniciativas propedêuticas, seria expectável mais substância quanto às ações a desenvolver nos diferentes itens da ficha de candidatura, nomeadamente quanto aos eixos de intervenção, aos objetivos e ações (houve aqui, com a apresentação, uma certa resposta a esta questão). -----

Tendo-se constituído a parceria e a instalação dos órgãos principais e necessários à realização da candidatura e tendo-se iniciado a estruturação principal do plano de ação para 2022-2025, não nos é fornecida qualquer informação sobre a constituição daqueles órgãos (quem e critérios da sua escolha), nem a metodologia adotada para a estruturação principal do plano. De certa forma ficámos a conhecer algumas das personagens, algumas caras das pessoas que participam. -----

Por último, discordamos da utilização da denominação “*Manchester Portuguesa*” porque nos remete à propaganda do anterior regime, porque é redutor, porque nos dá um ar de provincianos e porque não existe comparação possível. -----

Esta referência só nos inferioriza e não nos afirma no contexto nacional europeu. -----

A candidatura deve afirmar e valorizar o património do Concelho e da sua cidade e não a uma cópia reduzida de qualquer cidade inglesa.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Dar os parabéns ao Senhor Professor pela brilhante apresentação que nos trouxe. -----

Agradecer a leitura ao Senhor Deputado Vítor Reis Silva. Ainda bem que algumas das questões que tinha colocado *a priori* foram, de facto, respondidas. É, de facto, exemplificativo da elucidação que tivemos com esta apresentação. -----

E depois estranhar alguns silêncios. -----

É que começámos esta Assembleia Municipal a dizer que não se fazia nada. Depois do não se fazer nada, passou-se para aquela parte em que foi tudo depressa demais. Um processo que começou no dia 23, afinal já vem à Assembleia Municipal menos de 1 mês depois. Portanto, já estamos rápidos demais. Qual é que era o problema? Falta de estratégia! -----

Agora há estratégia: “*Eh pá, é uma chatice! Não tenho nada a dizer.*” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “Relembrar que, na minha primeira intervenção aqui hoje, a primeira frase que disse, depois dos cumprimentos, foi o elogio à candidatura a Cidade Criativa da UNESCO e a disponibilizar-nos para ajudar.” -----

A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento da Candidatura da Covilhã a Cidade da UNESCO em Design. -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve inscrições para intervenções do público. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



Sessão de ABRIL 2021

Assembleia Municipal da Covilhã

MOÇÃO

O governo está a preparar legislação para regulamentar a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, que estabeleceu o enquadramento jurídico das atividades de revelação e de aproveitamento dos recursos geológicos existentes em território nacional.

No preâmbulo dessa proposta é referido como inovador que, “no que respeita aos encargos de exploração, Royalties, até aqui exclusivamente reservados ao Estado, procede-se, agora, à sua repartição equitativa com os municípios, para benefício das suas populações”.

Mas no Artigo 63.º relativo à afetação dos encargos de exploração é mencionado que:

1. O contrato de concessão de exploração fixa a percentagem dos encargos de exploração, num máximo de metade do seu valor e num mínimo de um terço, a consignar ao Fundo Ambiental para financiamento de projetos da iniciativa dos municípios em cujo território se localiza a exploração do recurso.
2. Podem ser financiados, com recurso aos valores consignados nos termos do n.º 1, os projetos que beneficiem especialmente as populações mais próximas da exploração do recurso geológico.
3. O disposto nos números anteriores é aplicável a projetos apresentados pelos municípios onde se localize a transformação industrial do minério extraído.

Ou seja:

- a) as verbas consignadas a um Fundo Ambiental não têm utilização para outros fins, e não estão diretamente disponíveis para o município ou as freguesias.



- b) as verbas podem beneficiar outras autarquias distantes do local onde se realiza a extração.
- c) as verbas podem ser absorvidas pelos municípios onde se localize a transformação industrial do minério extraído.

Portanto, a percentagem de Royalties supostamente reservada para benefício das populações não vai permitir reduzir o verdadeiro impacto da mineração do ~~lito~~ a céu aberto, que afecta todo o território da zona em causa e as suas populações, e que se torna ainda mais grave quando se tratam de regiões deprimidas do ponto de vista demográfico e sócio-económico.

É imprescindível intervir e esta Assembleia, através da aprovação da presente Moção, vem exigir que a legislação reserve um valor percentual dos Royalties, que o estado vai receber no âmbito da exploração mineira do ~~lito~~ e outros recursos geológicos, para dirigir diretamente aos municípios e freguesias onde venham a ser instaladas as referidas minas, de forma a beneficiar a população pelo impacto causado pela atividade extrativa de mineração, sendo esse valor determinado com base em critérios praticados neste género de atividade e em informação técnico-científica, e sujeito a aprovação da Assembleia da República.

Caso esta moção venha a ser aprovada deve dar-se conhecimento a sua(s) Excelência(s) / Exm^{os} (as) Srs (as):

- Presidente da República
- Aos grupos parlamentares da Assembleia da República
- Aos deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco
- Ao 1º Ministro
- Ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática
- Ao Secretário de Estado Adjunto e da Energia
- À Secretária de Estado do Ambiente

8) O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Exmo. Senhor Presidente
Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã.

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da
Covilhã.

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal.

Exmos Senhores Vereadores da Camara Municipal.

Exmos. Deputados Municipais.

Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Decorreu mais de um mês desde a última data em que reuniu esta Assembleia Municipal. Apesar de não ter decorrido muito tempo, contudo, há acontecimentos que merecem de nossa parte, reflexão e comentário.

Assim, em termos Internacionais e porque também se refere a um país irmão, não podemos deixar de comentar o drama que se está a passar na província de Cabo Delgado em Moçambique. Um drama que já provocou mais de 2000 mortes e 560 mil refugiados.

Um drama que nos toca, sensibiliza e diga-se, revolta, quando somos confrontados com a morte de cidadãos indefesos, moçambicanos e de outras nacionalidades que após serem objeto de tortura, são decapitados.

Aliás a este propósito não temos tomado conhecimento de qualquer intervenção de condenação por parte daqueles que em Portugal, defendem a tese do racismo português e da destruição do património relacionado com a nossa história. Onde estão? Que silêncio ensurdecedor!



Não podemos nem devemos tolerar mais chacinas. Não podemos nem devemos e á luz de interesses difusos deixar de condenar quem mata pessoas como quem mata animais. O Governo Moçambicano também não pode ficar insensível à grave situação humanitária na sua Província de Cabo Delgado.

Assim, em termos internacionais, os últimos acontecimentos impõem, pelo menos, duas intervenções imediatas: Moçambique deverá pedir apoio humanitário urgente para a população perseguida e em fuga e fazer combate ao extremismo uma causa capaz de unir os vários partidos na eliminação de um grupo que não hesita em recorrer a qualquer meio para atingir os seus fins. Passaram quase três anos e meio desde os primeiros atos violentos praticados pelos jiahdistas, e a verdade é que o governo de Filipe Nyusi, pouco tem feito para travar o radicalismo e proteger e devolver às populações a riqueza extraída das suas terras. Filipe Nyusi parece mais interessado em defender os investimentos estrangeiros do que as populações.

Em termos Nacionais, não podemos deixar de mencionar o esquecimento do interior por parte de quem decide... vão-se aprovando de forma descoordenada incentivos apoios...contudo, não se estabelece um plano com uma estratégia delineada e programada que permita de uma vez por todas esbater as gritantes diferenças existentes entre o litoral e o interior...o tempo vai passado e as portagens na A23 e A25 vão-se mantendo ...o tempo vai passando e os valores do passes sociais nos transportes não são ajustados como foram em Lisboa e no Porto... o tempo vai passando e o itinerário para Coimbra não passa do papel... mas discute-se a construção de um novo aeroporto em Lisboa e aprova-se a construção de uma nova ponte no Porto...o tempo passa... e a população diminui...o tempo passa...e o interior fica cada vez mais envelhecido e mais distantes dos grandes centros de decisão... até quando?

Em termos locais e pela sua importância salientamos duas iniciativas:

- a) Um programa desenvolvido e executado pela Associação de Socorros Mútuos da Covilhã que permite acolher, tratar, cuidar e orientar jovens refugiados que foram obrigados a fugir dos seus pais por força da guerra...uma excelente

fb AK
H2

iniciativa com a supervisão das autoridades portuguesas e internacionais, nomeadamente da ONU, e que muito dignifica a cidade, a região e o país... apoiar jovens inocentes a restabelecer as suas vidas na Covilhã, proporcionando ao cuidados os apoios necessários, é algo que da nossa parte merece o nosso apoio e consideração.

- b) Também a merecer o nosso apoio e como tal o nosso destaque, a campanha promovida pelo movimento “Um Grito por Cabo Delgado” criado por um grupo de cerca de 50 covilhanenses, a sua maioria jovens, que angariaram bens e fundos para ajudar as gentes que diariamente são obrigadas a fugir da província de Cabo Delgado em Moçambique, minorando assim as graves carências de uma população vítimas das atrocidades do terrorismo. É gratificante verificar a sensibilidade destes jovens para uma causa humanitária.

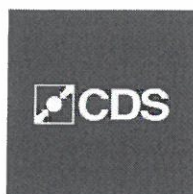
É reconfortante constatar, que, aqui, na Covilhã, há jovens disponíveis para ajudar o outro, fazendo disso o seu lema. Aqui na Covilhã, não há racismo. Há partilha. Há solidariedade para todos ...seja qual seja a sua raça, religião ou política. O nosso Bem-haja

O Presidente do Grupo Parlamentar

“De Novo Covilhã”



Luis Manuel Carreira Fiadeiro



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'H2' and a signature that appears to be 'F. F. F.' followed by a checkmark.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,
Senhores Vereadores,
Representantes dos órgãos de comunicação social
Senhoras e Senhores Munícipes

As restrições decorrentes da crise sanitária causada pela doença COVID-19 vieram interromper uma prática corrente de entidades públicas e privadas portuguesas de analisar o desempenho dos municípios em diversas vertentes, como a qualidade de vida, a transparência, a eficácia e eficiência financeira, enfim, todo um conjunto de fatores que posicionam cada concelho numa tabela classificativa face aos seus congéneres.

Foi por acaso, numa pesquisa que efetuei recentemente, que encontrei uma notícia de um jornal regional on-line, o Beira.pt, datada de 2015, que mencionava um estudo elaborado pela consultora Bloom Consulting, no qual a Covilhã figurava como a cidade da região da beira interior melhor classificada. O estudo pretende avaliar a performance de marca dos 308 municípios portugueses, no qual classifica a atratividade destas perante diferentes públicos-alvo (Turismo, Negócios e Talento).

Ora, como se aproxima o final do segundo mandato do atual executivo, achei interessante verificar o que sucedeu neste período com o município da Covilhã, nas diversas edições do ranking disponíveis.

Assim, em 2015, a nível nacional a Covilhã era a melhor posicionada, ficando em trigésimo lugar, Castelo Branco posicionava-se logo a seguir, em trigésimo primeiro lugar, já a Guarda arrecadava o quadragésimo quinto lugar. No contexto específico da região centro, o ranking era liderado pelo município de Coimbra (1º lugar), estando a Covilhã em 6º lugar, Castelo Branco em 7º lugar, Guarda em 11º lugar e o Fundão na 24ª posição.

Em 2017, a Covilhã desce do 6º para o 10º lugar na região Centro e baixa 15 posições em termos nacionais, passando para 45º lugar.

Em 2019, a Covilhã recupera ligeiramente, passando para 8º lugar na região centro, e 43º lugar em termos nacionais.

O único indicador que se mantém inalterado é o do talento (11>11>11), sendo os indicadores do investimento (9>15>14) e do turismo (4>7>9) aqueles que mais oscilam.

✓ Poderão dizer que um ranking é um ranking, que depende de muitos fatores, mas a verdade é que estes estudos refletem um determinado desempenho num dado período, com critérios que se pretendem objetivos.

A metodologia da Bloom Consulting assenta em 5 objetivos ou dimensões essenciais:

1. Atração de Investimento
2. Atração de Turistas
3. Atração de Talento
4. Aumento da Proeminência
5. Aumento das Exportações

Cada uma destas 5 dimensões tem em conta diferentes públicos-alvo, com sensibilidades diferentes. Isto significa que cada público-alvo, principalmente investidores e turistas, têm em consideração fatores antagónicos aquando da escolha ou afinidade com cada país, região ou mesmo cidade.

A Bloom Consulting recomenda o tratamento isolado de cada objetivo ou dimensão, para que se consigam desenvolver estratégias de marca país, região ou cidade de forma eficaz. Uma só estratégia muito dificilmente pode satisfazer as necessidades de investidores e turistas em simultâneo, comunicando geralmente uma mensagem vaga e sem condições para marcar a diferença.

De acordo com a consultora, "Só uma percentagem muito reduzida de países, regiões ou cidades, pode ou consegue satisfazer todas as suas necessidades sob uma estratégia tão abrangente. Por isso, cada país, região ou cidade, deve ser criterioso na definição do seu público-alvo e das respetivas necessidades, ao executar uma estratégia de "branding" profissional, de forma a atingir resultados eficazes."

Aqui fica a análise e, parece-nos, algum motivo para seja feita uma reflexão para ajudar a Covilhã a recuperar as posições que mantinha em 2015, a nível regional e nacional, ou até mesmo a superá-las.

Muito obrigada.

Covilhã, 21 de abril de 2021

Resumo da posição da Covilhã:

Ano	Ranking Regional Centro	Negócios	Visitar	Viver	Posição Nacional
2015	6º	9	4	11	30
2017	10º	15	9	11	45
2019	8º	14	7	11	43

Fonte: Bloom Consulting - Portugal City Brand Ranking 2015; 2017; 2019 - Municípios Portugueses

Ex^{mos} Senhores

Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, Dr. João Casteleiro Alves

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Pereira

E nas pessoas de V.Ex^{as}, saúdo todos os presentes



O partido do Centro Democrático Social e eu própria vimos desta forma dar os parabéns ao Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo, eleito na última reunião do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior como o 5º reitor desta instituição. O Professor Doutor Mário Raposo é professor catedrático do Departamento de Economia e Gestão da UBI, tendo feito toda a sua carreira académica nesta.

É um filho da terra e, como tal, promete utilizar toda a sua experiência de uma carreira longa, em prol da Universidade e da região.

Uma região empobrecida, desertificada e sem esperança, cujas feridas económicas e sociais foram mais descobertas nesta situação pandémica que vivemos.

Esperamos que esta eleição sirva para reforçar o clima de lealdade, confiança e honestidade entre a UBI e a Câmara Municipal da Covilhã, de forma a que toda a região – e todos nós - possamos dar um passo em frente. Como diz o Povo - juntos temos mais força.

Handwritten marks and signatures at the top right of the page, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Saudações

Senhor Presidente da Câmara

O final de mais um mandato, legitimamente outorgado pelo eleitorado, aproxima-se a passos largos. Todos vamos ser julgados. Uns pelo que fizeram ou pelo que não fizeram e deveriam ter feito. Outros pelo que disseram e por aquilo que não disseram e deveriam ter tornado público.

Telegraficamente, deixo-lhe algumas questões, *ainda por ~~revisar~~* recorrentes:

1 – Comunidade Intermunicipal. Declarações suas, feitas em determinada altura à comunicação social, sugeriam que no final do presente mandato o concelho da Covilhã pudesse deixar a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela e passa-se a integrar a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Questão: Em seu entender, qual a comunidade que devemos integrar no próximo mandato? Continuamos a norte ~~ou~~ rumamos a sul? *ou outra alternativa?*

2 – Legalização das casas do Covão da Mulher e da zona norte das Penhas da Saúde. Em 28/02/2018 veio a esta assembleia um procedimento administrativo destinado a rever o plano de pormenor da zona sul das penhas da saúde tendo, então, V. Excelência assumido que ia tratar do

2

processo, também de legalização, das restantes casas das Penhas da Saúde e do Covão da Mulher, na freguesia de Unhais da Serra.

Pode fazer-nos o ponto da situação relativamente a estes dois processos de legalização?

3. **Postos da GNR.** Sr. Presidente, recuso-me a acreditar que vossa excelência chegue ao fim do mandato, mantendo, em vários casos, a GNR do Concelho a laborar em condições que envergonham até os mais insensíveis. Pode dar-nos uma explicação para o facto das obras que se previam estar prontas em Março, caso de unhais da serra e Paul, ainda não tenham começado?

4. Esta Assembleia aprovou, se a memória não me trai, com uma abstenção e um voto contra, duas moções. Uma para a conclusão do IC6 e outra para a conclusão de estrada Unhais da Serra até à nave de Santo António.

Pode fazer-nos o ponto da situação relativa a estes dois processos?

5. **Época dos fogos.** Temos à porta mais um Verão. O dispositivo para enfrentar as adversidades que possam surgir na próxima época, está preparado, testado e afinado?

Os nossos Soldados da Paz têm garantidos os apoios necessários e indispensáveis?

Bombeiros de Unhais: ponto da situação?

Handwritten marks and initials in the top right corner, including a large 'H2', a signature, and the number '3'.

6. Estrada Cortes do Meio /Sanatório. Pensa cumprir com o compromisso que assumiu perante os Cortenses e asfaltar a referida estrada, até final do mandato?

finalmente.

7. Regadios tradicionais. O que pensa fazer para minimizar as dificuldades que algumas Juntas de Agricultores do Concelho vão enfrentar na próxima campanha, nomeadamente naquilo que ^{*refere*} à reparação do que resta de alguns regadios tradicionais?

Muito obrigado.

21-4-2021

António José Costa

4 MOÇÃO DE SAUDAÇÃO 4

PB
H2
A

Decorreram no passado dia 14 de abril as eleições para Reitor da Universidade da Beira Interior.

Mário Lino Barata Raposo foi eleito Reitor da Universidade da Beira Interior.

O sucessor do Professor António Fidalgo, a quem também devemos prestar o nosso agradecimento pelo trabalho levado a cabo à frente da academia, desenvolveu toda a carreira académica e profissional na UBI (e no instituto que a antecedeu), onde começou a lecionar como assistente estagiário, em 1983.

Entre os cargos desempenhados, destacam-se a participação em diversas equipas reitorais, como vice-reitor e pró-reitor.

Eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo, não posso deixar de manifestar o profundo orgulho em ter um filho da terra à frente da nossa Universidade da Beira Interior.

E porque é a nossa universidade, a universidade da nossa cidade, do nosso concelho, da nossa região, é nosso dever saudar o Reitor eleito e desejar-lhe os maiores êxitos à frente da Universidade da Beira Interior, porque os seus êxitos serão êxitos da nossa cidade, do nosso concelho, da nossa região.

Assembleia Municipal da Covilhã

21 de abril de 2021

Mário Lino Barata Raposo



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'H2'.

Por ocasião do aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências.

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história colectiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações.



As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais actual quanto se desenham e se assumem abertamente projectos reaccionários e antidemocráticos.


Comemorar Abril é também, nas actuais circunstância, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e protecção, apontar o sentido de vivência colectiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.

PAOD

Uma Assembleia Municipal que se realiza, como esta, a poucos dias da comemoração dos 47 anos da revolução de Abril, obriga, por um lado, a que se olhe para o ambiente democrático que se vive no nosso Concelho, mas também para o relacionamento institucional que conseguimos manter com os nossos parceiros regionais e locais.

Hoje em dia muito se fala na liderança regional que a Covilhã deve ter, e da qual andámos tanto tempo afastados, sempre na perspectiva que durante muito tempo presidiu ao relacionamento com os nossos vizinhos, segundo a qual, haveria quase que uma lei divina que instituía que a Covilhã deveria liderar a nível regional. Estou inclinado a concordar que, para consumo interno, esta perspectiva é fácil de afirmar e congrega os cidadãos à sua volta. Mas a verdade é que esta perspectiva provoca nas outras instituições e nos nossos vizinhos uma posição igual que, ao fim e ao cabo, anula a primeira: é legítimo qualquer cidadão de um Concelho vizinho achar o mesmo em relação ao seu Concelho e, caso assim não seja, não estar disponível para definir um rumo comum nas questões que importa articular.


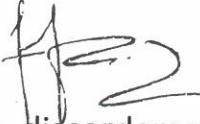
Primeiro e antes de tudo, é importante conseguir estabelecer relações com os municípios vizinhos para termos condições de definir quais são as políticas que devem ser discutidas e definidas a um nível supra municipal. A verdade é que a Covilhã durante muito tempo esteve de costas voltadas para os municípios nossos vizinhos e com isso inviabilizou a existência de políticas comuns que melhor servissem os cidadãos da região. Hoje já não



é assim. O relacionamento existente hoje com os municípios vizinhos permitiu criar canais de contacto bilaterais e multilaterais que têm contribuído para desbloquear situações como o investimento na ferrovia em que tivemos uma particular acção e, paralelamente, um especial cuidado de reconhecer os interesses dos nossos vizinhos.

A liderança da Covilhã não pode ser algo que nós afirmamos mas que os outros nos reconhecem. Há factos particulares em que essa liderança regional é factual: o primeiro município a presidir à CIM foi a Covilhã, o município da região que mais fundos comunitários executa é a Covilhã. Estou convencido que a Covilhã neste momento lidera mesmo a nível regional, mas também estou convencido que no dia em que deixemos de entender que os anseios dos cidadãos dos concelhos vizinhos são tão legítimos como os nossos, no dia em que deixarmos de entender que existe uma comunhão de interesses baseada num destino comum, no dia em que deixarmos de entender que o que é bom para o nosso vizinho é bom para nós e vice versa, será o dia em que perderemos a liderança regional e também o dia em que a noção de região se perderá. A liderança não se afirma num discurso, é baseada em factos e na legitimação dada pelo reconhecimento dos outros.

Por fim, importa-me também analisar a vivência democrática interna. Aí, tenho que o afirmar, sinto-me muito orgulhoso da evolução sentida no nosso Concelho desde que o Partido Socialista passou a governar os destinos do município. Aquando da entrada em funções do PS em 2013 tive um amigo, militante de outra força partidária que me disse 'respira-se melhor na Covilhã', e com razão digo eu. É legítimo, natural e desejável que tenhamos todos perspectivas diferentes das diversas políticas, do modelo



de sociedade que acreditamos ser melhor, que discordemos até com veemência, que tentemos fazer valer os nossos pontos de vista sobre os outros. O que já não é legítimo é que condicionemos os outros, que tentemos calar as opiniões divergentes, que vençamos pela imposição de silêncio aos que discordam. Isso, felizmente, já não se vive na Covilhã, e o funcionamento desta Assembleia, sob a liderança do Senhor Presidente João Casteleiro, é bem exemplificativo!

Mas igualmente exemplificativo é o Regulamento do Associativismo que veio trazer transparência ao relacionamento da Câmara com as associações, que veio romper com um modelo de subjugação das associações perante a Câmara, que veio permitir a afirmação de instituições e seus actores sem necessidade de concordar constantemente com a Câmara nas mais diversas questões.

Respira-se melhor na Covilhã e formulo votos que assim continue.

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento do Dr. **Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho**, de 66 anos.

Um homem bom, autêntico e solidário que dedicou muito da sua vida à Democracia.

Militante do Partido Socialista desde 1982, desempenhou funções de relevante importância política, sem qualquer apego ao poder, com perspicácia e grande sentido de responsabilidade, mas nunca deixando de ser humilde, espontâneo e genuíno.

Homem de causas, impulsionou a criação da Loja do Cidadão, defendeu a coesão territorial da Portugal e lutou pelo desenvolvimento do Interior combatendo as assimetrias regionais.

De uma afabilidade ímpar, privilegiava o debate de ideias, com convicção, respeito e tolerância, mas sem recurso a ataques pessoais.

Partiu em abril, mês da Liberdade um valor que tanto defendeu e acarinhou.

Pelo Homem, Político e Democrata que foi, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

Proposta



Voto de pesar pelo falecimento do **Dr. António Almeida Henriques**, de 59 anos.

A sua, irrepreensível conduta cívica e elevada cultura democrática, conduziram-no ao exercício de funções relevantes no serviço à causa pública.

Recordado com um cidadão ativo, participante e dinâmico era, desde 2013, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, onde a sua perda deixou um enorme sentimento de consternação.

A título de reconhecimento do contributo que deu à Democracia apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

VOTO DE PESAR

Cabo Delgado, a província no norte de Moçambique, onde avançam mega projetos para extração de gás natural, vê-se a braços com ataques de grupos armados, classificados como uma ameaça terrorista desde Outubro de 2017, tendo provocado uma crise humanitária com mais de duas mil mortes e 560 mil refugiados.

Multiplicam-se as notícias sobre ataques armados, reivindicados pelo grupo 'jihadista' do autoproclamado "Estado Islâmico".

Multiplicam-se as notícias relacionadas com as atrocidades realizadas à população civil e indefesa, sendo chocantes os relatos relacionados com a morte violenta de cidadãos, crianças, jovens, adultos e idosos – sendo a sua grande maioria decapitados, sem dó nem piedade.

Em pleno século XXI, ainda se cometem tais atrocidades.

Em pleno século XXI, morreram e morrem decapitados cidadãos indefesos, na região de Cabo Delgado, após serem torturados.

Tais cidadãos merecem o nosso respeito, a nossa solidariedade.

Somos um povo solidário e humano. Não podemos ficar insensíveis a tais atrocidades.

Não pode, a Assembleia Municipal da Covilhã deixar de manifestar seu pesar pela morte de mais de 2000 cidadãos na província de Cabo Delgado do país irmão, Moçambique, na sequência dos ataques efetuados por grupos armados terroristas.

Assim propõe-se que seja aprovado o VOTO DE PESAR, seguido de um minuto de silêncio, pelo falecimento dos cidadãos ocorrido na província de Cabo Delgado – Moçambique, na sequência de ataques efetuados por grupos armados terroristas.

Caso seja aprovado, propõe-se este VOTO DE PESAR, seja dado conhecimento:

1. Sr. Presidente da República;
2. Sr. Primeiro Ministro;
3. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros;
4. Sr. Embaixador de Moçambique em Portugal.



Covilhã, 21 de Abril de 2021

O Presidente do Grupo Parlamentar 'DE NOVO COVILHÃ'



(Luís M. Carreira Fiadeiro)

VOTO DE PESAR



Faleceu a 14 de Março de 2021, Ana Gonçalo, uma transmontana que há muito havia escolhido a Covilhã para viver e desenvolver a sua actividade profissional.

Ana Isabel Ferreira Garcia Videira Gonçalo, iniciou-se profissionalmente na Covilhã na área do design têxtil, área onde se destacou e venceu vários concursos, tendo-se distinguido também no design gráfico e na ilustração.

É da autoria de Ana Gonçalo o atual logótipo do Município da Covilhã, com o slogan “Covilhã a Tecer o Futuro” e também ao seu trabalho se deve, juntamente com o de outros profissionais, a atribuição do prémio de “Melhor Stand Nacional” ao espaço do Município da Covilhã na Bolsa de Turismo de Lisboa de 2018.

Em 2016 abriu o seu atelier no centro histórico da Covilhã, área da cidade que nunca deixou, que ajudou a dinamizar e sempre carinhosamente abraçou.

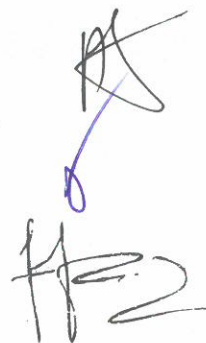
Foi no seu atelier que experimentou novos processos têxteis, que desafiou a sua criatividade e que transmitiu aos outros, através dos seus concorridos workshops, o seu vasto conhecimento sobre diversas técnicas de manuseamento dos têxteis.

Tinha na lã um dos seus materiais preferidos e com ela elaborou inúmeras peças que ficam na memória de quem as viu nascer e de quem as visita.

Ana Gonçalo era autora residente do New Hand Lab – Associação Cultural e, desde 2019, membro da direcção

Esta singela homenagem fica, certamente, muito aquém de tudo quanto o génio de Ana Gonçalo sempre significará para a Covilhã, que perdeu uma artista dotada de uma luz especial que a todos contagiava pelo dinamismo, pela paixão pela sua arte e pela excelência do seu trabalho.

Da Ana Gonçalo fica, além da saudade, a sua dedicação à arte na Covilhã, o fruto do seu trabalho, as inúmeras peças de artesanato, as suas ilustrações e as suas bonitas e delicadas flores de crochet.



Pelo que se propõe que esta Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Ana Gonçalo;
2. Manifestar à sua família e à direcção do New Hand Lab – Associação Cultural as mais sentidas condolências, transmitindo-lhes o teor deste “Voto de Pesar”.

Covilhã, 21 de Abril de 2021

O Grupo Parlamentar do CDS-PP



Sessão Ordinária - 21 de abril de 2021



2.2 - Demonstração de fluxos de Caixa (aprovação);

Exmos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e digníssima mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara e senhores vereadores
Exmos. Técnicos da Câmara Municipal
Exmos senhores deputados municipais e presidentes de junta
Exmos. Senhores dos órgãos de comunicação social
Exmos senhores e senhoras,
Caros concidadãos,

Vivemos, no presente, um período complexo e exigente, em virtude da pandemia provocada pela Covid-19, e vivemo-lo há mais de um ano: desde março de 2020. Ainda assim, apesar das circunstâncias por todos conhecidas, a Covilhã não tem parado. Bem pelo contrário: por um lado com importantes investimentos, estruturantes para o futuro do concelho da Covilhã; por outro, no apoio às IPSS, empresas e famílias covilhanenses, com vista à mitigação dos efeitos da situação pandémica a nível social e económico.

É, inequivocamente, o que refletem a demonstração dos fluxos de caixa do ano de 2020, que aqui apreciamos nesta sessão da Assembleia Municipal. No total, os pagamentos respeitantes a investimento realizados pelo Município da Covilhã ascenderam quase 9,8 milhões de euros no ano passado. |

9,8 milhões de euros ! , | dos quais 4,5 milhões de verbas da autarquia financiadas por actividades operacionais e os restantes montantes financiados por subsídios ao investimento, transferências de capital e outras.

Não é por acaso que o Município da Covilhã é, como já revelado, o concelho de toda a Beira Interior que mais fundos assegurou através do Programa Centro 2020, ocupando inclusivamente o 7º lugar na Região Centro. São números bem representativos daquilo que tem sido a dinâmica deste executivo camarário na captação de financiamento e na realização de obra. Embora alguns, por estes dias, ensaiem discursos vazios, com certeza bem distraídos ou alineados da realidade.

Há, efectivamente, muito investimento concretizado e em curso na Covilhã, como o **Centro de Inovação Cultural**, em fase de conclusão, o **Centro de Inclusão Social e o Centro de Inovação Empresarial**; ou o Pátio dos Escuteiros, a tão ansiada Estrada do Porsim, as intervenções nas escolas e nas freguesias, os percursos pedestres na Serra da Estrela a inaugurar por ocasião das comemorações do 25 de Abril, entre tantas outras. ^{obras e investimentos} Investimentos fundamentais, que mostram uma Covilhã no rumo certo, com uma gestão empenhada e eficiente, com visão de futuro.

Por outro lado, o valor de caixa e seus equivalentes no fim do período ronda os **6,6 milhões de euros**, o que representa um aumento de **3.3** relativamente ao ano anterior. É importante frisar que, este executivo tem conseguido não só fazer obra, mas também cumprir integral e atempadamente os seus compromissos. É um montante de extrema relevância para o arranque do período seguinte, para o início de 2021, por permitir liquidez para fazer face aos compromissos assumidos, muito em

particular com as empresas que têm vindo e estão a realizar as obras no nosso concelho; e num momento em que o pagamento atempado aos fornecedores assume especial relevância no contexto de crise que o setor empresarial atravessa. Porque apoiar as empresas é, também, honrar os compromissos. Esta gestão rompe totalmente com aquilo que foram as práticas do passado, dos executivos municipais que antecederam a gestão liderada pelo Presidente Vítor Pereira, em que se fazia e se empurrava com a barriga para outros pagarem, hipotecando o futuro do município.

Itas

Há ainda um outro número muito importante, e que desmonta algumas teses catastrofistas, alicerçadas numa necessidade de criar casos políticos, fantasiosos, com o intuito de "caça ao voto", *(que nós sabemos bem)* que é o valor de caixa gerada pelas actividades operacionais no valor de 11,6 Milhões de Euros.

Quem tem vindo a argumentar com o '~~brutal aumento das despesas com pessoal~~ *despesismo camaradas*', certamente encarará este valor com desprezo pois ele representa o repúdio incontestável das suas teorias. Estes 11,6 M de Euros de saldo das actividades operacionais, simplesmente e sem sombra de dúvida, demonstra que: APÓS pagas todas essas despesas, sobraram ainda 4,5 Milhões de Euros para investimento, 3,7 Milhões de Euros para abater à dívida e sobram, no final, 3,3 Milhões de Euros **que garantem**, como já referimos, o escrupuloso cumprimento das responsabilidades para com os parceiros que, neste momento, garantem a execução das obras que tornam o Concelho o estaleiro que é, actualmente.

Apenas uma necessidade imperiosa de criar um afastamento político artificial poderia permitir votar desfavoravelmente este documento que tão



PS

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

bem representa a boa gestão que se faz no município, pelo que a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a Demonstração de Fluxos de Caixa

O mapa das demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao ano de 2020 refletem, acima de tudo, uma gestão equilibrada, rigorosa e responsável por parte do executivo do PS na Câmara da Covilhã.




Guião da Sessão Ordinária - 21 de abril de 2021

ORDEM DE TRABALHOS

2.3 - 2.ª Alteração Modificativa (aprovação);

A alteração modificativa ao orçamento agora presente para aprovação à Assembleia Municipal tem dois aspectos:

- 1- Por um lado acomoda o saldo de gerência que transita, e cuja leitura se pode também retirar da apreciação do ponto anterior,
- 2- mas apresenta também um aumento das despesas e de forma muito substancial as despesas de capital.

3-

De facto, as despesas de capital previstas aumentam em cerca de 3,9 milhões de euros. O Município da Covilhã, como já foi tornado público, colocou-se em posição de aproveitar verbas ainda não usadas de financiamentos europeus e que, caso não fossem usadas teriam que ser devolvidas. Isto é, a Covilhã está neste momento a usar aquilo que se chama vulgarmente de *overbooking*.

É mais um exemplo claro, muito claro mesmo, da excelente gestão feita, que não só é adequada a cumprir as obrigações, a realizar os investimentos previstos e já em execução, como ainda nos coloca em posição de aproveitar os fundos que ficam libertos em consequência da menor capacidade que outros municípios têm.

Paralelamente, verifica-se também um aumento das despesas correntes que, como se pode verificar no documento recebido, nomeadamente nas transferências para as freguesias, vai permitir a execução de obras e investimentos que em muito irão beneficiar as condições das suas comunidades e às quais a bancada do Partido



Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Handwritten signature in blue ink.

Socialista adere, sentindo-se particularmente honrada em votar favoravelmente o presente documento.

Handwritten signature in black ink.

2.4 - Adesão ao Pacto de Autarcas: Peer Learning

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhora e Senhores Vereadores

Senhor Provedor do Município

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores da Comunicação Social

Senhoras e Senhores do Staff Municipal

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No ponto 2.4 da ordem de trabalhos da presente sessão Ordinária é remetido, para aprovação, a esta Assembleia, a Adesão ao Pacto de Autarcas: Peer Learning.

O Pacto de Autarcas em Matéria de Clima e Energia é uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia, de adesão voluntária, disponível desde 1 de novembro de 2015 que resultou da junção das iniciativas prévias Covenant of Mayors e Mayors Adapt promovidas pela União Europeia, a primeira dirigida à mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a segunda à adaptação às alterações climáticas.

Reúne autoridades locais e regionais que se comprometem voluntariamente com a implementação dos objetivos da União Europeia para o clima e energia no seu território.

Os municípios signatários partilham uma visão de tornar as cidades descarbonizadas e resilientes, onde os cidadãos têm simultaneamente, acesso a energia segura, sustentável, acessível e renovável.

Por tal, a cidade da Covilhã, ao subscrever o Pacto, compromete-se a:

- Reduzir as emissões de CO₂ (e eventualmente de outros gases com efeito de estufa) no seu território em pelo menos 40 %, até 2030, designadamente mediante um reforço da eficiência energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis;



- Aumentar a resiliência do seu território, adaptando-se aos impactes das alterações climáticas;
- Garantir a produção dos estudos e informação necessária no âmbito do Pacto, incluindo a de monitorização, que poderá resultar em necessidades de ajuste aos planos definidos com vista ao cumprimento dos objetivos.

Neste âmbito, foi lançado um Programa de Peer Learning para o período 2021-2022 (baseado no sucesso do programa de geminação do Pacto de Autarcas), que oferece às cidades, regiões e províncias de toda a Europa a oportunidade de participar em intercâmbios que visam aumentar as suas capacidades e conhecimentos, através de debate em rede com o objetivo de fortalecer a capacidade de enfrentar desafios climáticos e energéticos.

A iniciativa, lançada pela Comissão Europeia em 2020, tem, como se menciona anteriormente uma visão bem definida, que passa por, em 2030, as cidades aderentes serem “locais mais atrativos para viver”, promovendo a “saúde e o bem-estar dos cidadãos”, que vão poder respirar ar limpo, desfrutar de água limpa, ter acesso a parques e espaços verdes e experienciar menos ruído ambiental, e em que a economia circular será uma realidade e os resíduos serão transformados em recursos, ao encorajar a reutilização, reparação e a reciclagem.

Mas, nesta matéria, convém salientar que a adesão a esta iniciativa se enquadra na estratégia que este executivo liderado pelo Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira, tem vindo a desenvolver nesta área, com o objetivo de promover um território ambientalmente sustentável, com menos poluição e que garanta uma melhor qualidade de vida a todos os nossos conterrâneos.

O Município tem vindo promover outros projetos e compromissos conjuntos na área ambiental, como são exemplos, a troca de luminárias para a tecnologia Led, a rede ciclável de bicicletas elétricas, o lançamento do concurso para a concessão dos transportes urbanos que prevê autocarros mais sustentáveis e amigos do ambiente, ou mesmo a renovação efetuada da frota de viaturas do município por veículos menos poluentes e mais económicos, ou seja, toda uma estratégia pensada na melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos, indo ao encontro com o objetivo de reduzir as emissões de carbono na nossa cidade, fazendo e contribuindo com a nossa parte para o desenvolvimento sustentável do concelho, do país e do planeta.



É pois neste âmbito, que este executivo assume o compromisso da redução das emissões de CO2 no Concelho em, pelo menos, 40% até 2030, com a adoção de uma abordagem integrada à mitigação e adaptação às alterações climáticas, através do aumento da eficiência energética e da produção e utilização mais limpa da energia e ainda assegurar o envolvimento e trabalho em rede com outros municípios portugueses e europeus, através do programa “Peer Learning”, da iniciativa Pacto de Autarcas, e que irá possibilitar o intercâmbio de experiências e aprendizagens, através da produção e troca de conhecimento, informação e colaboração entre pares.

As ações a implementar neste âmbito têm pois como objetivos obter melhorias significativas na qualidade do ar, na qualidade das massas de água e na eficiência do seu uso, no progresso considerável na conservação e melhoria da biodiversidade urbana e avanços na economia circular, ao assegurar uma melhoria significativa na gestão de resíduos municipais domésticos, e na redução da poluição sonora e, ainda na defesa de todo o património natural que nos envolve.

Por tal, e constatando que esta adesão se enquadra na estratégia que o município tem implementado nesta área, com o objetivo de promover um território ambientalmente sustentável, com menos poluição e que garanta uma melhor qualidade de vida a todos os nossos munícipes, a bancada do Partido Socialista vai também assumir a responsabilidade que lhe compete para o desenvolvimento sustentável do concelho da Covilhã, do país e do planeta, votando favoravelmente esta adesão, não porque sim, mas sim, mas pelo futuro das novas gerações.

Covilhã, 21 de abril de 2021